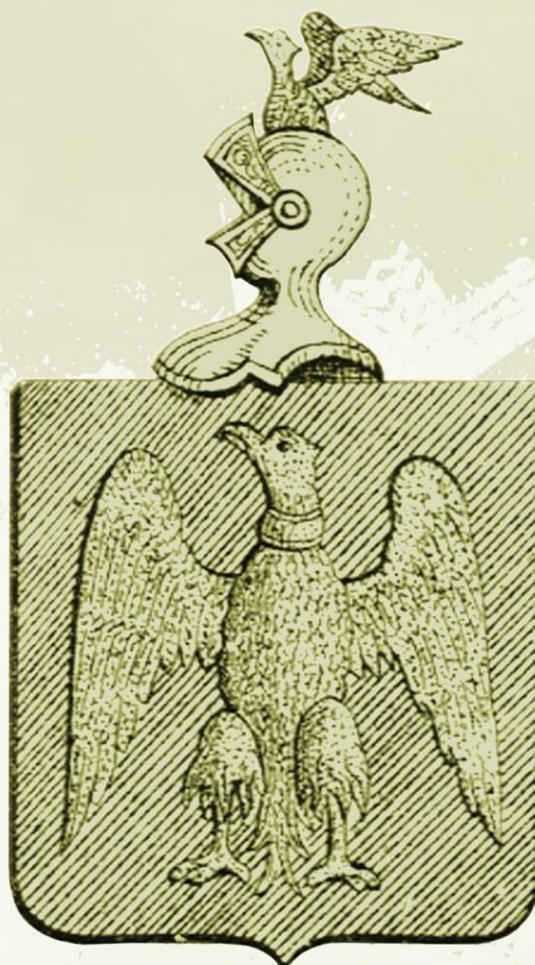


NOVA SÉRIE

REVISTA da MAIA

REVISTA CULTURAL da CÂMARA MUNICIPAL da MAIA



O CONCELHO DA MAIA

ANO I . N.º 01 . janeiro . junho . Diretor: Mário Nuno Neves



FICHA TÉCNICA

REVISTA DA MAIA – NOVA SÉRIE
ANO I, NÚMERO 1
JANEIRO/JUNHO 2016

EDIÇÃO

Câmara Municipal da Maia
Pelouro da Cultura

DIRETOR

Mário Nuno Neves

EDITOR

José Maia Marques

CAPA

Manuel Magalhães, com brasão
do concelho publicado no nº 4
da Revista da Maia (1883)

PROPRIEDADE

Câmara Municipal da Maia
©Todos os direitos reservados

ISSN: 2183-8437

CONTACTOS

E-mail:
cultura@cm-maia.pt

Web:
<http://cultura.maiadigital.pt>

REVISTA da MAIA

ÍNDICE

Editorial

Mário Nuno Neves 3

Comunicar cultura

Rui Patrício Sarmento Rodrigues 5

A primeira série da «Revista da Maia»

José A. Maia Marques 7

ARTIGOS

O Marco Miliário de Barca, concelho da Maia - Contributo para o estudo da rede viária de época romana

André Tomé Ribeiro 9

Memória da Maia: a Linhagem e a Terra

Gonçalo Maia Marques 23

A Mulher maiata e o seu jeito de trajar (Traje Domingar – Oitocentista e inícios do século XX)

Armando Mário Moreira Tavares 37

Da Confraria do Subsino à Pedra da Audiência

Joaquim José Moreira dos Santos 57

A «casa de lavoura» e a paisagem rural maiata

José Augusto Maia Marques 73

Padre Luís da Silva Campos, um retrato na transição do regime

Rui Teles de Menezes 89

Educação em Museus: a mediação patrimonial em foco.

O Projeto “Ver, tocar e sentir a Maia” Liliana Aguiar 93

A importância do inventário. Proteger, preservar e normalizar

Sara Lobão 109

NOTAS DE LEITURA

115

NOTÍCIAS

116

EDITORIAL

Razão de um título

Entre 1882 e 1885 publicou-se, trimestralmente, a «Revista dos Acontecimentos da Maia», logo a seguir designada «Revista da Maia». Dirigida por Abílio Monteiro, teve como figura tutelar José da Silva Figueira, o Visconde de Barreiros.

O editor, Abílio Augusto Monteiro, foi notário no concelho da Maia, e segundo Inocêncio Francisco da Silva no seu Dicionário Bibliográfico Português, era membro de várias associações, de entre as quais a Associação dos Tabeliães de Lisboa, e a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, para além de autor de vários livros sobre questões jurídicas e do notariado. Foi igualmente fundador e editor do Jornal «*O Pallanciano*», também ele de efémera duração.

O Visconde de Barreiros, José da Silva Figueira, nasceu em 1838, filho de modestos lavradores. Aos 14 anos partiu para o Brasil a buscar fortuna, já que a pátria acanhada e pobre lhe não oferecia horizontes e campo aos seus desejos e aspirações.

Iniciou a sua vida dedicando se ao comércio, e como a sorte lhe foi propícia, abalançou-se às grandes empresas de caminhos-de-ferro no colossal império sul-americano.

Em 1880, isto é, após 28 anos de permanência no império brasileiro, regressou definitivamente à pátria, exclusiva ambição de todos os que encontram fortuna em terra estranha. Promoveu uma série enorme de benfeitorias no ensino, na ação social e na cultura.

Trata-se, pelas figuras que teve ao seu comando, mas também, e sobretudo, pelo seu conteúdo, de uma publicação de altíssima importância para a História da Maia daquela década e não só, já que a Revista da Maia inclui numerosos apontamentos históricos e biográficos, como por exemplo aquela que terá sido a primeira publicação do Foral da Maia.

Nela colaborava quase toda a intelectualidade maiata dos fins de oitocentos, pelo que nos apresenta muitos dados e até estatísticas sociais bem curiosas, representando uma fonte de grande importância.

Por isso mesmo a Câmara Municipal da Maia decidiu editar, em fac-simile, esta importante publicação oitocentista. A reedição desta obra constituirá, quer para o município quer para a região, uma mais-valia. Disponibilizará um conjunto de dados históricos que são virtualmente inalcançáveis, permitindo que os historiadores disponham de mais uma fonte abalizada para a história da segunda metade do séc. XIX e para o conhecimento da evolução do município nesse período.

Trata-se além disso de uma publicação «apetecível» para estudiosos e curiosos, dado que não é uma obra de «especulação histórica», mas sim a publicação de uma fonte em primeira mão,

onde se faz alusão a património histórico, património etnográfico e património familiar ainda bem presente na memória das gentes da Maia.

Ora foi justamente o reconhecimento da importância desta obra que nos levou a escolher, para esta publicação, que agora se inicia, a mesma designação – *Revista da Maia* – já que esta é, de certo modo, herdeira daquela. A esse título, e apenas para clarificação editorial, se justapõe a menção “nova série”, para a distinguir da primeira.

Esperemos que esta nova série da *Revista da Maia* tenha pelo menos tanta importância como teve a primeira e, já agora, que seja mais duradoura.

**Mário Nuno Neves
(Diretor)**

Comunicar Cultura



Esta publicação surge como instrumento principal de divulgação do trabalho de investigação que os colaboradores da Divisão de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Maia desenvolvem e que nem sempre é devidamente partilhado e estimulado. Como sabemos a comunicação é, atualmente, um dos fatores essenciais dos nossos êxitos e dos nossos fracassos, coletivos ou individuais.

A permanente evolução das tecnologias da informação e comunicação, em simultâneo com o fenómeno da globalização, com crises sociais, económicas e ambientais e o surgimento de novos paradigmas e prioridades, coloca em questão muitas práticas no domínio do património cultural e, muitas vezes, o seu próprio sentido. Muitos acontecimentos recentes — crises económicas, conflitos, movimentos migratórios massivos, catástrofes ambientais — projetados permanentemente para todo o mundo através dos media tornam ainda mais evidente a necessidade de se manterem vivas as memórias, através do património cultural, e de fazer a sua interpretação e a sua transmissão à luz do conhecimento e dos instrumentos atuais, de modo que a história não seja esquecida e que, com essa consciência, se possam construir sociedades mais solidárias, mais tolerantes, mais equilibradas e mais cultas.

Comunicar o património cultural implica saber, a cada momento e em cada contexto, o que pretendemos comunicar e para quem, através de que meios e, fundamentalmente, saber a razão porque o fazemos. Assim, as tecnologias da informação enquanto técnicas culturais e técnicas de mediação e transmissão da experiência inerentes à própria ideia de património, carecem de uma reflexão sobre os desafios atuais para o entendimento de uma comunicação global que explore todo o potencial do património cultural, e uma outra onde seja focada a necessidade de uma permanente interação dos seus comunicadores com uma realidade em rápida mudança, exigindo estratégias articuladas e flexíveis.

É notória a importância deste serviço público digital enquanto instrumento de criação, arquivo e transmissão, e o papel que deve ter na sua salvaguarda. Uma diferente abordagem desmonta aquilo que, frequentemente, separa os públicos dos conteúdos culturais e patrimoniais, evidenciando a importância do papel da mediação de conteúdos. A promoção ou a interdição da acessibilidade física, intelectual e social e a integração dos valores de inclusão nas suas estratégias e práticas.

A cultura assume de facto uma centralidade cada vez mais premente na sociedade, pelo que a existência de uma preponderância dos meios de produção, circulação e de trocas de conteúdos culturais tem-se expandido francamente com as novas tecnologias da Informação e da comunicação que vieram, anular as distâncias. Na realidade os media passaram a suportar os circuitos globais de trocas económicas, daí, o movimento mundial de informação, conhecimento, capital, produção de mercadorias ou mercado de bens e ideias. Neste cenário global, e cada vez mais virtual, podem assistir-se a verdadeiras revoluções culturais.

Na verdade, no processo de globalização, não é somente o mundo que se torna presente a si mesmo, por intermediação dos meios de informação e de comunicação social, mas também é uma cultura que se assume como dominante, na medida em que procura universalizar uma particular visão do mundo.

Espero sinceramente que esta publicação seja um primeiro passo para aproximar o público do nosso património cultural e da nossa memória coletiva. A Maia aos olhos do cidadão comum ainda permanece como uma terra sem história. O que não é de todo verdade. Cabe-nos comunicar melhor, passar melhor a mensagem e dar a conhecer a sua valiosa riqueza milenar.

Acredito que a leitura desta revista semestral se vai tornar obrigatória, para os apreciadores do património e da cultura da Maia e faço votos sinceros para que desfrutem intensamente da sua leitura.

Rui Patrício Sarmento Rodrigues
(Chefe da Divisão de Cultura e Turismo)

A «primeira série» da REVISTA DA MAIA (1882-1885)

A que podemos agora designar de «primeira série» da Revista da Maia editou-se, trimestralmente, entre 1882 e 1885. Nos seus primeiros números adotou a denominação de «Revista dos Acontecimentos da Maia».

Ao seu leme estiveram duas figuras incontornáveis, como agora se diz, da Maia do último quartel do séc. XIX – Abílio Augusto Monteiro, o seu diretor, tabelião, na Maia, escritor tratando ora temas jurídicos ora da cultura maiata, e José da Silva Figueira, o Visconde de Barreiros, brasileiro de torna viagem, benfeitor da Maia, nomeadamente do seu ensino.

Não iremos aqui falar deles. As suas notas biográficas publicar-se-ão no volume com a reprodução fac-similada da *Revista* que a Câmara Municipal da Maia editará em breve.

Numa interessante publicação, injustamente desconhecida da maioria dos estudiosos deste tema, um grupo de estagiários da então Escola Preparatória da Maia¹ elaborou, como um trabalho de estágio, um “Roteiro da Imprensa Periódica Maiata”. Esse trabalho haveria de ser publicado pela própria Escola². No capítulo 3, intitulado “Aspetos conjunturais” alude à Revista da Maia: “No caso particular da Maia, o aparecimento local de formas de imprensa escrita é mesmo anterior ao 5 de outubro de 1910. Sob a forma de almanaque, surgiu a *Revista da Maia* em 1882, de publicação trimestral, incluindo no seu conteúdo notícias locais: administrativas, sociais, casos do quotidiano, estatísticas paroquiais e postais, memórias históricas”.

Ora aqui está um retrato bastante elucidativo da publicação. No entanto, embora julgando compreender o que os autores queriam dizer com «almanaque», discordo desta caracterização pois, quem não conhecer a revista, julgará que ela se organiza à maneira do *Almanaque Bertrand* (1899 a 1969, regressado em 2011) ou do *Borda d'Água* (1929 até hoje), o que não é manifestamente o caso.

Incluído neste capítulo está um quadro sinótico que nos refere que o início da publicação foi em abril de 1882, o fim em dezembro de 1884 que tinha periodicidade trimestral e que saíram 12 números. Veremos adiante que estes dados não estão absolutamente corretos.

Já agora, assinalemos que falta nesta lista o Jornal “*O Pallanciano*”, também ele dirigido por Abílio Augusto Monteiro, também ele de efémera duração, publicado algum tempo depois da *Revista*.

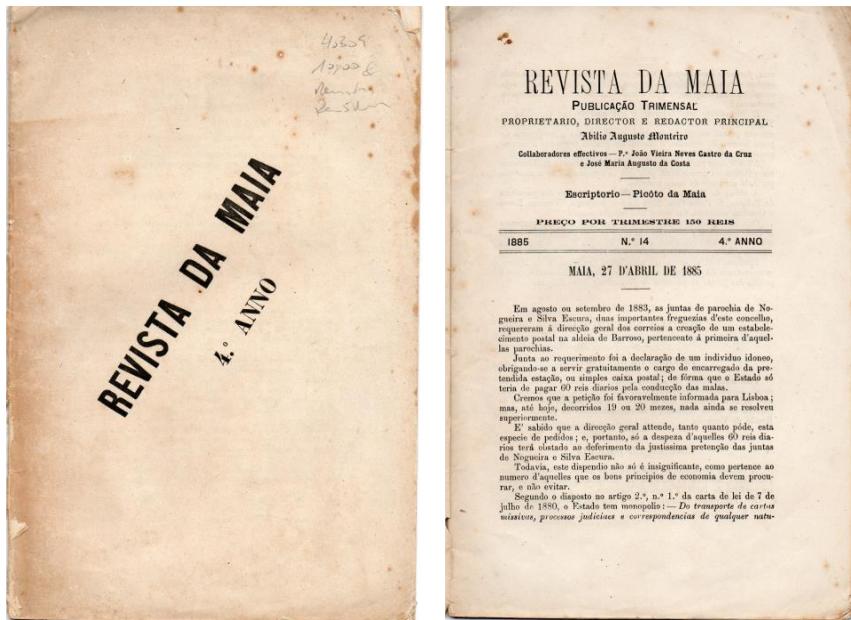
No corpo principal, a descrição feita à Revista da Maia ocupa duas páginas. No primeiro parágrafo alude-se ao diretor e à figura tutelar do Visconde de Barreiros. No segundo às contas que são apresentadas no número 12, de dezembro de 1884, que é visto como se fosse o último, onde avulta a contribuição do Visconde, e relaciona-se a sua saída com o fim da Revista, muito embora no nº 12 se anunciasse um nº 13, não gratuito como até aí acontecia, mas sim ao preço de 150 reis. Os autores afirmam, no entanto, que “...julgamos não ter chegado a acontecer, pois foram infrutíferas todas as tentativas para o encontrar ou obter referências”.

¹ Fernanda Fonseca, Jorge Alves, Lisete Maia do Miguel, Madalena Osório, Maria do Céu Brito e Sérgio O. Sá.

² *Imprensa Periódica Maiata – Roteiro*. Maia: Escola Preparatória da Maia, 1984.

Pois bem, foi efetivamente publicado o número 13, tal como o 14 e o 15, tendo, portanto, a Revista acabado só em 1885.

Capa e 1^a página da Revista da Maia, nº 14, de abril de 1885.



Quanto às temáticas abordadas nestes quinze números, elas são muitas e variadas. Várias biografias de maiatos ilustres, desde a família da Maia (Gonçalo, Paio e Soeiro), ao Dr. Manuel Ferreira Ribeiro, pioneiro da medicina tropical em Portugal, passando pelo Visconde de Barreiros, entre muitos outros. Trabalhos de pendor histórico, como a “Memória Histórica da Antiguidade do Mosteiro de Leça chamado do Balio” ou vários artigos sobre as lutas liberais, sobre o desembarque em Pampelido e sobre a colocação do Obelisco evocativo desse feito. Artigos sobre património, como é o caso do mosteiro de Águas Santas. Vária legislação, nomeadamente posturas municipais, que nos dão informações preciosas sobre temas variados de interesse local. A publicação, cremos que pela primeira vez, do Foral da Maia dado por D. Manuel I em 1519.

Abílio Monteiro tinha como um dos objetivos para a *Revista* "...fazer um repositório fiel, onde alguém mais abalisado possa um dia encontrar elementos para a história d'esta terra".

Consultada a Revista, não restam dúvidas que este objetivo foi plenamente cumprido. Até porque Abílio Monteiro teve vários elementos “abalisados” a colaborar consigo, como é o caso do Padre João Vieira Neves Castro da Cruz, erudito autor da “Descrição Topográfica e Histórica da freguesia de S. Tiago de Milheirós”.

O resultado final torna obrigatório, a quem quiser conhecer a Maia do séc. XIX e não só, o recurso a esta fonte.

José A. Maia Marques

O Marco Miliário de Barca, concelho da Maia. Contributo para o estudo da rede viária de época romana.

André Tomé Ribeiro*

Resumo: Este artigo propõe-se apresentar a investigação realizada no âmbito da Carta Arqueológica do concelho da Maia sobre a rede viária antiga do concelho e a estruturação do povoamento.

A identificação do Marco Miliário de Barca, com a milha XVII, e a georreferenciação dos dados arqueológicos referentes ao período romano permitiram estabelecer uma série de hipóteses de trabalho sobre diversos itinerários do período romano ancorados nas travessias do rio Leça, na Ponte da Pedra e da Azenha, e o rio Ave na Ponte da Lagoncinha.

Palavras-chave: Marco miliário de Barca, Rede viária do período romano entre Leça e Ave, Arqueogeografia.

Introdução.

Este texto tem como objetivo a divulgação e estudo do marco miliário de Barca, Maia, pertencente à via XVI do itinerário de Antonino (Olisipo-Bracara Augusta), para o traçado entre as cidades de Bracara Augusta-Cale.

Será efetuada uma proposta de reorganização da balizagem miliária entre São Mame de Infesta e a Ponte da Lagoncinha, e dos itinerários e traçados viários que utilizam a travessia do rio Leça na Ponte da Pedra e da Azenha, ambas de fundação romana¹.

Temos consciência que, sem dados arqueológicos referentes à existência física de vias, os seus traçados serão sempre hipotéticos. Contudo, podemos fazer uma aproximação, através de uma recomposição dos traçados com recurso à utilização da fotografia aérea, da cartografia antiga, das fontes documentais, do cadastro, da toponímia e da georreferenciação de sítios arqueológicos².

A manipulação da informação arqueológica referente ao período romano, a ligação com bases cartográficas e a construção de diversos níveis de informação geográfica foi efetuada com recurso ao software livre de informação geográfica QuantumGis.

Para a altimetria do território foi realizado um modelo digital de terreno (mdt) com base numa imagem satélite SRTM (ShuttleTopography Radar Mission) com uma resolução espacial de 25 metros.

A metodologia utilizada no trabalho implicou, em primeiro lugar, a georreferenciação dos sítios arqueológicos, e depois a vectorização da rede viária representada na cartografia histórica de Portugal à escala 1:100.000, publicada no ano de 1880³, na Carta Militar de Portugal à escala 1:25.000⁴, e na municipal à escala 1:10.000, publicada no ano de 1945. Foi ainda utilizado o aerefotograma referente ao voo USAF, julho de 1956.

A rede viária vetorizada revelou uma enorme complexidade⁵. A filtragem da informação foi efetuada após a georreferenciação dos locais onde foram identificados marcos miliários e dos sítios

* Câmara Municipal da Maia – Gabinete de Arqueologia

¹ ALMEIDA, C. A. F.- *A romanização das Terras da Maia*, pp. 18 - 19.

² RIBEIRO, A. T.- *Carta Arqueológica do Concelho da Maia*. MOREIRA, A. B.- *Castellum Madiae. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário”*.

³ *Carta de Portugal* escala 1:100.000, folha 7, Lisboa, Direção dos Trabalhos Geodésicos do Reino, 1880.

⁴ *Carta Militar de Portugal* escala 1:25.000, folhas 97, 110 e 122, 2^a edição, 1952-1975.

⁵ Este trabalho insere-se noutro mais vasto referente ao estudo da rede viária histórica do concelho da Maia, sendo um dos pontos de investigação a rede viária da época romana.

arqueológicos do período romano, independentemente da sua cronologia durante império. Outro dado tido em consideração foi a resiliência de alguns traçados viários romanos até aos dias de hoje.

Através do recurso a diversas ferramentas do programa Quantum Gis, realizamos uma aproximação ao domínio visual da via XVI, entre São Mamede de Infesta e a Ponte da Lagoncinha, e aos traçados ótimos com menor custo para itinerários entre sítios arqueológicos⁶.

Apenas o traçado proposto para a via XVI, entre a Ponte da Pedra e a Ponte da Lagoncinha, pela antiga e atual E.N 14, coincidiu com o referido na bibliografia (imagem 1).

Nos restantes itinerários ensaiados, as divergências detetadas, poderão residir na necessidade da construção de um algoritmo que integre outro tipo de variantes consideradas na planificação da viação romana, como por exemplo a geomorfologia e a rede hidrográfica⁷.

Temos consciência que o trabalho apresentado neste texto não corresponde a um produto final mas antes a um princípio. É acima de tudo uma base para novos locais de prospeção arqueológica pois, entre outra informação, permitiu a identificação de zonas de vazio arqueológico.

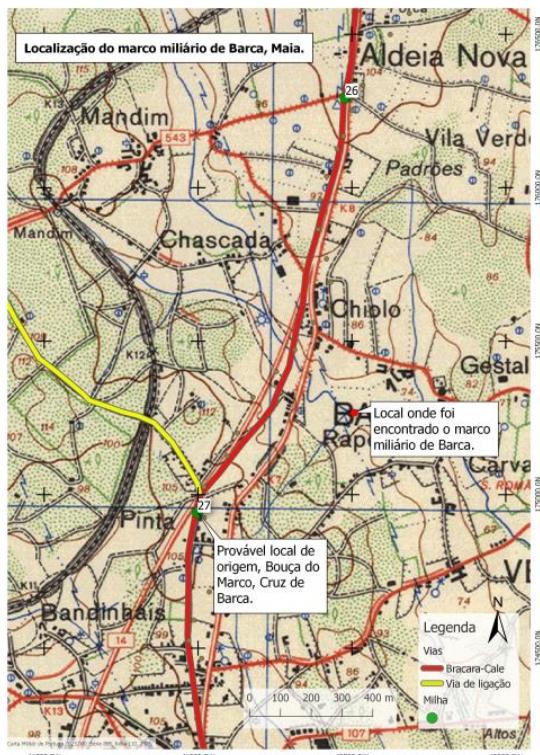
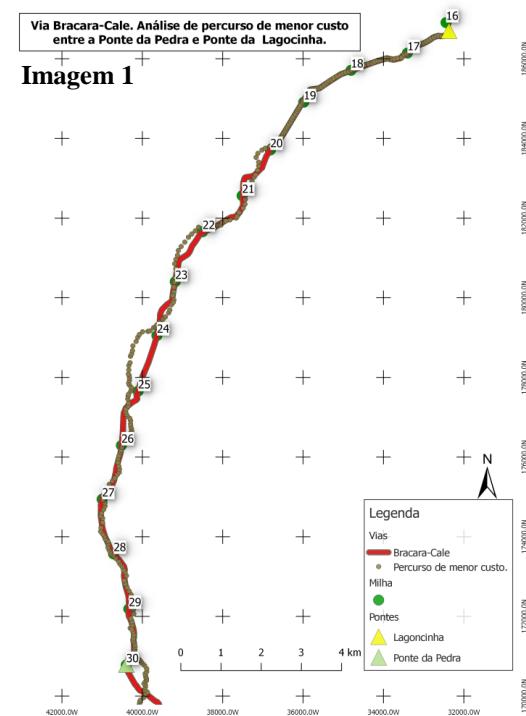


Imagen 2



1. O marco miliário de Barca, Maia (Conventus Bracaraugustano).

O marco miliário de Barca, relaciona-se com a via Bracara Augusta – Cale, via XVI do itinerário de Antonino, foi identificado em novembro de 2015, numa residência particular, na freguesia de Barca, atual Castelo da Maia⁸ (imagem 2).

A milha epigrafada é a XXVII, num total de XXXV milhas entre Bracara e Cale (CIL II 4748)⁹.

O miliário é de forma cilíndrica. Encontra-se fraturado na parte superior e está seccionado paralelamente ao eixo. Na parte central do campo epigráfico foi efetuado um orifício (fotografia 2 e 3).

Tem como dimensões visíveis, 156 cm de altura, à qual devemos adicionar de cerca de 50 cm correspondente à parte enterrada. O diâmetro é de 60 cm.

A superfície epigrafada ocupa uma máxima de 40 cm de altura, 90 cm de largura. O suporte é o granito

⁶ As ferramentas utilizadas foram as aplicações “GRASS” r. viewshed, para o domínio visual, e para os itinerários ótimos as r. slope, r. drain, e a “SAGA” Least Cost Path.

⁷ Em alguns casos os resultados obtidos proponham traçados ao longo de zonas de leitos de cheia.

⁸ Agradecemos à Joana Calvet e ao Artur Branco, colegas da Câmara Municipal da Maia, o alerta da existência de um marco com letras numa residência. Sem eles o marco miliário de Barca ainda estaria incógnito.

⁹ Cit. por Mantas, V - A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga, p. 236.

(fotografias 3; 4 e 5).

É possível ler o seguinte:

TRIB(unicia) (hedera) POTEST(ate) (hedera) XV [...]
 CO(n)S [...] [...] P(atr) P(atriae)
 A BRA[.]RA AVG(usta)
 M(ilia) P(assuum) XXVII



Foto 1



Foto 2



Foto 3

Foto 4



Foto 5



Foto 6



Tradução: Poder Tribunício XV (...), Cônsul (...) Pai da Pátria, a Bracara Augusta vinte e sete milhas.

Altura das letras: 1.1:10; 1.2: 9,5/9; 1.3: 9/9,5; 1.4: 9

Espaços interlineares: 1:3; 2:3; 3: 3/2,5

Apresenta uma boa paginação, com um alinhamento central. Os carateres são maiúsculos, monumentais quadradas, com incisões verticais. A pontuação é feita com recurso a *hederae*. Não

foram identificados pontos. As letras numerais são sobrepostas com uma barra.

Sobre o desenho dos carateres epigrafados a letra M é aberta, com o vértice inferior assenta na linha. O P e o R são semelhantes, com acrescimento de linha. O A apresenta linha horizontal e em dois casos, na letra 1 e 7 da terceira linha, serifas na base das hastes. O S apresenta ligeiras variações. A letra O é de forma circular. O V é triangular com ligeiras serifas.

As semelhanças epigráficas com o marco miliário da Quinta do Paiço (CIL II 4736) são evidentes. O tipo de letra, a paginação, a pontuação e a proximidade na miliária na via, permitem-nos colocar a hipótese que o Marco de Barca seja igualmente dedicado ao Imperador Adriano.

Infelizmente a fratura a que foi sujeito ocultou a referência completa ao imperador. Caso se opte por atribui-lo ao imperador Adriano, podemos integrá-lo entre o XV e o XVIII poder tribunício. Período cronológico situado entre dezembro de 130 e dezembro de 135¹⁰ (fotografia 6).

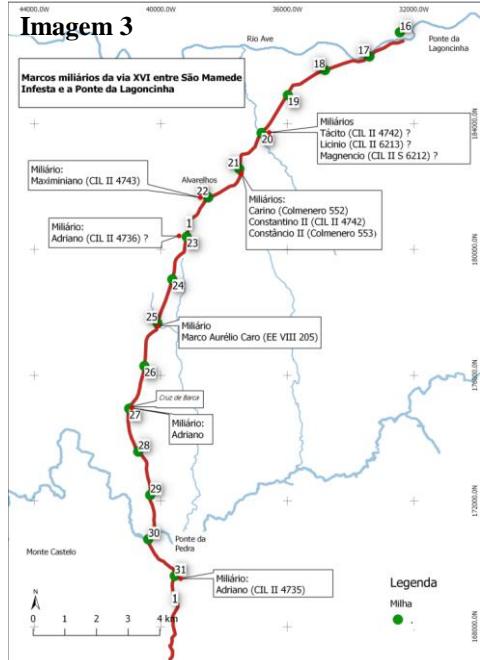
De acordo com o proprietário, o marco foi descoberto, há cerca de vinte anos, junto a um pequeno moinho existente numa propriedade. Aí terá servido de caleira de água. A ruína do moinho e posterior demolição revelou a epígrafe. O interesse do proprietário pelo monólito implicou a recolha para um lugar seguro, a sua casa.

Com o objetivo de encontrar outros fragmentos do miliário foram por nós realizadas várias ações de prospeção no local, que foram até ao momento infrutíferas.

Relacioná-lo com a via Bracara-Cale é indiscutível. O provável traçado dista do local de identificação cerca de 400 metros. Sobre o local de origem apenas podemos avançar com hipóteses alicerçadas na microtoponímia, no cadastro e no cálculo da balizagem da milha da via romana.

Em nossa opinião o marco miliário deveria estar colocado a cerca de 600 metros do local do onde foi encontrado. Nas imediações do microtopônimo Marco, antigo lugar da Cruz de Barca, na Pinta, em pleno itinerário utilizado pela estrada do Porto a Braga até à segunda metade do século XIX. Hoje limite administrativo das antigas freguesias da Maia, Vermoim e Barca (imagem 1).

Nas imediações deste lugar, segundo o proprietário do miliário, a sua casa detém uma bouça (terreno florestal).



1.1. Proposta de balizagem miliária da via XVI entre São Mamede Infesta e Ponte de Lagoncinha.

No itinerário da via Bracara Augusta – Cale, entre a Igreja paroquial de São Mamede de Infesta e a Ponte da Lagoncinha, encontram-se identificados 11 marcos miliários em 15 milhas, cerca de 20.817 metros¹¹ (imagem 3).

Em apenas três marcos deste traçado da via é possível a leitura da milha. No identificado na Ponte de Sedões (CIL II 4742), atribuído ao Imperador Constantino I, com a milha XXI, no de São Cristóvão do Muro (CIL II 4743)¹², milha XXII e agora no de Barca, com a milha XXVII.

Com base na colocação do Marco Miliário de Barca no lugar da Pinta efetuamos a seguinte reorganização da

¹⁰ CAGNAT, René- *Cours d'Epigraphie Latine*. p. 168

¹¹ MANTAS, V - *Os Miliários de Adriano da Via Bracara-Cale*, p. 243. Como média da métrica miliária foram considerados 1.480 metros.

¹² Miliário que, entretanto, desapareceu.

balizagem da via entre São Mamede de Infesta e a Ponte da Lagoncinha.

A contagem miliária inicia-se na milha XVI, a 160 metros a norte da Ponte da Lagoncinha. A milha XVII localizar-se-ia no cruzamento da rua da Ponte com a rua da Guiné, a milha XVIII, na rotunda da E.N.104 com a rua Poeta Cesário Verde, a milha XIX, na E.N. 14 pelo quilómetro 18,7 e a milha XX sobre a Ponte de Sedões. Todas no concelho da Trofa.

Na milha XXI, próxima do cruzamento da rua da Cumieira com a E.N. 14, lugar da Peça Má, estaria o marco de Constantino II (CIL II 4742) identificado na Ponte Sedões. Provavelmente este miliário estaria junto daqueles atribuídos aos imperadores Carino e Constâncio II (Colmenero 552 e 553).

Sobre os outros 3 marcos identificados na referida ponte: o de Tácito (CIL II 4742), o de Licínio (CIL II 6213) e o de Magnêncio (CIL II S 6212), a destruição da referência miliária não permite avançar com uma proposta de relocalização. Contudo, não podemos descartar a hipótese, que o local original seja a milha XX, travessia da ribeira da Trofa nas imediações da Ponte de Sedões.

O miliário de Maximiniano (CIL II 4743), com a milha XXII, estaria localizado nas imediações do cruzamento da E.N. 14 com a rua da Ponte, no lugar da Venda Velha.

À milha XXII ou XXIII poderá corresponder o marco miliário encontrado na Quinta do Paiço (CIL II 4736). A milha XXIII localizar-se-ia entre os entroncamentos das ruas do Cabo e do Sardão com a E.N.14.

Na XXIII, não foi identificado qualquer miliário. O marco miliário de Avioso¹³ (EE VIII 205), deverá corresponder à milha XXV, junto ao atual mercado do Castelo da Maia, logo após a passagem da ribeira do Arquinho.

A sua localização é precisa no epistolário trocado entre o Abade Pedrosa e Martins Sarmento:

“(...) Na 6.^a fui a S. Pedro d’Avioso ver o marco miliar de que lhe tinha fallado, está levantado ao lado do caminho junto a uma caza, ‘num logar a que hoje chamão Espinhosa, a 2 Kilometros abaixo da Carriça e a 19 m ao poente da estrada de Braga ao Porto.

Disse-me o dono da caza, que o prazo d’ella refere-se ao marco, e que chama ao terreno aonde ella está sita e proximidades “bouça da pedra d’Anta”. Este marco mede d’alto fora da terra 1,40m, é cylindrico, tem na parte superior 0,70m de diâmetro e na inferior, próximo á terra 0,60. Tem vestígios de muitas letras, mas apenas pude ler juntas essas trez, COS, talvez se conheça mais alguma, mais dispersas. (...)”¹⁴

O marco estaria a 2 Km a sul do cruzamento da Carriça e a 19 metros a poente da estrada¹⁵. Ou seja, com um erro de cerca de 364 m para norte da milha XXV. Este marco miliário, foi posteriormente deslocado para junto da edícula de Santo António na rua do Nicho, lugar limite das freguesias de Avioso (São Pedro) e Avioso (Santa Maria).

Para a milha XXVI não existe referência a qualquer marco. A milha XXVII seria a correspondente ao Marco Miliário de Barca que acima pormenorizamos. A milha XXVIII, cruzamento da rua da Lage com a antiga E.N.14, e a milha XXIX, nas imediações do cruzamento daquela com a rua do Rosal, não têm registo de miliários.

A Ponte da Pedra estaria identificada com a milha XXX. Curiosamente a balizagem proposta

¹³ Por vezes designado do Ferronho em virtude de Ferreira de Almeida ter referido a sua localização próxima da rua do Ferronho. Atualmente encontra-se exposto no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia.

¹⁴ LIMA, A. C. P - Correspondência Sarmento – P Pedrosa, p. 206.

¹⁵ Coordenada: -40050.208,178015.532. ETRS 89/Portugal TM06.

coincide com pontes. Na ponte da Lagoncinha, apesar do erro de 164 metros, teríamos a milha XVI, na de Sedões a milha XX e na da Ponte da Pedra a milha XXX. Sendo a contagem realizada a partir de Bracara Augusta este dado poderá não passar de uma coincidência métrica do traçado.

Após a Ponte da Pedra, a próxima milha, a XXXI, corresponde ao marco miliário de Adriano (CIL II 4735) identificado num cruzeiro próximo da Quinta do Dourado, São Mamede de Infesta, provavelmente no alinhamento das ruas das Laranjeiras e de Moalde, o que segundo o nosso traçado perfaz cerca de 1500 metros.

2. Sobre as vias romanas com travessia do rio Leça nas pontes da Azenha e da Pedra e o rio Ave.

Em nossa opinião existem questões fundamentais na análise da rede viária no território atual do concelho da Maia que se prendem com uma reorganização dos itinerários.

A primeira tem em consideração a existência da via XVI, implantada numa geomorfologia de festo, com uma contagem miliária continua. Devemos partir do princípio que esta via de características suprarregionais é a estruturante do território.

A segunda é referente à existência de duas pontes com origem romana, próximas entre si, utilizadas na travessia do rio Leça, a Ponte da Azenha, também designada por de Ronfes ou de Barreiros, e a Ponte da Pedra ou de Santa Ana¹⁶.

A terceira ressalta a importância da existência de um itinerário entre o litoral, Castro do Monte Castelo de Guifões (CNS 779), o Castro de Alvarelhos (CNS 791) e a via XVI. O Monte Castelo, povoado com uma ocupação pelo menos desde o final do período republicano até ao final do império, terá sido um importante ancoradouro durante a romanização.

A atividade comercial marítima de longo curso aí exercida encontra-se documentada pela presença de uma das maiores concentrações no Noroeste português de ânforas do tipo Haltern 70, de ânforas do tipo Maña C2b e de cerâmicas campanienses, integradas no século II a. C¹⁷.

Independente das questões levantadas pela cronologia das vias ou exatidão do traçado, um dos dados relevantes da rede viária de época romana na área em análise é o fato de coexistência de pelo menos duas vias romanas paralelas, que a dada altura distam menos de 1000 metros¹⁸. Dado relevante em consideração na investigação sobre o ordenamento do território não só no período romano como nos posteriores.

Analisemos então os possíveis itinerários propostos para estas vias.

2.1 Via XVI, itinerário Ponte da Pedra – Ponte da Lagoncinha.

O traçado da entre a Ponta da Pedra, sobre o rio Leça, e a da Lagoncinha, rio Ave, implanta-se sempre que possível em cumeada com um amplo domínio visual sobre a envolvente do traçado. Cruza a serra do Bougado em locais de colo no lugar da Carriça, e entre a Peça Má e Lantemil (imagens 4 e 5).

A existência de vestígios de construção romana na Ponte da Pedra, o sítio da Agra da Portela (CNS 3830), a referência a necrópoles e a miliários em locais próximos à via, são alguns dos dados arqueológicos que nos permitem atribuir ao período romano o traçado retilíneo da antiga e atual Estrada Nacional 14.

O itinerário da E.N. 14, antiga estrada real 40, coincidiria em muitos locais com a atual,

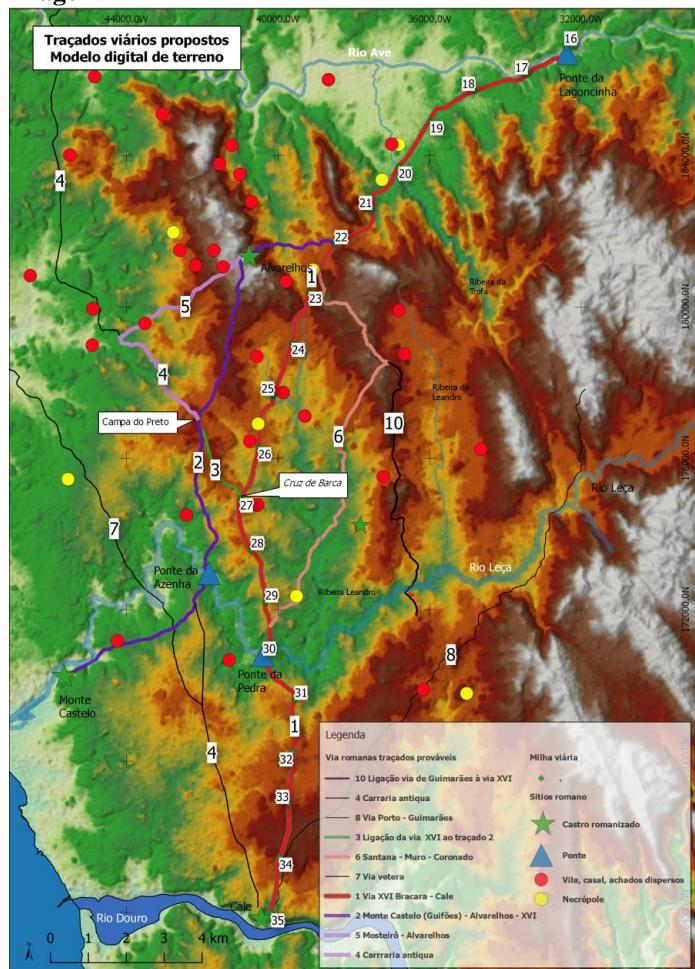
¹⁶ ALMEIDA, C. A. F - *A romanização das Terras da Maia*, p 16-19.

¹⁷ MORAIS, R.- *A via atlântica e o contributo nas campanhas romanas na fachada noroeste da Península*, p. 114-115.

¹⁸ ALMEIDA, C. A. F - *A romanização das Terras da Maia*, p. 19.

noutros divergia mas não muito. As obras de reconstrução da via após 1850 aproveitaram o canal da existente. Construindo novos troços apenas nos locais onde era impossível o seu alargamento, devido, entre outras razões, por passar em valado.

Imagen 4



de São Romão, atual rotunda do Lavrador.

Seguiria depois, pelo limite das freguesias da Maia (Barreiros) e Vermoim, até ao lugar da Pinta, lugar no qual colocamos a hipótese de localização do Marco Miliário de Barca.

Relacionado diretamente com este local da via está o sítio de Agra da Portela (CNS 3830). A intervenção efetuada no ano de 2006, pela empresa Archeocelis, revelou uma cronologia entre os séculos V a XI²⁰. A cerca de 100 metros a poente do local das sondagens é referida a existência de uma necrópole provavelmente romana²¹.

Uma outra referência documental ao traçado encontra-se na descrição do limite do couto do Mosteiro de Leça do Balio no ano de 1643:

“(...) donde torna a para sul à face do caminho que vai dar na estrada de Braga, aonde chamam a cruz de barca, onde se pôs outro marco. E daí vai correndo pela dita estrada de Braga para o Porto até à Bouça das Corregas junto ao a atalho que vai para São Romão de Vermoim e as

¹⁹ AZEVEDO, P. J. A. – *Memórias de tempos idos*, vol I, p.238-239

²⁰ COSTA, P. M. G.S - Relatório final dos trabalhos arqueológicos (concessão SCUT do Grande Porto – A41/IC24 – Lanço Freixieiro /Alfena – Lote 9) – Agra da Portela, p. 27.

²¹ ALMEIDA, C. A. F. - *A romanização das Terras da Maia*, p. 42. O local da provável necrópole encontrava-se até muito recentemente referenciado pela existência de um majestoso pinheiro. De acordo a família proprietária do terreno, foi durante a abertura do covacho para o plantar que foram identificadas sepulturas cobertas com *tegulae* e diversos vasos cerâmicos. Do espólio e da estrutura funerária não existe atualmente qualquer exemplar.

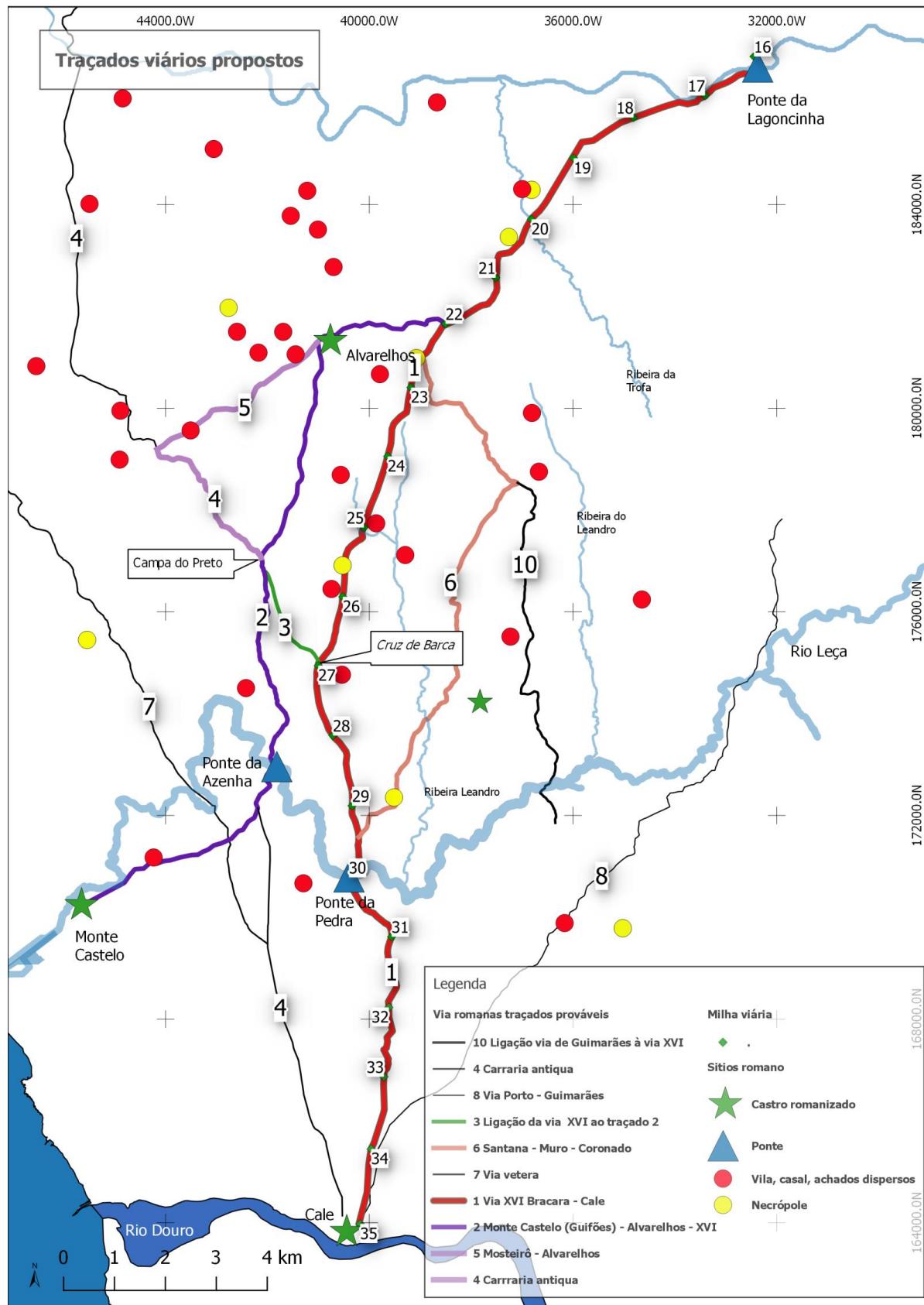
Num manuscrito, redigido pelo Padre Joaquim Antunes de Azevedo, durante a segunda metade do século XIX, é referido sobre a alteração do traçado de estrada de Braga o seguinte:

“À Ponte da Pedra vem passar poente da antiga (...). A Santa Ana de Leça vem do nascente tocar a antiga; a Catassol, vem um pouco pela antiga, ou por fora mais a poente, ao Picôto, vem mais pelo nascente, a pequena distância. Na Pinta, o mesmo, mas no seu leito tanto afastado, descrevendo uma curva, para suavizar a passagem do ribeiro de Barca. No Chiolo, vai muito próxima da antiga, mas um tanto pelo nascente e em terreno mais elevado, da Forca até ao Castêlo, onde toca na antiga, o mesmo.¹⁹”

Ou seja, após a Ponte da Pedra, a via Bracara Augusta – Cale (Braga-Porto) seguiria no alinhamento da rua da Estrada Velha e a rua do Rosal. Entroncando de novo da E.N. 14 até ao cruzamento desta com a rua

bouças do maninho de fora onde parte com os montes de Barreiros defronte às bouças do Vizo onde se pôs outro marco. E daí vai correndo por outros vallos até à bouça da provideira terra da Maia que confronta com bouça do Mogo que é da dita freguesia de Barreiros; e se segue a de Gueifães (...)²²".

Imagen 5



²² BOAVIDA, A. B – S. Mamede de Infesta. Subsídios para a sua monografia, p 19.

Após a Cruz de Barca²³, a via descia em direção ao Chiolo, ligeiramente a oeste da atual. Seguiria até ao lugar da Forca, cruzamento da E.N. 14 com a rua Central Mandim e a rua da Fonte Cova.

Neste local, durante uma intervenção arqueológica²⁴, foi identificado provavelmente o único vestígio da via romana XVI²⁵.

A partir daqui a via seguiria a cerca de 20 metros a oeste da atual²⁶, visível no alinhamento do cadastro entre este local e a rotunda do Castêlo. Sobre este local o Padre Joaquim Antunes de Azevedo refere:

*“Este lugar da Forca foi um dos lugares medonhos da antiga estrada que passava mais funda e pelo lado poente (da atual estrada), como se vê ainda hoje, e não havia casa alguma do Castêlo à Pinta”*²⁷.

Próximo da rotunda do Castêlo da Maia foi identificada a necrópole da Forca (CNS 3829)²⁸, associada diretamente à via XVI. Descoberta na década de 50 do século XX, tem uma cronologia balizada no século IVº e início do Vº²⁹.

Nas imediações da via, na zona compreendida entre o lugar da Forca, milha XXVI e o Mercado do Castêlo, milha XXV, para além da necrópole acima referida, são diversos os pontos onde foram por nós identificados materiais de superfície de época romana sejam cerâmicas comuns, *tegulae*, ou elementos pertencentes a mós³⁰. Nesta zona localiza-se o Monte de Santo Ovídeo (CNS 3754), associado ao Castelo de Avioso referido na documentação medieval. Apesar desta referência, até ao momento, não foi identificado qualquer dado arqueológico que o possamos relacionar com uma ocupação da Idade do Ferro ou à romanização.

Após o monte de Santo Ovídeo o traçado seguia em direção à Espinhosa, por um itinerário não muito divergente da atual estrada até ao quilómetro 19. Aqui fletiria para a esquerda, pela traseira da capela de Nossa Senhora das Dores³¹, seguindo pela estrada nacional 104, rua do Carvalhinho, na direção da rua da Ponte até à Lagoncinha³².

2.2. Itinerário pela Ponte da Azenha (Ronfes).

Em nossa opinião, a construção da ponte da Azenha estaria associada a um itinerário que ligaria o Castro do Monte Castelo de Guiões (CNS 779), à via XVI. Num traçado por Gatões (CNS 36138), rua das Passagens, rua das Pias, Gondivinho, Araújo e Ponte da Azenha, numa extensão de cerca de 3500 metros (imagem 4 e 5, número 2, entre Monte Castelo e Ponte da Azenha)

A sedimentação desta proposta necessita de trabalhos de prospeção arqueológica direcionada para a deteção de vestígios da via ou identificação de outros sítios arqueológicos que possam ser a ela associados.

No lugar do Araújo entroncaria nela a *carraria antiqua* referida na documentação medieval³³.

Após a ponte da Azenha, seguiria na direção da rua do Souto. Não passaria nas imediações da antiga Igreja Paroquial da Maia, cotada a 110 de altitude, devido à significativa diferença de cota

²³ Neste local existe um pequeno tramo em valo próximo da travessa Bernardino Machado, coordenadas -40798.823,175267.885 ETRS89/Portugal TM06.

²⁴ MURALHA, J. [et. Al.] - Relatório. Intervenção arqueológica lugar da Barca, sítio da Forca, p. 76.

²⁵ Coordenadas -40536.137,176213.751, ETRS89/ Portugal TM06.

²⁶ Com base num testemunho oral que referem a existência de um lajeado detetado durante trabalhos agrícolas de lavra num terreno adjacente à rua Central de Mandim. Coordenadas -40525.735,176353.363.

²⁷ AZEVEDO, P. J. A. – *Memórias de tempos idos*, vol II, p 35.

²⁸ Coordenadas -40548.623,176898.936, ETRS89/ Portugal TM06.

²⁹ MOREIRA, A - *Castellum Madiae. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário”* p. 129

³⁰ Prospecção da nossa responsabilidade integrada na Carta Arqueológica do concelho da Maia.

³¹ Local designado no século XVIII por Monte da Carrica.

³² Trajeto de calculado através da ferramenta “SAGA” aplicação Least Cost Path, QuantumGis.

³³ ALMEIDA, C. A.F – *Vias medievais I. Entre-Douro-e-Minho*, p. 169

relativamente à Ponte da Azenha, cotada a 33 metros de altitude (imagem 4 e 5, número 2).

O traçado deveria fletir para a esquerda na zona da Travessa do Souto, pela meia encosta, na cota dos 70 metros, na direção das ruas de Recamunde e do Godim. No lugar da Guarda passaria junto da Capela de Santo António, seguindo pela rua da Moraria. Por cotas dominantes, seguiria por um antigo caminho, atual avenida Adelino Amaro da Costa (limites das freguesias de Moreira da Maia e Barca), em direção à Campa do Preto, base do Monte Faro, Bouças do Teixeira (limites de Guilhabreu e São Pedro de Avioso) e Castro de Alvarelhos (CNS 791). No lugar do Muro, na atual estrada E.N. 14, pela milha XXI, integrava a traçado da via XVI.

Neste traçado, entre do cruzamento com a rua de Quiraz e o Castro de Alvarelhos (CNS 791), são visíveis vestígios de calçada e desgaste acentuado da rocha provocados pela repetida passagem de rodados³⁴.

Nas imediações da mamoa do Monte Grande³⁵ poderia fundir-se no traçado referido por Vasco Mantas³⁶ proveniente de Mosteiró, talvez por Guilhabreu e Palmazão (imagem 4 e 5, número 5).

A rede de caminhos florestais nesta zona é densa e apresentam um significativo diferencial de cotas³⁷. Não deixa, contudo, de ser significativo que alguns dos caminhos florestais existentes na zona do Monte Gentil tiveram uma função territorial. Com base neles foi marcado o limite do Couto do Mosteiro de Moreira da Maia³⁸.

Voltando atrás no traçado, na zona da Campa do Preto sairia uma outra, na direção a Vila do Conde, por Gemunde, Mosteiró, Arões, Vilar, rio Ave na Ponte D. Zameiro, Rates e Barca do Lago (imagem 5, cruzamento dos traçados 2, 3, 4).

Neste itinerário não existem até ao momento referências a qualquer tipo de balizagem do período romano.

Os sítios arqueológicos no concelho da Maia, que poderiam estar associados a este traçado, são apenas 3. Um é o referido pelo Pe. Manuel Costa Maia³⁹ nas imediações de um caminho que ligaria a antiga estação ferroviária de Barreiros ao lugar de Real, onde é relatada o aparecimento de *tegulae*⁴⁰. Outro é o referido por Álvaro Moreira na Quinta da Boavista, próximo da antiga Igreja Paroquial da Maia, Barreiros⁴¹. E por último aquele por nós identificado através da dispersão de fragmentos de *tegulae* num terreno agrícola situado a poente da rua de Recamonde, Barreiros.

2.3. Traçado de ligação, a questão da via ou *diverticulum*, cruzamento da Pinta

De acordo com Carlos Alberto Ferreira de Almeida no lugar da Pinta a via Bracara-Cale fletia para poente:

“A partir da Pinta via, fugindo aos terrenos pantanosos de Barca, cortava à esquerda da actual estrada Porto-Braga, indo por Mandim e servindo de limite às freguesias de Barca e Moreira. Seguia por S. Pedro de Avioso, pela parte alta, pelos limites de Guilhabreu. Descia depois a Alvarelhos (...)

³⁴ Só após uma intervenção arqueológica podem ser devidamente equacionados no período romano. Este troço foi utilizado até à segunda metade do século XX com regularidade.

³⁵ Coordenadas: -40957.951,180985.088, ETRS 897/Portugal TM06.

³⁶ MANTAS, V. - *Os Miliários de Adriano da Via Bracara-Cale*, p. 234

³⁷ Guilhabreu encontra-se à cota dos 128 metros, o Monte Grande na dos 220, para uma distância de cerca 1.500 metros.

³⁸ Num destes caminhos no Monte Gentil existe um marco do Couto do Mosteiro de Moreira referente à remarcação realizada no ano de 1612.

³⁹ MAIA, Pe. M. C- *Romeiros da saudade – relance sobre a história geral e local*, p. 15. Segundo informação de Eugénio da Cunha Freitas.

⁴⁰ Sítio ainda não identificado e provavelmente localizado sob as instalações da J. Pinto Leitão, junto à E.N. 107.

⁴¹ Local que após prospeção por nós efetuada não foi possível relocalizar.

onde se encontra um marco miliário de Adriano, ia à peça Má, onde esse encontrou outro miliário.⁴²

Este itinerário sugerido por Ferreira de Almeida em nossa opinião, não corresponde ao traçado da via Bracara – Cale. Deverá ser, na sua parte inicial, um caminho de ligação com cerca de 2.200 metros (imagem 4, nº 3), da via XVI, com a proveniente do Monte Castelo para o Castro de Alvarelhos (imagem 4 e 5, nº 2).

Vasco Mantas refere-se ao itinerário sugerido por Ferreira de Almeida como um *diverticulum* da via XVI, em direção a Gemunde e Arões. Dirigindo-se depois para nascente em direção ao Castro de Alvarelhos pelo Monte Gentil. Entroncando na via na zona do Muro⁴³.

Na descrição do couto do Mosteiro de Leça do Balio o início desta via de ligação é referido como um cruzamento. Na Cruz de Barca, atual lugar da Pinta, saía um caminho travesso para Vila de Conde⁴⁴. Este ponto da rede viária, milha XXVII, foi limite do couto de Leça, hoje é das freguesias da Maia, de Barca e de Vermoim.

Com base sobreposição da cartografia histórica e do Google Earth, este traçado corresponde à rua do Marco e a um vestígio de via existente num lote da zona industrial da Maia⁴⁵. Após a passagem superior sobre a rua Central de Mandim funde-se na atual avenida Adelino Amaro da Costa⁴⁶.

A ligação ao traçado proveniente do Monte Castelo pela Ponte da Azenha, dar-se-ia num local próximo do limite das freguesias de Moreira da Maia, Barca e Gemunde. Ponto assinalado com um marco de limite do couto do mosteiro de Moreira da Maia, datado do ano de 1612.

Curioso é o fato da distância, entre lugar da Cruz de Barca e o Castro de Alvarelhos, pela Campa do Preto ou pela via XVI, ser aproximadamente de 5 milhas. Dado que poderia corroborar, o traçado proposto por Ferreira de Almeida⁴⁷ para a via XVI, e a localização próxima do original do marco miliário de Adriano na Quinta do Paiço (CIL II 4736)⁴⁸.

Contudo, a balizagem de 1480 metros só coincide se o trajeto for efetuado pela Cruz de Barca, milha XXVII, miliário de Avioso, milha XXV e Lantemil, milha XXI, dados que descartam esta hipótese.

2.4. Itinerário Santana, Coronado, Muro. Via secundária I da via XVI.

Por último, apresentamos uma proposta para um itinerário que ligaria a via XVI, no lugar de Santana, ao Coronado. O traçado seguiria no alinhamento da rua da Calvário, freguesia de Gueifães, Lugar dos Mogos, ponte das Cabras, Moura Morta, Pena e Barroso, pelo vale da ribeira do Arquinho, a São Mamede do Coronado: convergindo novamente na XVI num local próximo à Igreja Paroquial do Muro, num total de cerca de 8 milhas (imagem 4 e 5, número 6).

A diferença da distância entre este itinerário e o realizado pela via XVI é de cerca de 1.5 milhas, contudo o perfil topográfico do traçado Santana-Coronado-Muro é mais acidentado⁴⁹, nunca

⁴² ALMEIDA, C. A. F. - *A romanização das Terras da Maia*, p. 16-17.

⁴³ MANTAS, V - *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, p. 843.

⁴⁴ “E daí vai partindo também por vallos até ao caminho travesso que sai da estrada da estrada de Braga, e vai para vila de conde no monte minhan partindo com os montes de mandim e Bouças de Moreira onde está outro marco (...).” BOAVIDA, A. F. - *S. Mamede de Infesta. Subsídios para a sua Monografia*, p. 19

⁴⁵ Coordenadas: -8.62631,41.24599,-ETRS89/Portugal TM06.

⁴⁶ A cerca de duzentos metros deste local situa-se a Mamoia da Bouça dos Mortos, monumento funerário do período Neolítico.

⁴⁷ ALMEIDA, C. A.F – *Vias medievais I. Entre-Douro-e-Minho*, p. 27

⁴⁸ O miliário da Quinta da Paiço, de todos os associados à via XVI, é aquele que foi identificado mais afastado do provável traçado, cerca de 1500 metros, o que coloca questões quanto ao esforço do transporte e razões subjacentes.

⁴⁹ O itinerário tem uma cota mínima de 54 metros e máxima de 177 metros, o da XVI neste tramo tem como cota mínima de 79 metros e máxima de 128.

utilizando cotas dominantes, ao contrário do utilizado pela XVI.

Podemos associar a este itinerário os sítios arqueológicos, necrópole da Quelha Funda (CNS 20430)⁵⁰, freguesia de Gueifães, Barroso, freguesia de Nogueira da Maia, os achados dispersos no lugar de Taím⁵¹, freguesia de Silva Escura, e os sítios de Vila⁵² e Mendões⁵³, freguesias do Coronado (São Mamede e São Romão).

O sítio arqueológico do Barroso⁵⁴ situa-se a cerca de 600 metros do provável traçado desta via e com domínio visual sobre esta. Apesar da reduzida área intervencionada no setor 1 foram identificadas estruturas da Idade do Ferro Recente e Romanas enquadráveis com base nos elementos cerâmicos, entre os séculos I-II a. C. e o IV d.C.⁵⁵.

Duma primeira fase de ocupação neste setor, identificaram-se a introdução de elementos importados num ambiente da Idade do Ferro Recente, como por exemplo um fragmento de ânfora da forma Haltern 70. Foram ainda neste setor identificadas duas moedas de bronze, muito deterioradas, provavelmente alto imperiais.

O traçado, após o Barroso, passaria pelos lugares da Deveza, Frejufe, Estouradas, base do Monte Facho, e nas imediações da Igreja Paroquial do Coronado (São Mamede), muito próximo do lugar de Vila, de onde seguiria pela rua Nossa Senhora da Caridade, rua de São Pantaleão em direção à igreja paroquial do Muro.

Esta via encontra-se representada na Carta de Portugal do ano de 1880⁵⁶, com exceção do tramo entre o lugar de Frejufe e a Igreja de São Mamede do Coronado, pelos Estouradas, talvez por já se encontrar em desuso no final do século XIX.

3. Considerações finais.

A identificação e relocalização do marco miliário de Barca com a milha XXVII, permitiu rebalarizar a via entre São Mamede de Infesta e a Ponte da Lagoncinha em 15 milhas e propor uma reorganização de alguns dos miliários existentes.

O Miliário de Barca, com a milha XXVII, é o sétimo dedicado ao imperador Adriano no traçado da via XVI no itinerário entre Bacara Augusta e Cale. E destaca a consolidação e importância desta via durante o reinado do Imperador Adriano⁵⁷.

A estruturação da rede viária romana entre os rios Leça e Ave, adequa-se à disposição do relevo e a rede hidrográfica, com uma orientação norte – sul, formando uma espécie de anfiteatro natural estruturado a norte pela Serra de Bougado, e no sentido a sul, por um contraforte oeste formado pela crista do Monte de São Miguel-o-Anjo.

Os festos bem marcados das ribeiras do Arquinho e do Leandro, afluentes do rio Leça, são elementos naturais de excelência para a implantação de vias em cumeada. Neles encontram-se implantados a via XVI, de características suprarregionais, e outras secundárias, que a ela convergem em

⁵⁰ MOREIRA, A. B.- *Castellum Madiae. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário”*, p. 130. Com cronologia entre os séculos IV-V.

⁵¹ Trabalhos realizados no âmbito da Carta Arqueológica do concelho da Maia.

⁵² MOREIRA, A. B.- *Castellum Madiae. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário”*, p. 269. Catálogo das estações, número 39

⁵³ Identificado no ano de 2015.

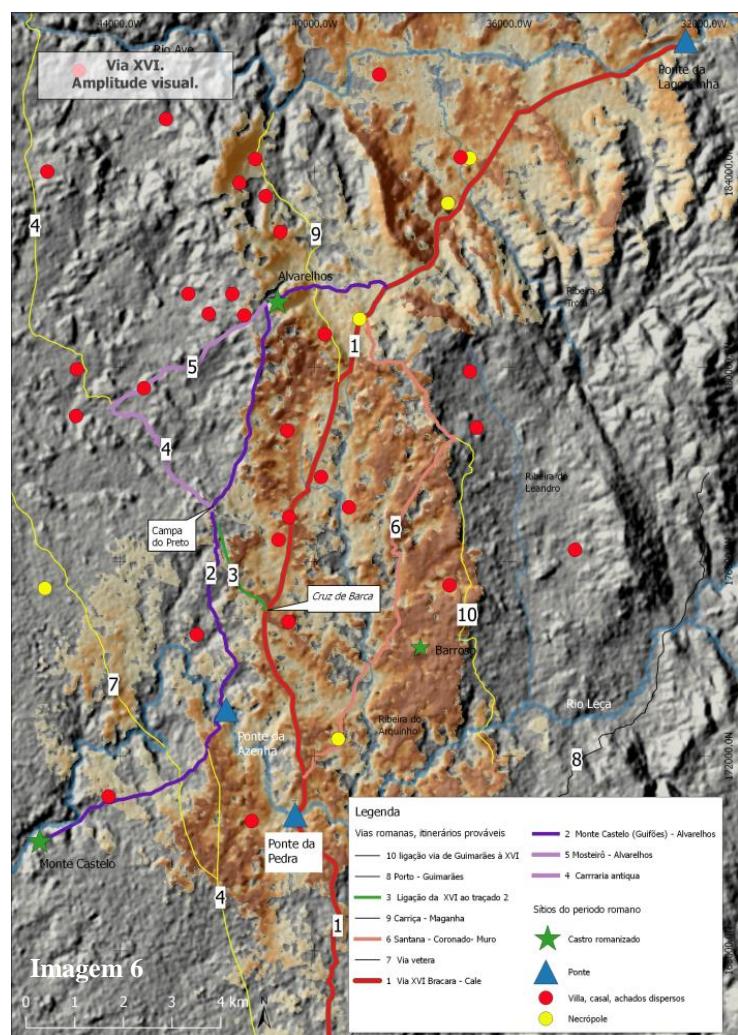
⁵⁴ Identificado e intervencionado no ano de 2010, por Luís Lima Loureiro e André Tomé Ribeiro

⁵⁵ LOUREIRO, L; RIBEIRO, A, T – *O sítio arqueológico do Barroso. Relatório final dos trabalhos arqueológicos*, p. 11

⁵⁶ Direcção dos Trabalhos Geodésicos do Reino – *Carta de Portugal*, folha 7, esc. 1:100.000. 1880.

⁵⁷ MANTAS, V - *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, p. 235.

determinados pontos ou através de traçados de ligação. Nesta rede viária, formada por linhas paralelas, deverá estruturar-se uma rede de caminhos vicinais romanos e muito mais tarde os paroquiais.



nos conduzir à identificação de resiliências viárias e talvez da organização cadastral, numa atitude regressiva de estudo da paisagem.

Por fim destaco a necessidade da realização de trabalhos de acompanhamento arqueológico em intervenções nas vias, reformulações do pavimento, instalação de redes públicas de água, saneamento ou de outro tipo. Só desta forma se poderão aferir muitas das hipóteses de traçados.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida referia em 1969, “*No estudo da viação o mais importante historicamente não é tanto a descoberta do traçado material dos caminhos, mas sim as suas funções e as suas consequências sociais, económicas, culturais, políticas, etc., a quantidade de tráfego e de homens que transitavam por eles*”⁵⁸. Concordamos em pleno com esta afirmação, mas no estado atual das dúvidas e do conhecimento, devemos procurar a descoberta do seu traçado material e reequacionar os dados que daí podem advir.

Para o território analisado as escavações arqueológicas são escassas e os resultados de difícil interpretação, excetuando as realizadas no Castro de Alvarelhos (CNS 791), no Castro Monte Castelo de Guifões (CNS 779), no Barroso, e recentemente em Gatões (CNS 36138). A maioria dos sítios é classificada com base em achados de superfície, ou por notícias arqueológicas, muitas delas com mais de 50 anos.

As fontes medievais e modernas referem-se a vestígios desta rede viária, já então designada de *antiquam* ou *veteram*. A organização do território medieval respondia a diferentes princípios daqueles de época romana; os lugares eram outros.

O trabalho a realizar é ainda muito e a estruturação viária apresentada apenas o princípio. A realização de trabalhos de prospeção arqueológica dirigida, a reanálise dos dados arqueológicos, e a manipulação dos dados cartográficos e aerofotográficos podem-

⁵⁸ ALMEIDA, C. A. F – *Vias medievais I. Entre-Douro-e-Minho*, p. 5.

Abreviaturas

- CIL II: HUBNER. E, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim 1869, cit por Mantas. V. G. - A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga. Coimbra, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1996
- CIL II S: HUBNER. E, *Corpus Inscriptionum Latinarum, Supplementum*, Berlim 1892, cit por Mantas. V. G. - A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga. Coimbra, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1996
- EE: HUBNER. E - *Ephemerides epigraphicae*, Vol VIII, Berlim, 1898, cit por Mantas. V. G. - A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga. Coimbra, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1996
- COLMENERO: *Callaeciae et Asturiae Itinera Romana. Miliários e outras inscrições viárias romanas do noroeste hispânico (Conventus Bracarenses, Lucense e Austuricence*, 2005
- CNS: Código Nacional de Sítios Arqueológicos, Endovélico

Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira - *Vias medievais I. Entre-Douro-e-Minho*. Faculdade de Letras do Porto, 1968. Dissertação de licenciatura
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira - *A romanização das Terras da Maia*. Maia, Câmara Municipal da Maia, 1969
- AZEVEDO, Padre Joaquim Antunes – *Memórias de tempos idos*. Vol I. Maia, Clube Unesco da Maia, 2014
- BOAVIDA, Agostinho Fastio - *S. Mamede de Infesta. Subsídios para a sua Monografia*. Matosinhos, Câmara Municipal Matosinhos. 1973
- CAPELA, M. Martins - *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*. 2ª Edição. Terras do Bouro: Câmara Municipal de Terras do Bouro, 1987
- CARVALHO, Helena Paula – “Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis)”. [Em linha] *Archivo Español de Arqueología*. Vol 85 (2012). ISSN: 149-166. [Consult. em 25-Maio-2016]. Disponível WWW em URL: <http://aespa.revistas.csic.es/index.php/aesp/article/view/202/203>
- COLMENERO, A Rodrigues; SIERRA, Santiago Ferrer; ASOREY, Ruben D. Alvarez - *Callaeciae et Asturiae Itinera Romana. Miliários e outras inscrições viárias romanas do noroeste hispânico (Conventus Bracarenses, Lucense e Austuricence*, Lugo. Consello da Cultura Galega. Sección de Patrimonio Histórico. 2005
- COSTA, Pedro. M. G. Santos - *Relatório final dos trabalhos arqueológicos (concessão SCUT do Grande Porto – A41/IC24 – Lanço Freixieiro /Alfena – Lote 9) – Agra da Portela. Relatório final de trabalhos arqueológicos. Relatório final de trabalhos arqueológicos*. Archeocélis. 2006
- CAGNAT, René - *Cours d'epigraphie Latine*. Albert Fontemoing Editeur. Paris. 1898. [Em linha]. [Consult. em 25-Maio-2016].]. Disponível WWW em URL: <https://archive.org/details/coursdpigraphi00cagn>
- LIMA. António Carlos Pires – “A correspondência Martins Sarmento - P. Joaquim Pedrosa”, *Revista de Guimarães*. Vol L, nº 3-4 (1940)
- LOUREIRO, Luís Lima; RIBEIRO, André Tomé – *O sítio arqueológico do Barroso. Relatório final dos trabalhos arqueológicos. Relatório final de trabalhos arqueológicos*. 2014.
- MAIA. Pe Manuel Costa Maia – “Romeiros da saudade – relance sobre a história geral e local”. *Boletim dos Amigos do Porto*. Vol II, nº 1 (1954)
- MANTAS, Vasco Gil - *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento, 1996
- MANTAS, Vasco Gil – “Os Miliários de Adriano da Via Bracara-Cale”. *Portugália*. [Em linha]. Vol 36 (2015). Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. - ISSN 0971-4290. [Consult. em 25-Maio-2016]. Disponível WWW em URL: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id13id2711&sum=sim>
- MORAIS, Rui.- “A via atlântica e o contributo nas campanhas romanas na fachada noroeste da Península”. *Hvmanitas*. [Em linha]. Vol LVIX (2007). Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos. [Consult. em 25-Maio-2016]. Disponível em WWW em URL: <http://hdl.handle.net/10316.2/27849>
- MOREIRA, Álvaro Brito - *Castellum Madiae. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário” no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave*. [Em linha]. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e História. Tese de Doutoramento. [Consult. em 25-Maio-2016]. Disponível WWW em URL: <http://dspace.usc.es/handle/10347/2816?mode=full>
- MURALHA, João; RODRIGUES, Liliana, TEIXEIRA, Ricardo; FONSECA, Vitor - *Relatório. Intervenção arqueológica lugar da Barca, sítio da Forca. Relatório final de trabalhos arqueológicos*. Arqueologia e Património. 2008.
- RIBEIRO. André Tomé – *Carta Arqueológica do concelho da Maia. Relatório final de trabalhos arqueológicos de prospeção*. 2014.

Memória da Maia: a Linhagem e a Terra

Gonçalo Maia Marques*

*Dedicamos este trabalho à nossa Família e
ao saudoso Mestre José Vieira de Carvalho*

Armas da Família da Maia:
De vermelho, uma águia de negro¹.
Livro do Armeiro Mor, Fonte ANTT



Resumo: Neste artigo propomos uma «viagem no tempo» pela Terra da Maia medieval. Abordaremos o conceito num plano geográfico, falaremos do senhorio e dos senhores da Terra da Maia, com destaque para a chamada «Família da Maia» e apresentaremos uma radiografia deste importante território através das Inquirições de 1258.

Palavras-chave: Terra da Maia, Família da Maia, Inquirições de 1258.

Proposição – de que falamos quando dizemos *Terra da Maia*

O estudo que ora apresentamos resulta de praticamente uma década e meia de investigação em torno da problemática apaixonante e estimulante que constitui o conhecimento e estudo da Terra da Maia Medieval, circunscrição administrativa, de amplo espectro jurisdicional e político que, entre os territórios banhados pelos rios **Douro** (confinando com o couto da Foz, secular domínio dos beneditinos tirsenses e o senhorio episcopal consignado na carta da doação da condessa Dona Teresa ao Bispo D. Hugo) e **Ave** (territórios de Azurara e Pindêlo, que no século XIV se iriam gradualmente libertar da sede maiata para constituírem uma administração própria, rival e antagonista do senhorios das clarissas na “vila”, bem em frente) foi constituída na época de Fernando *Magno*, Imperador de

* Do ISMAI – Instituto Universitário da Maia e do IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

¹ Crê-se, no entanto, que os «da Maia» usavam por armas um enxaquetado de ouro e vermelho.

Leão e Castela – como unidade de referência entre as suas congéneres Terra de Faria e Terra de Santa Maria – com vista a uma melhor organização territorial em face do grande desafio de então: a *Reconquista Cristã*. As espadas estão a tinir, sem tempo de regressarem às bainhas.

O Rei Fernando I de Leão e Castela, com a espada e a coroa imperial, e a mulher, a Rainha Sancha - Miniatura de Códice da Catedral de Leão



Este tem que ser verdadeiramente o nosso ponto de partida: o território que hoje conhecemos como *Maia* (*Terra* e não terras – já vimos que se trata de uma circunscrição administrativa, com carácter legal e jurisdiccional, com amplos poderes para o seu Tenente – de *tenens*, aquele que tem, mas também aquele que manda – instituída pelo Imperador de Leão e Castela para melhor gestão do espaço, sobretudo militarmente) foi constituído em torno de um Senhorio, que tinha como cabeça um Castelo – o Castelo da Maia, com toda a segurança situado em Águas Santas, no morro homônimo (aliás, o único topônimo chamado *Maia* é, precisamente o *Alto da Maia*, referência mais que óbvia à sua posição elevada e, claro, à própria localização do Castelo que era cabeça de toda a Terra).



Ruínas do Castelo de Moreira de Rei, em Fafe, conquistado por Fernando Magno de Leão e Castela (a tipologia deverá ser idêntica à do Castelo da Maia)

Se pensarmos geograficamente, esta opção faz todo o sentido, já que ficava no cruzamento de alguns eixos viários entre oeste e leste e representava uma forma de domínio e controlo sobre as terras dependentes, dentro do nosso sistema de dominação, tão singular no quadro da Idade Média Europeia. O Castelo da Maia teve o seu momento de glória nos séculos IX a XI, época em que nesta região se deram alguns combates e “refregas” contra os muçulmanos (BARROCA, 2004), a ponto de terem ficado na toponímia alguns interessantíssimos vestígios desses intensos e sangrentos episódios como “Rio Tinto” (*rivulus tintus*), rio banhado de sangue pela determinação das espadas cristãs ou

“Monte Córdova”, certamente em memória e lembrança dos seguidores de Alá que ali recordavam a grande e simbólica cidade que representava o seu domínio na Península Ibérica. Isto para não esquecer ao caro leitor o nosso “Rio Almorode”, cuja construção linguística bem evidencia a passagem dos muçulmanos por “estas bandas”.



Rei Ramiro II de Leão

Representação publicada no Tumbo A da Catedral de Santiago de Compostela

A Memória Linhagística da Família da Maia entra diretamente no sangue real da Casa Asturo-Leonesa, contribuindo decisivamente para a sua colocação no primeiro plano das famílias que, paulatinamente, vão dominando o território do Condado Portucalense e, num momento de grande euforia motivada pelo sucesso do processo reconquistador, colocam a Terra da Maia como palco decisivo dessa senda de vitórias. Isto, paradoxalmente, para uma Família que tem também nas suas veias sangue árabe e que, por tal facto, se viu forçada a escolher por um dos campos contendores.

Este território foi confiado, já nos finais do século X, ao primeiro varão ilustre de uma longa linhagem de homens de armas (*os da Maia*, a Terra e o Espaço deram o nome à Família) – Alboazar Lovesendes – cujo prestígio e influência (era neto de Ramiro II de Leão) levou à fundação da grande abadia beneditina de Santo Tirso, verdadeiro panteão e núcleo primordial da construção da Memória da Terra da Maia, onde jazem os seus principais representantes, além de ser um importante núcleo de doações e de concentração de um património fundiário impressionante (como sempre refere o Professor Aurélio de Oliveira “digno de uma verdadeira diocese”, na senda de Frei Leão de São Tomás) e que resultou num extenso couto – que abarcava quase todo o atual concelho de Santo Tirso (ainda hoje temos as freguesias de Santa Cristina e São Miguel “do Couto”) e localidades vizinhas no vale do Ave e vastas áreas de cultura agrícola e prédios urbanos que se estendiam até à região duricense.

Assim se principiaram a forjar as condições ideais ao desenvolvimento da Terra: estabilidade administrativa (com uma Família dominial); assistência espiritual e construção de uma Identidade Cultural (através do Mosteiro de Santo Tirso) e unidade estrutural com todas as “forças vivas” da Terra.

SENHORES DA TERRA DA MAIA (séculos X-XIII)

Ordem	Tenente
I	Trastemiro Alboazar cc ² . Dórdia Soares
II	Gonçalo Trastemires da Maia cc. Unisco Sesnandes ³
III	Mendo Gonçalves da Maia cc. Leodegunda Soares, <i>a Tainha</i> , de Baião
IV	Soeiro Mendes da Maia, <i>o Bom</i> cc. Gontrode Moniz
V	Paio Soares da Maia cc. Châmoa Gomes
VI	Pero Pais da Maia cc. Elvira Viegas de Ribadouro ⁴
VII	João Pires da Maia cc. Guiomar Mendes de Sousa

FONTES: MATTOSO, José (2002); PIZARRO, José Augusto (1997)

² Cc = Casado com

³ Pertencia à família de D. Sesnando Davides, Moçárabe, Alvazil de Coimbra por nomeação de D. Fernando Magno

⁴ Filha de D. Egas Moniz, “o Aio”



Mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, fundado em 978 por Dona Unisco Godiniz e seu marido Alboazar Lovesendes
Postal turístico do início do século XX

Esta família que *andou a la guerra a filhar o Reino de Portugal*, expressão do Livro Velho de Linhagens (juntamente com Sousas, Baião, Ribadouros e Braganções) – e que, segundo José Augusto Pizarro foi a *primeira que nos surge dentro do restrito grupo das cinco mais prestigiadas* (PIZARRO, 1997, vol. 2, 1099) – resultou da curiosa junção de sangue cristão e árabe (Lovesendo Ramires e Zayra Ibn Zayda, ou Ortega – nome que adotou quando se “converteu”), sendo uma tentativa de conciliação entre primos desavindos, filhos de Abraão e seguidores do Deus de Israel. A esta Família perfeitamente mítica na construção da nacionalidade está associada também a Lenda do Castelo de Gaia, onde se começa por evidenciar os “pergaminhos” da família:

Este he a linhagem dos mui nobres e muy honrados ricos-homens, e filhos-dalgo da Maya, em como elles vem direitamente do muito alto e mui nobre rey D. Ramiro; e este rey D. Ramiro seve casado com huma rainha, e fege nella rey D. Ordonho; e pois lha filhou rey Abencadão que era mouro, e foilha filhar em Salvaterra no logo que chamão Myer: entom era rey Ramiro nas Asturias: e quando Abencadão tornou adusea para Gaya, que era seu castello, e quando veo rey Ramiro não achou a sa molher e pesoulhe ende muito, e enviou por seu filho D. Ordonho e por seus vassallos, e fretou saas naves, e meteuce em ellas, e veyo aportar a Sanhoane da Furada [sublinhados nossos]

Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores, pp. 187-188 (citado em Projeto Vercial⁵)

De longe vem, portanto, a marca, a pegada memorialística que alcandora “os da Maia” a uma hegemonia no quadro das primeiras famílias portuguesas, papel cimeiro que o *Livro Velho* de Linhagens (II, A2) principia por relatar, destacando a figura de Alboazar Lovesendes:

E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome Cide Alboazar. E fege uma torre no monte de Monte Cordova, que ora chamam Pena de Cide. e guerreou dahi os Mouros, e deitou os Mouros de São Romão, e foram-se passar Douro e foram-se a São Martinho de Mouros. E des i filhou o crasto d'Aveoso a Mouros e deitou Mouros de crasto de Gondomar e de Todea e feze-os ir a crasto Mamei de Riba de Vouga. E casou com dona Usco Godins, filha dei conde dom Godinho das Astúrias, e ela com seu marido fundarom a igreja de São Nicolao em Vila de Moreira de Riba d'Ave, que ora chamam Santo Tirso de Riba d'Ave. E vierom com ele de Galiza seus vassalos bons, convém a saber quaes foram: dom Guter Teles e dom Osena (sic) e dom Tructesendo Durquides. E cada um deles eram senhores de mui bons cavaleiros e outros muitos e bons vassalos.

Livro Velho de Linhagens (citado em PICOITO, 1998)

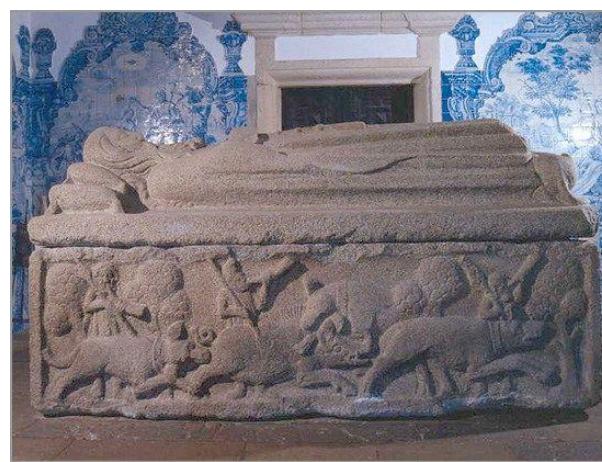
⁵ URL: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/linhagem.htm>



D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos
Desenho iluminado da Genealogia dos Reis de Portugal (1530-34), de António de Holanda

No seu Livro de Linhagens, aliás, o Conde D. Pedro confere particular importância à Família da Maia, com honrosas e elogiosas referências. Note-se que D. Pedro Afonso, filho natural de D. Dinis, foi o 3º Conde de Barcelos. O seu antecessor, D. Martim Gil de Riba de Vizela, 2º Conde, era filho de Gil Martins de Riba de Vizela e sua mulher Maria Anes da Maia – havia que sublinhar esta ligação à velha e secular aristocracia portucalense, que os da Maia simbolizavam e personificavam conferindo, desta forma, legitimidade e força às novas linhagens emergentes (FERREIRA, 2011). Não será por isso surpreendente o esforço de D. Pedro em associar a Linhagem da Maia ao próprio Cid, o Campeador (KRUS, 1994).

Curiosamente, apesar de se tratar de uma linhagem que mistura o sangue mouro e cristão, não parece haver no Conde D. Pedro qualquer ressentimento religioso ou cultural quanto a este facto, o que leva alguns autores a afirmarem que *não restam dúvidas de que o conde convivia bem com a ideia de que a linhagem transcendia o credo* (MIRANDA e FERREIRA, 2015).



Sarcófago de D. Pedro Afonso, Conde de Barcelos
Mosteiro de São João de Tarouca

Segue-se um trecho a todos os títulos lendário e que dará origem à mitificação de D. Gonçalo Mendes da Maia, o Lidorador:

Este dom Gomçallo Meemdez irmão de dom Soeiro Meemdez o boo como se mostra em este parrafo IIIº suso dito foy adeamtado por elrey dom Affonso Amriquez en a fronteyra, e vemçeo muitas lides de que aqui nom fallamos. E huum dia himdo a correr apar de Beja ouue duas lides, huuma com Almoliamar e a outra com Alboacem rrey de Tanger. E Almoliamar chamousse vemçedor das lides porque era auemturado em ellas, e avia tall força que em todo homem que posesse a lamça nom lhe valia armadura que sse lhe nom quebrasse que lha nom metesse pelo corpo. E ouuerom aquelle dia sua lide muito aficada e acharomsse ambos no campo e deromsse das lamças e forom a terra: e alli faziam huuns e os outros de todas partes muyto pera liurar aquelle com que veera. E estando assy a lide muito aficada chegou dom Egas Gomez de Sousa filho de dom Gomez Echigit, e dom Gomez Meemdez Gedeam, e os filhos de dom Egas Moniz de rriba de Doiro e liurarom dom Gomçallo Meemdez e pozeromno em huum cauallo; e ali foy mais aficada a lide assy que os mouros nom no poderom sofrer e foram vemçidos e morto dom Amoleimar, e dom Gomçallo Meemdez chagado de chagas mortaes [...] E os christãos perecerom melhor da quarta parte: e forom a dom Gomçallo Meemdez e acharomno morto, e a tristeza e o doo dos fidallgos foy muy grande, e leuaromno muito homrradamente. El era d'idade de nouenta e cimquo annos, e alli lhe poserom nome o boo velho lidador como quer que o ja ante chamassem avia gram tempo lidador. E oolharom por as chagas que tiinha e ouuerom por gram marauilha de lhe tanto poder durar a força, ca ellias eram grandes e estauam em logares mortaes.

Todo o texto corporiza o “mito” de Gonçalo Mendes da Maia – protótipo de valentia, força, determinação e honradez ao seu Senhor, aos 95 anos de idade. Toda a adjetivação conduz a uma verdadeira hagiografia – impetuosidade na refrega, defesa da verdadeira fé e as chagas que lhe aparecem (segundo o exemplo do próprio Cristo). Por outro lado, a nobreza e o carácter de D. Gonçalo ficam bem patentes quando é apresentado como irmão de um dos mais insignes cavaleiros da História de Portugal, modelo de “bondade” (referência moral) e de virtude: Soeiro Mendes da Maia “o Bom”. O nome de Lidor já há muito que representava sinal de respeito entre as hostes portuguesas (e mouras), mas fica absolutamente clara a natureza militar e “hagiográfica” do cognome – o homem que é vencido apenas pela própria morte (mas que o esquecimento nunca fará morrer). É por isso o início da gesta cronística do Lidor, que terá continuidade, por exemplo, na *Monarquia Lusitana* mas, sobretudo, nos tempos oitocentistas, com as *Lendas e Narrativas*, de Alexandre Herculano.



Representação da “Morte Gloriosa de Gonçalo Mendes da Maia”
Biblioteca Nacional

Já Pinho Leal, memorialista e historiógrafo, recordava o Lidor, no seu *Portugal Antigo e Moderno* da seguinte forma:

Combateu sempre ao lado do seu rei, algumas vezes em defesa da sua patria e quasi sempre para alargar os limites d'ella, com territórios conquistados aos mouros, de quem era o terror.

A sua vida foi empregada em continuo batalhar, sem que o peso dos annos lhe diminuisse as forças do corpo e a intrepidez —e até mesmo a temeridade—da juventude.

Era fronteiro de Beja, e na edade de 90 annos fazia frequentissimas vezes *entradas* em terra de mouros, como se estivesse em todo o vigor da vida. Por maior que fosse o numero dos inimigos, elle os investia sem temor, e com certeza de victoria que sempre obteve nas suas assombrosas empresas, combatendo muitas vezes contra os mouros, dez e mais vezes superiores em numero.

Fonte: *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 5, entrada “Maia”, pp. 36-37

Memória do Lidor

CONDE D. PEDRO (século XIV) Honra e Carácter Verdadeiro Líder e Cavaleiro	PINHO LEAL (século XIX) Destemido Guerreiro Patriota	ALEXANDRE HERCULANO (século XIX) Lenda Viva Herói Imortal
CRONISTA	MEMORIALISTA	ROMANCISTA

Fonte: elaboração própria

Este quadro bem demonstra a evolução conceptual que a figura do Lidor mereceu na nossa historiografia: a Crónica, mais próxima da época de vida do retratado, evidencia bem o militar, o homem dedicado à causa pela qual combatia e pelos vínculos de solidariedade(s) que estabeleceu com os seus homens. No século XIX temos a “ressurreição” do Lidor, duplamente retratado por dois géneros literários distintos – Pinho Leal, à maneira de um historiador regionalista, colecionador de memórias, fará justiça à dimensão patriótica da figura de D. Gonçalo Mendes da Maia, procurando salientar a sua fidelidade a D. Afonso Henriques e ao projeto nacional; já Herculano, que nas “Lendas

e Narrativas” veste a pele de romancista (nunca despindo verdadeiramente a de historiador) procura enfatizar a dimensão do herói, da conduta exemplar que a outros servirá e que, desta forma, constitui uma referência a seguir.

A Maia nas Inquirições de 1258

Um dos textos que mais detalhes nos revela sobre a vida quotidiana na Maia Medieval são as chamadas *Inquirições Gerais* de 1258, produzidas no reinado de D. Afonso III, o Bolonhês, rei conhecido pelos processos de centralização do poder real, de *curialização* da administração política, de construção do edifício jurispolítico em que assentará a Monarquia Portuguesa até aos alvores do chamado Estado Moderno.



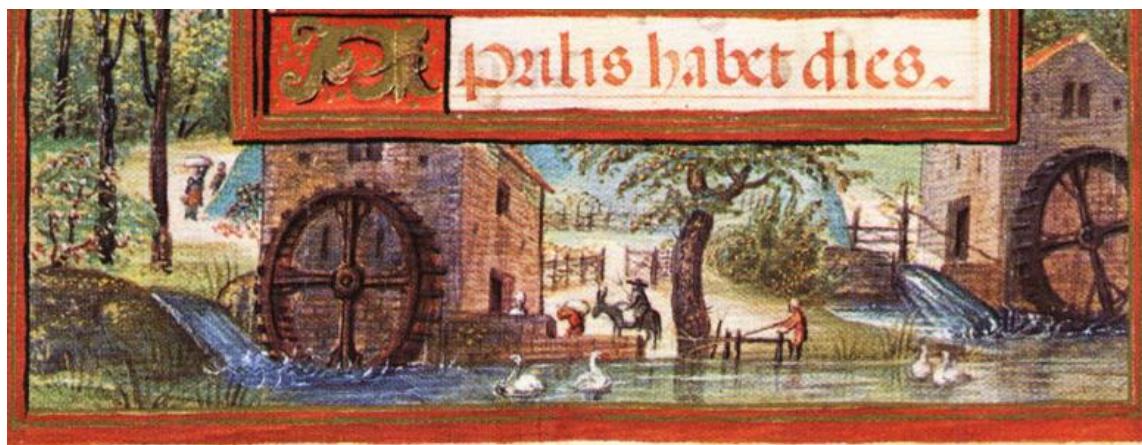
D. Afonso III, Rei de Portugal e Conde de Bolonha
Desenho iluminado da Genealogia dos Reis de Portugal (1530-34), de António de Holanda

Na senda destes esforços de credibilização do poder monárquico, D. Afonso III, que havia sido educado na corte francesa (do Rei Luís IX, o conhecido *São Luís*) e que, portanto, desconhecia a realidade territorial e geopolítica interna do Reino, viu-se na necessidade – com o importante suporte dos seus conselheiros mais avisados e prudentes, uma nova aristocracia que vai emergir depois dos tumultos que rodearam a deposição de D. Sancho II e a guerra civil que acompanhou esses tempos – em retomar um dos mais ambiciosos projectos de (re)conhecimento do território nacional (promovido pelo seu pai, D. Afonso II), com todos os seus senhorios, recursos e gentes, verdadeira “radiografia” da vida de então, as chamadas *Inquirições Gerais* (note-se que no tempo de D. Afonso II, por falta de tempo e de oportunidade(s), apenas se conseguiu estender este inquérito a uma parte do território da Arquidiocese de Braga, que estendia entre os pinhais e a maresia de Vila do Conde, até às serranias e planaltos transmontanos).

Que Maia temos nos meados do século XIII? Olhando para as Inquirições – de forma necessariamente panorâmica, mas também paisagística – um território essencialmente marcado pelos ritmos próprios da ruralidade, com seus moinhos e azenhas a domarem vastos regatos e cursos de água, essenciais à safra do cereal e ao fabrico de pão, feito essencialmente à base de centeio, cereal mais abundante na alimentação dos maiatos. A broa escura e negra reinava, portanto. Também havia trigo, mas pouco e esse, claro, destinado para a mesa do Senhor.



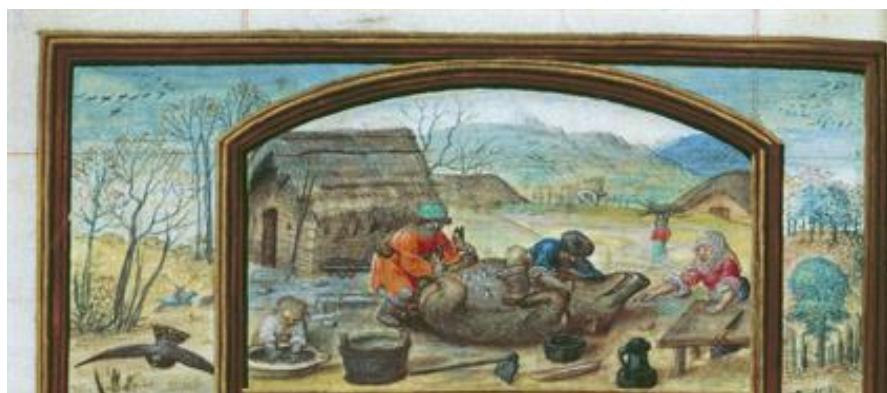
Ceifa do Trigo e Colocação do Vinho na Pipa
Gravuras do Missal Antigo de Lorbão (século XV)



Representação de Moinhos e da vida em volta dos mesmos
Iluminura de António de Holanda (1519) do Livro de Horas d'El Rei D. Manuel I

Do ponto de vista da criação de gado, sendo reconhecíveis as várias espécies, é inegável o domínio do gado suíno, verdadeira base da alimentação dos nossos conterrâneos de então, que fornecia a *marrã* (costela de porco ou carcaça) ou a *espádua* que, aqui e ali, vamos perscrutando daquele latim tão corrompido, tão a querer ser português.

Os meses de novembro e dezembro, épocas de eleição para a matança do porco nas quintas maiatas – já então muito ativas, referidas, genericamente, sob a designação de *quintana* (quintã) – são períodos de grande bulício e atividade, constituindo uma das principais formas de sustento dos agregados e de reunião socio-antropológica para muitas famílias.



Matança do Porco numa Quinta
Iluminura de António de Holanda (1519) do Livro de Horas d'El Rei D. Manuel I

Note-se que as Inquirições apenas se fazem eco das rendas pagas ao Rei, que tinha uma parte muito pequena da propriedade quando comparada com as Ordens Religiosas ou os Senhorios Laicos (como era Pero Pais da Maia, o *Alferes*, Tenente da Terra da Maia).

Gostaríamos de dedicar a esta grande figura da História da Maia uma palavra muito especial: trata-se de um dos mais excepcionais – e por vezes esquecidos – maiatos de todos os tempos: exerceu as funções de *Alferes-Mor* (à época designação que compreendia o atual conceito de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas) de D. Afonso Henriques, entre os anos de 1147 e 1169. Após o chamado “desastre de Badajoz” (em que D. Afonso Henriques é capturado pelo inimigo e feito prisioneiro por Fernando II de Leão durante cerca de 4 meses), D. Pero Pais terá entrado em rota de colisão com o monarca, D. Afonso Henriques, divergindo da sua estratégia militar e política. Apesar de tudo – e do seu afastamento voluntário da Cúria – não deixa de ser curioso que D. Pero Pais surja, entre os anos de 1171 a 1181, a exercer exatamente as mesmas funções que tinha na círcula régia portuguesa: as de *Alferes-Mor*. Postos estes factos, podem colocar-se várias questões (e hipóteses), com intrigantes e surpreendentes possibilidades de resposta:

1. D. Pero Pais, revoltado e zangado com D. Afonso Henriques, decide entregar-se ao serviço do grande rival cristão de então na península, o Reino de Leão. Este ato, por si só, constituiria motivo da mais alta traição, sendo um dos maiores castigos para os nobres “de casta”, como eram os da Maia, verem as suas terras e domínios expropriados em favor da Coroa e o seu nome “danado” para todo o sempre – sendo que as Armas e Pendões que representavam a Casa da Maia poderiam ser destruídos para Memória Futura. Mas, se nada disto aconteceu (pelo contrário, a Memória dos da Maia é preservada, mantida e, até, vamos dizer, ampliada, pelos cronistas subsequentes, como já vimos), o que faria exatamente em Leão D. Pero Pais?
2. De acordo com José Mattoso (e numa linha de raciocínio diferente), D. Pero Pais seria um exilado político, afirmando que *decerto por lhe ter sido atribuída alguma responsabilidade na derrota de Afonso Henriques e na perda de Badajoz* (MATTOSO, 1998). Pero Pais seria, portanto, o “bode expiatório” daquela aventura militar malfadada.
3. Estaria D. Pedro Pais a desempenhar uma missão: ou seja, tendo a derrota de Badajoz constituído um ponto de viragem na expansão para aquela região que Afonso Henriques alimentava, não seria útil ao monarca português ter os seus “olhos e ouvidos” em Leão? E

quem melhor poderia desempenhar essa missão que alguém que se havia incompatibilizado com o Rei, estando disposto a servir um dos seus grandes rivais? Parece-nos que o plano poderia ser outro

4. D. Pedro Pais está em Leão para acompanhar as manobras das tropas leonesas e para, assim, poder ser mais útil ao seu Rei e à sua Pátria, que nunca se esqueceu dele e que, aliás, numa das principais fontes de informação “oficiais” (as Inquirições) não evoca o seu nome como “sucessor de Judas, que arda no Inferno”, mas sim como “D. Pedro Pais, tenente desta Terra” – estas informações parecem-nos ainda assim seguras do raciocínio que acabamos de patentear

De todo o modo, muito nos revelam as Inquirições. Até pelas omissões. Deveremos, pois, considerar o muito que aqui não é retratado ou abordado – há silêncios, porém, que falam poderosamente. *O melhor, ia para o Paço.* E aqui entenda-se Paço na sua dupla função: o do Tenente da Terra e o do Senhor Rei (*Dominus Rex*), como as Inquirições frequentemente nos recordam.

Olhemos na especialidade para cada uma das freguesias do atual concelho e para a forma como são apresentadas nas Inquirições de 1258:

1. **Águas Santas (Santa Maria)**: Grande domínio dos Mosteiros de Águas Santas e Leça do Balio. Poucos direitos são pagos ao Rei que, por sua vez, apresenta o pároco. Foi ordenada a colocação de marcos para fixar os limites do Couto de Águas Santas. O Castelo da Maia aparece situado na freguesia de Rebordãos, tendo na sua área leiras reguengas e estando a sua defesa a cargo do exército, com vista a proteger a estrada que ia para o Porto.
2. **Avioso (Santa Maria)**: 6 dos 9 casais da “*villa*” de Santa Maria pertencem à Igreja Paroquial, a principal proprietária. O Bispo de Tui e os irmãos são proprietários de um casal em Paredes. Existe muita propriedade monástica, dividida por várias instituições: Moreira (7 casais); Santo Tirso (4 casais); Vairão e Roriz (1 casal cada).
3. **Barca (São Martinho de Vermoim)**: A Sé do Porto apresenta direitos parciais sobre 4 casais. A Apresentação do pároco é feita pelo Mosteiro de Vairão. O Pároco é o Cónego Soeiro Pais, o que indica a sua ligação ao Cabido Diocesano (ou seja, a Sé do Porto tinha o direito de apresentação do Pároco). A Família da Maia tem aqui propriedades através da referência genérica dos “herdadores de Pêro Pais da Maia, o Alferes”.
4. **Barreiros (São Miguel de)**: Domínio dependente da Ordem do Hospital (compunha o Couto de Leça do Balio). Não há pagamentos ao Rei. Referências aos Cavaleiros Hospitalários de Esposende e Custóias.
5. **Folgosa (São Salvador)**: Padroado do Mosteiro de Santo Tirso e dos herdadores. O Pároco é Lourenço Pires (eleito em Santo Tirso). O Rei não tem aqui terras. Decadência dos proprietários rústicos do local, que assistem à perda da sua influência em detrimento do Mosteiro de Santo Tirso.

6. **Gemunde (São Cosme e São Damião)**: O Mosteiro de Moreira faz a apresentação do pároco. Há 12 casais na “villa” de Gemunde, todos de Moreira. Também a Ordem do Hospital, Mosteiros de Paço de Sousa e Cedofeita têm aqui terras. Há mais povoamento e rendas nos lugares de Sá, Bajouca, Anta, Casais e Bairro
7. **Gondim (São Salvador de)**: O Rei não tem aqui direitos. Casais dos Mosteiros de Leça do Balio, de São Romão (de Vermoim, entretanto transitados para a sua Igreja Paroquial) e do Porto. São equiparados a nobres os bens da família Carramondes (ou Carramundos) que também surgem nas inquirições de Vermoim e Barca, mas não é usado o título de “*Dompnus*”
8. **Gueifães (São Faustino)**: Todo o domínio é da Ordem do Hospital (11 casais), dada a sua proximidade e afinidade ao Couto de Leça do Balio, do qual dependia. O Rei não tinha aqui direitos.
9. **Milheirós (São Tiago)**: Terra reguenga. O Pároco não residia na paróquia, já que era cónego da Sé do Porto. Os Cavaleiros também têm aqui terras. A origem da mão de obra nas terras repartia-se por colonos do Mosteiro de Leça e também das terras da paróquia vizinha de Santa Maria de Nogueira.
10. **Moreira – freguesia de São Silvestre do Couço (hoje lugar de Crestins)**: Propriedades da Igreja de São Silvestre (hoje Capela de Santa Luzia) e dos Cavaleiros Mendo Soares de Merló e Martim Esteves. Ordem do Templo tem direitos. Paróquia que acaba por ser incorporada em Moreira. O Couto de Moreira estava isento, não tendo qualquer terra reguenga e, por isso, não foi objeto de inquirição. Estavam obrigados a pagar *fossadeira* (direito de guerra), que poderia ser traduzido tanto em mobilização militar numa hoste maior, ou no recrutamento militar no plano “nacional”.
11. **São Pedro Fins (São Félix do Coronado)**: grande dependência do Mosteiro de Santo Tirso, que tem o direito de apresentação. Curiosa a força do orago hispânico, que desparecerá apenas na época moderna.
12. **Silva Escura (Santa Maria)**: Zona de grande importância rural e, como o seu topónimo parece sugerir, com importante cobertura florestal.
13. **Vermoim (São Romão de)**: bem presente e vincada a memória do Mosteiro de São Romão de Vermoim, instituído por Dona Unisco Mendes e sua Família, que dominou esta região entre o final da Alta Idade Média e o século XII, altura em que entra em decadênciam. A Família da Maia (fala-se nos herdeiros de Pedro Pais da Maia, *o Alferes*) possui aqui algumas propriedades.
14. **Vila Nova da Telha (Santa Maria de)**: O seu padroado pertencia ao Mosteiro de Moreira da Maia, que detinha a quase totalidade dos casais. Nalguns documentos do Arquivo Distrital do Porto, posteriores, precisamente ligados ao cartório de Moreira da Maia, encontramos a designação “Vila Nova de Moreira”, vincando bem a ligação histórica entre as duas paróquias.

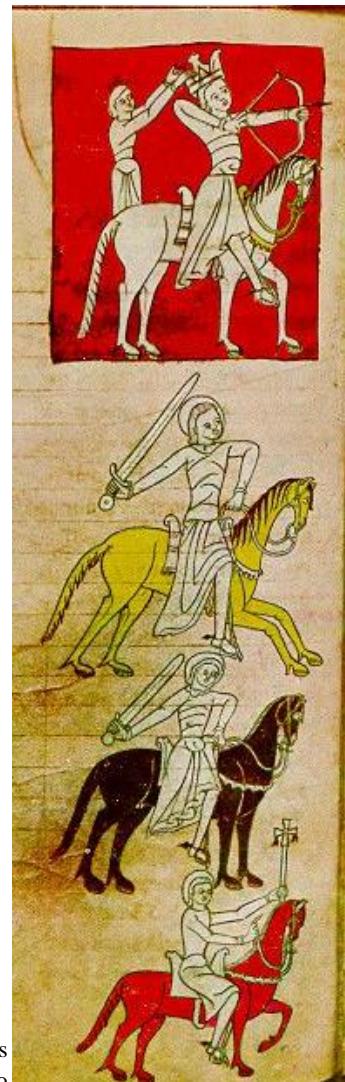
Fonte: *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Segunda Alçada

A Família da Maia e a sua Memória nas Inquirições Gerais de 1258

Como já sublinhamos em outro momento (MARQUES, 2007) as Inquirições de 1258 são também uma excelente fonte de história social que nos permite conhecer, com rigor, o funcionamento da estrutura sociológica da Maia de então. Para além do Tenente e da sua Família – a família da Maia dominará este cargo, precisamente, até cerca de 1226, data da morte de João Pires da Maia, último varão desta poderosa e prestigiada Família, a mais importante no apoio ao nosso primeiro rei no processo de fundação da nacionalidade: e para isso, bastará recordar o papel que os filhos de D. Mendo Gonçalves (os celebrados *Mendes*, porque filhos de Mendo) e Leodegunda Soares, a *Tainha* tiveram – D. Paio Mendes como Arcebispo de Braga; D. Gonçalo Mendes como Fronteiro-Mor do Alentejo e D. Soeiro Mendes, o *Bom*, como Tenente da Terra da Maia e na dignidade com que exerceu o seu ofício, sendo o mais próximo lugartenente dos Condes Henrique e Teresa (tendo administrado o Condado na ausência destes) – conseguimos encontrar a força e a marca na Memória Maiata que deixaram os *herdeiros de D. Pedro Pais, o Alferes*, assim referidos genericamente, por exemplo, na Inquirição de Vermoim, quiçá com saudade (e respeito) desta insigne gesta, que daria lugar aos casamentos de Maria Anes da Maia com Gil Martins de Riba de Vizela, possivelmente o mais poderoso nobre da corte afonsina, tendo exercido o ofício principal de Mordomo-Mor de D. Afonso III entre 1253 e 1264 (VENTURA, 1993); Teresa Anes com Fernão Anes de Lima e Elvira Anes com Rui Gomes de Briteiros (PIZARRO, 1997).

Cavaleiros Medievais

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Apocalipse de Lorrão



A Família da Maia detém ainda algumas propriedades na orla marítima da Terra. Na Inquirição de Lavra, diz-se que o padroado pertence ao Mosteiro de Santo Tirso *por doação do Conde D. Mendo e, mais adiante, afiançando que o documento de referência é o seu testamento* (note-se que Lavra havia sido sede, na Alta Idade Média, de um cenóbio de alguma importância – tinha vários colonos que a ele estavam sujeitos). A Terra era Coutada desde esse tempo e, como tal, não estava sujeita aos juízes da coroa. Já no lugar de Cabanelas, o inquirido Pedro Salvadores afirma que existem no lugar 21 casais – todos de herdadores. E afirmavam que sempre haviam servido a D. João Pires da Maia e a D. Gil Martins (de Riba de Vizela), seu genro e principal herdeiro. Havia apenas um casal régio em Abelhoso. Já junto à Foz do Rio Onda, onde desde a época romana havia grande atividade económica salina e de conservas de peixe, disse que havia 7 casais – todos de João Pires da Maia. Acontece que o Senhor da Maia havia comprado as propriedades *para aí fazer uma Quinta*. E mais: a localidade é honrada – não por pendão, ou por marcos, ou por carta de couto do Rei, mas sim *pelo senhorio que tinha* (os Senhores da Maia). Em Paiço, Pampelido e Casal faz-se referência a terras de Dona Teresa Martins. Em Angeiras, para além de Teresa, surge também o nome de D. Gil Martins.

Aliás, Mattoso conta-nos que *os bens* [das Inquirições de 1258] *pertencem quase exclusivamente a D. Teresa Martins, viúva de Martim Pires da Maia, de cognome “o Jami” ou aos genros de seu irmão, João Pires da Maia. Este último facto explica-se porque João Pires da Maia,*

provavelmente primogénito e sucessor de Pêro Pais da Maia, “o Alferes”, só teve filhas: Teresa, Elvira e Maria. Os inquiridores nomeiam, portanto, os seus maridos, como proprietários de uma parte da fortuna que pertencera ao último senhor da Maia (MATTOSO, 2002, 244). E daí decorre que prevalecendo, portanto, a linha masculina, comprehende-se que, de entre os três genros de João Pires da Maia se destaque, pelo maior número de propriedades, um único, Gil Martins de Riba de Vizela. Certamente por ter casado com a mais velha das três irmãs, a herdeira principal, Maria Anes da Maia (MATTOSO, 2002, 244). Na Maia (e por aqui entenda-se, claro, a Grande Maia, do Ave ao Leça) subsiste ainda e porém, em 1258, a força desta linhagem. Como afirma José Mattoso o panorama é muito característico da repartição sociológica e económica da nobreza minhota daquela época, e ao mesmo tempo revelador da prática sucessória adoptada. Ao lado de um numeroso grupo de cavaleiros com poucos casais e algumas quintãs, a maioria da propriedade nobre pertence efectivamente aos que descendem dos senhores da Maia, apesar de este título ter já então desaparecido como nome de família (MATTOSO, 2002, 244). Relativamente aos clãs emergentes das “cinzas” que ficaram “dos da Maia” diz-nos José Mattoso entre os primeiros [cavaleiros com algumas propriedades] encontrei, por exemplo, Brandões, Babilões, Palmazões, Ataídes, Ferreiras, Nomães, Arões, Molnes, Cunhas, Pimentéis, Melos e até outros [...] ou que aí figuram muito accidentalmente como Vivazes, Fajoses, Ferrazes, Galfares, Luzins e Outizes. Alguns deles como os Melos, Cunhas e Pimentéis tinham as suas propriedades noutras regiões (MATTOSO, 2002, 244).

Concluímos este primeiro estudo com um objetivo muito claro: articular a memória documental existente sobre a Família da Maia, nomeadamente as fontes existentes para os séculos XIII e XIV – no primeiro caso estão as Inquirições de 1258 e o Livro Velho de Linhagens, composto por um monge tirsense por encomenda da Família de Riba de Vizela – que assim pretendia honrar o nome dos da Maia – e no segundo o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Fica-nos a ideia de uma família prestigiada, forte, emblemática e poderosa na definição do jovem Portugal.

Bibliografia Consultada

- BARROCA, Mário Jorge (2004). *Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)*. Portugália: Nova Série, vol. XXV, pp. 181-203.
- FERREIRA, Maria do Rosário (2011). *A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do “Livro de Linhagens”*. In E-Spania (Revue Interdisciplinaire d’études hispaniques médiévales et modernes. Publicação a 11 de Junho [disponível em : <https://e-spania.revues.org/20273>]. DOI : 10.4000/e-spania.20273.
- KRUS, Luís (1994). *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARQUES, Gonçalo (2007). *Da Gestá e da Honra: notas de História Social nas Inquisições à Terra da Maia*. In Douro: Estudos e Documentos, nº 21. Porto: GEHVID, pp. 241-256.
- MATTOSO, José (1998). *A Nobreza Medieval Portuguesa no contexto peninsular*. In Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, vol. IV-2, pp. 1019-1044.
- Idem (2002). *A Família da Maia no século XIII*. In *A Nobreza Medieval Portuguesa: a Família e o Poder*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro e FERREIRA, Maria do Rosário (2015). *O projeto de escrita de Pedro de Barcelos*. In Revista População e Sociedade, nº 23. Porto: CEPESE, pp. 25-43.
- PICOITO, Pedro (1998). *O Sonho de Jacob: Sacralidade e Legitimização Política nos Livros de Linhagens*. In Lusitania Sacra. Lisboa: Universidade Católica, 2ª série, vol. 10, pp. 123-148.
- VENTURA, Leontina (1993). *A nobreza da corte de Afonso III*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Coimbra.
- REI, António (2013). *Da ascendência árabe dos Senhores da Maia*. In Raízes e Memórias, nº 30. Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia, pp. 21-36.

A Mulher maiata e o seu jeito de trajar (Traje Domingar – oitocentista e inícios do séc. XX)

Armando Mário Moreira Tavares*

Resumo: Em meados do século XX, a valorização e o interesse no estudo da História local e regional, incentivou a preservação dos usos e costumes das populações locais.

O conhecimento e a existência do traje nos nossos dias sobrevivem de geração em geração, através de informação oral, mas este tipo de fonte histórica implica de uma forma natural a adulteração (ingénua ou tendenciosa), com ou sem intenção dos agentes transmissores.

O traje que conhecemos, não está registado nem documentado na sua totalidade, devido à quase inexistência de documentos escritos, o qual limita e facilita a alteração e adulteração do corte, tecidos e acessórios usados, o que favorece uma adaptação mais folclorística na sua composição.

Os testemunhos fotográficos, apresentam diferenças tanto ao nível dos tecidos, acessórios e a maneira de vestir as peças que o compõem, muitos exemplares apresentam-se com características cénicas, desvirtuando a realidade e a vivência quotidiana dos intervenientes.

Assim sendo, sentimos a necessidade e até mesmo a obrigação moral da realização efetiva de registo, com base nos testemunhos materiais e orais dos maiatos que assistiram, viram e guardaram na memória registos do seu tempo até aos nossos dias e, para que não corramos o risco da adulteração de um passado que se apresenta numa linha ténue do seu desaparecimento, entendemos aprofundar a forma de trajar, que deve ser motivo de registo em todo o seu conteúdo, participando no legado de transmissão do saber ao enorme grupo de pessoas distribuídas pelos grupos regionais e folclóricos locais, que se dedicam de alma e coração a esta forma de estar e de construir história.

Palavras-chave: Traje, adulteração, Investigação,

Introdução

Na Maia oitocentista e na primeira metade do século XX, vislumbrava-se um manto verde e colorido, resultado da simbiose com as flores silvestres que brotavam dos suaves declives. As trepadeiras que se afirmavam despontarem nas casas modestas e os jardins românticos das grandes casas Senhoriais e das abastadas casas de lavoura, emprestavam à paisagem desta terra, uma beleza de um bailado de cores.

Nos tempos longínquos, esta terra foi um território essencialmente agrícola, onde a ruralidade se demarcava de outras atividades. Um grupo bastante significativo de maiatos enveredou por variadíssimas profissões tais como, pedreiros, carpinteiros, santeiros e tantas outras atividades, assim como grande número de indivíduos maiatos partiram para o Brasil.

A maior fatia da população maiata, ativa, ocupava-se profissionalmente na lavoura, nos trabalhos agrícolas, atividade esta também preferida pelos moços e moçoilas do Minho e das Terras de Santa Maria, que viram nesta terra o lugar que lhes pareceu ter mais condições de bem-estar para trabalhar, casar e por fim amortalhados com o linho alvo que brotava deste lugar fértil – A Terra da Maia.

Os ciclos agrícolas e o calendário religioso, determinaram os raros momentos de lazer desta gente laboriosa. Estes momentos alegres, chegaram até nós na forma de cantigas e nas danças populares, consequentemente a maneira como se vestiam para cada momento das suas vidas.

Todo o conhecimento sobre o de trajar da mulher maiata chega até nós essencialmente através dos grupos culturais, regionais e folclóricos na sua variadíssima composição de trajes, diferenciados pela atividade profissional, religiosa, feiras, festas religiosas e profanas, sempre marcados e diferenciados inclusive em pormenores relacionados com o seu poder económico e o estádio social.

* Câmara Municipal da Maia

Para o desenvolvimento deste “estudo” sobre o traje, fomos pesquisar testamentos oitocentistas, fotografias, periódicos, as fontes orais, credícies e superstições, lendas e contos que se transmitiram de boca em boca de geração em geração.

A imensidão do território maiato, vislumbrava-se entre margens sul do rio Ave e a margem norte do Rio Douro. Terra habitada destes tempos remotos e, segundo vestígios que vários estudiosos nos dão a conhecer, a Maia já era povoada no período da pré-história.

Terra da Maia, uma imensidão de terra com a paisagem verde dos campos aráveis e de pequenos declives, rasgados por rios, riachos e ribeiras, tendo como vizinhos, os moinhos que se espalhavam nas suas margens, moíam o pão de cada dia desta gente laboriosa e orgulhosa de pertencer às Terras do Lidor. Gonçalo Mendes da Maia, valente “adeantado” de D. Afonso Henriques, foi um homem valente e destemido na conquista e reconquista de Portugal.

Victor de Moigénie, estrangeiro, lançou um livro, no qual descreve o que os seus olhos viram aquando um passeio pelas nossas terras. "... lá fui ontem ao passeio de Águas Santas. Fica no Concelho da Maia, limítrofe do Porto. Quer isto dizer que é um jardim estranho, como todo o arrabalde desta cidade. Panoramas tranquilos, águas, verduras, casais. Nada das grandezas alpinas da Beira ou de Trás-os-Montes. Nem uma planura. Se algum monte incha o solo, cobre-se de verduras e não mostra uma fraga. Se alguma ladeira oferece um despenhadeiro, é tão recamada de giestas, rosmaninhos e gramas, que parece um leito inclinado, um despenhadeiro de veludo e violetas."¹.

Sessenta e sete freguesias, território que se manteve unido durante séculos, hoje retalhado e dividido em vários concelhos, proporcionou uma unidade e reconhecimento do seu valor como um todo económico e cultural, que ainda hoje contem em si uma forma de estar bairrista e nostálgica do seu passado histórico-cultural, na sua terra, no seu Portugal. “cultura maiata”, com verdadeira personalidade antropológica, cujas raízes mergulharão, quiçá, para além da própria dominação romana².

D. Manuel I em 1519, concede à Maia foral e desde então, o território maiato assistiu à sua desagregação territorial e com Mouzinho da Silveira (séc. XIX), a Terra da Maia assiste ao engrossar de outros concelhos, retirando-lhe terra e mar em favor de Vila do Conde, Santo Tirso, Matosinhos, Porto, Valongo e Gondomar.

A natural evolução dos tempos a par com o desenvolvimento da indústria e serviços, a paisagem manchada pelo verde do trigo, milho e do linho, altera-se substancialmente mas, contudo, o espírito de ser maiato não deixa desvanecer o seu passado e a ação importante que esta gente tem tido no crescimento e desenvolvimento da sua pequena Pátria.

Maia, foi e ainda o é, Terra de convergência humana.

A Maia, sempre foi um ponto de convergência de mão-de-obra masculina e feminina para trabalhar, muitos ficaram, casaram e muitos permaneceram nesta terra, até ao fim das suas vidas.

Os registos paroquiais em depósito na Torre do Tombo, conferem-nos e atestam que muitos homens e mulheres vieram para estas terras trabalhar e por cá contraíram matrimónio, constituindo família, fixando a sua residência por estas bandas.

Os livros dos batizados, defuntos e casados, produzidos pelas paróquias da Maia (caso em estudo da Paróquia de Moreira), dos séculos XVII e XVIII, informam claramente a vinda de homens e mulheres designadamente das terras da Vila da Feira, Ovar, S. João de Ovar, Válega, Barcelos,

¹ MOIGÉNIE, Victor, A Mulher em Portugal

² MAIA MARQUES, José Augusto – Maia Páginas de Memória. In , Cadernos do Mosteiro N.º2, Maia: Câmara Municipal da Maia, 2001, p. 121.

Braga e outras localidades de entre Minho e terras de Santa Maria. As chegadas destas gentes prolongaram-se pelo século XIX.

Contando com os indivíduos do sexo masculino registados nas *Cadernos de Recenseamento Geral de Eleitores e Elegíveis para Deputados, Cargos Municipais e Paroquiais*³, Verificamos que o maior número dos indivíduos registados, sobressaem os que trabalham na lavoura, jornaleiros e agricultores, mas também sabemos que lado a lado, as mulheres, crianças, adolescentes e menores (masculino/feminino), colaboravam arduamente nos trabalhos da terra e não constam de registo nos cadernos de recenseamento, conforme a lei vigente nos finais do século XIX.

A sua participação na vida do trabalho masculino esteve sempre lado a lado, fazendo-lhes companhia nos trabalhos agrícolas, executando as mesmas tarefas que o homem, e para atenuar as dificuldades da sua subsistência manuseavam o arado, a charrua, o sachador, o roçar do mato, contribuíram no ritual diário de alimentar o gado, estendiam estrume, cavavam a terra e em tantas outras tarefas a sua ação é notória. Quem não se lembra de ver as mulheres com a foice na mão sob o sol abrasador, ceifando o trigo e o milho, conduzindo a farinha das moendas.

Com os seus dedos ágeis e marcados pela rudeza da vida, as mulheres e raparigas, fiavam e teciam o alvo linho que esta terra oferecia, depois de tantas voltas que o linho levava para chegar ao tear.

As mulheres foram mão-de-obra muito importante na sociedade Maiata, “obrigadas” a trabalhar ao lado do homens e sobre os seus ombros a pesava a organização as suas casas, tomando para si a responsabilidade acrescida quando o marido embarcava para além mar rumo ao Brasil.

As mulheres assumiam toda a responsabilidade na administração dos bens e continham em si o dever e o sentimento maternal e quando as vicissitudes da vida as separavam dos maridos, encarnavam também a figura de pai, sendo elas as guardiãs do destino da família que ficou a seu cargo, sempre com a esperança de poder um dia ver o marido regressar com algum dinheiro na ansia de uma vida melhor o que nem sempre aconteceu. Muitos partiram e por lá ficaram, alguns vieram e com o que amealhavam, construíram grandes casas e adquiriram terras para dar continuidade à génesis do seu saber – Trabalhar a terra.

Outras ocupações estas mulheres tomavam para si e, das mãos destas criaturas, com talhe forte e certeiro, faziam com que os paus dos tamancos saltassem das suas mãos ligeiras, amontoando-os num canto do barraco dos fundos, para depois o marido pregar o couro de atanado nos socos, chancas e tamancos, agasalho nos dias frios e molhados do rigoroso inverno húmido, e na caminhada para a missa na igreja ou capela do seu lugar.

O choupo, plátano o eucalipto e o pinheiro serrados em pequenos paus, eram transformados pelas mãos das mulheres em colheres de pau e outros utensílios para uso doméstico para venda na cidade do Porto e arredores.

Nas freguesias de Barca e Vermoim, as mulheres trabalhavam afincadamente a rachar e talhar paus de socos, tamancos e chancas e ainda as famosas colheres de pau. Nestes lugares da Maia, a existência de Pauzeiros e Tamanqueiros, ocupava um grande número de trabalhadores⁴. O tamanqueiro fazia o seu trabalho em casa sempre com ajuda da mulher a rachar toros de madeira.

Era um alvoroço na freguesia quando em grupo as mulheres passavam com enormes carregos de cadeiras, bancos e colheres de pau feitas de pinho, suportados pelo seu corpo, colocados a jeito na

³ Caderno de Recenseamento Geral de eleitores e Elegíveis para Deputados, Cargos Municipais e Paroquiais. Documento muito importante para o estudo da história das Populações mas sabemos que, este documento não abrange todos os cidadãos que habitavam no concelho da Maia. Os menores, crianças, adolescentes e mulheres, são excluídos neste registo de cidadãos eleitores e elegíveis, conforme lei vigente nos finais do séc. XIX.

⁴ Idem.

cabeça protegida de uma sogra⁵. Ainda nos lembramos de as ver apregoar o seu produto e argumentar de forma esplendorosa e com bom humor a sua mercadoria para a vender o mais rápido possível.

A freguesia de Moreira, foi e ainda é uma terra de bordados onde podemos admirar nas belas toalhas de linho alvo, assim como os lençóis de linhos bordados e nas toalhas dos altares do Mosteiro de Moreira e na capela da Senhora Mãe dos Homens. A mulher de Moreira conhecida pelo fiar fino e o bordado suave do ponto crivo, ponto pé de flor, ponto cadeia, ponto de grilhão, ponto cheio e ponto de cruz, orientadas pela senhora Mestra que as ensinava a bordar e a transformar um “pedaço” de linho alvo numa bela obra de arte.

Mesmo ao lado de Moreira, em Vila Nova da Telha, proliferavam trapeiras ou farrapeiras e as pinheireiras, raparigas destemidas e corajosas, trepavam habilmente os pinheiros bravos das bouças das redondezas para apanharem pinhas secas para vender nas casas ricas para uso das lareiras e nas grandes cozinhas.

Muitas pinheireiras ficaram irremediavelmente inutilizadas para sempre, resultado final das monumentais quedas do cimo dos pinheiros bravos, todo este sofrimento para angariar alguns centavos para trocar por um naco de boroa e uns pequenos couros com gordura.

Em Milheirós, terra de lavadeiras, surgiam grupos de mulheres num rodopio e chinfrim constante, provocado pelo falar alto e das cantigas alegres que as auxiliavam na caminhada até os arrabaldes da cidade do Porto, faziam-se ouvir. Estas moças, passavam horas a fio gastando a pele das suas mãos nas águas claras, puras e cristalinas do rio Leça e Almorode, lavando e branqueando roupa. Eram as lavadeiras da Maia, muito solicitadas pelas casas da burguesia da cidade do porto.

A lavagem dos lençóis, fronhas, toalhas e saias de baixo, depois de serem cuidadosamente mergulhadas nas águas dos rios e riachos, esfregadas, batidas e coradas ao sol, só elas as deixavam com o branco alvo muito conhecidos nos arrabaldes da cidade do Porto.

A par de todas estas ocupações, o algodão importado do Brasil e dos Estados Unidos, causou o aparecimento de fábricas de transformação dos lanifícios na cidade do Porto que por sua vez entregava a pequenos núcleos de trabalhadoras no seu domicílio para que fosse cardado e fiado, podendo assim engrossar o seu orçamento familiar.

As mulheres da Maia, continham em si a arte de bem fiar, dobrar e tecer e por isso mesmo, mão-de-obra preferida pelas indústrias existentes na cidade e consequentemente fizeram parte desta atividade ao domicílio.

O Porto foi frequentemente designada como a "MANCHESTER PORTUGUESA", esta cidade era um polo dinamizador de trabalho, a par com a zona de Braga e Covilhã.

Existia na cidade do Porto um número elevado de pequenas unidades de produção com muita matéria-prima que se destinava ao trabalho domiciliário, as quais e utilizavam elevada mão-de-obra feminina. O Porto, foi um polo notável pela poderosa força das máquinas e em simultâneo proporcionou o aparecimento de uma organização de trabalho nas famílias dos arrabaldes, inclusive a Maia.” As fiadeiras e dobradeiras de Bouças e da Maia, cujo número somado não deve andar longe de 1500, trabalham para as fábricas do Porto”⁶. O sector têxtil funcionava nos moldes tipo doméstico, deslocavam-se semanalmente à cidade para adquirir a matéria-prima, para ser transformado e levando o produto fabricado. “... São como que uma dependência das oficinas do Porto, ou operárias

⁵ Sogra é uma rodilha de pano em forma de cilíndrica que servia para colocar na cabeça para servir de proteção ao peso dos carregamentos que as mulheres levavam para longas distâncias

⁶ Inquérito Directo - 2ª parte, Visita às Fabricas. Livro Segundo, Lisboa, 1883, p 34

destacadas trabalhando domesticamente”⁷.

Estamos perante uma franja da população maiata, laboriosa. Eram Mães e trabalhadoras valentes e altivas com singular pose e maneira de estar na vida, não passava despercebida no meio literário e político, os quais fizeram questão em registar para memória futura o que os seus olhos viram.

Luiz de Magalhães, viveu parte da sua vida na freguesia de Moreira da Maia. Este homem Ilustre, político da época, descreveu parte da terra da Maia como ele a via no seu tempo, documentando o seu pensamento através da escrita⁸.

Luiz de Magalhães⁹, Proprietário das terras outrora pertença do Mosteiro do Divino Salvador de Moreira, perpetuou as suas terras férteis e tudo o que o rodeava de forma apaixonada, exaltando a bela figura da mulher Maiata particularmente a de Moreira, destacando o moreno dourado da pele suavemente pintada pelo sol, fruto das horas a fio, amanhando a terra na cultura do milho e do trigo, dos legumes fartos e viçosos e ainda na cultura do linho, valorizando a sua forma de se apresentar, do caminhar ágil e ondulante, com carregos pesados em direção às feiras e mercados. Mulher de beleza inconfundível à mistura o sorriso e o falar alto por onde passavam, davam conta da sua existência.

“... De pequena elevação acima do nível do oceano, para onde se inclina em lento declive; toda em ondulações largas e suave... cobertas de vastíssimas florestas de pinheiros d'uma pujante vegetação... de suave e amena paizagem, esbatida dócilmente nas vaporizações prateadas... As mulheres da Maia tem fama entre as mais belas do Norte. E essa fama não é destituída de fundamento. O seu principal encanto reside na elegância do torso forte e cambré, da cinta estreita dos quadris largos e bombeados, e na graça ágil, ondulante e rythmica dos movimentos.”¹⁰

Traje Maiato – Domingar

Para o estudo e conhecimento do traje, mais especificamente o Traje “típico” Maiato-Domingar, socorremo-nos das fontes que conseguimos reunir para melhor interpretarmos o que vestiam as maiatas nos finais de oitocentos e inícios do século XX.

A fotografia é uma fonte muito importante para a interpretação do traje, do uso de ourivesaria e joalharia, e aflorar um pouco a história das famílias, o conhecimento e caracterização dos seus antepassados. Deveremos ter muitas cautelas na análise da fotografia enquanto fonte histórica, submetendo este tipo de documento a uma observação aturada e, tanto quanto possível abstração de cunho pessoal, da sua proveniência e o momento em que foi produzida a foto, para que se faça análise interna e externa do documento o mais coerente possível, tendo em atenção a sociedade da época, para que seja possível atingir o máximo possível da verdade.

A fotografia pode dar pistas muito importantes sobre a vida das mulheres, a sua condição social e económica e consequentemente a forma de trajar, inclusive a evolução da moda na época.

⁷ Inquérito Directo - 2ª parte, Visita às Fabricas. Livro Segundo, Lisboa, 1883, p 44

⁸ MAGALHÃES, Luís, A arte e a Natureza em Portugal, vol.1, 1902, p.

⁹ Cipriano Coelho de Magalhães nasceu em 13 de Setembro de 1859. Filho de José Estêvão, grande tribuno, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Após recusa de diversos cargos e candidaturas, exerceu, durante o ministério de José Dias Ferreira, o cargo de Governador Civil de Aveiro. Em 1897 foi eleito deputado por Vila do Conde e dois anos depois pela Póvoa de Varzim. Em 19 de Maio de 1906, sob o ministério presidido por João Franco, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 1919 toma parte no golpe conhecido como «monarquia do norte», ocupando, no efémero «governo» igualmente a pasta dos estrangeiros. Poeta e prosador, fundador de várias revistas e de muitas tertúlias, escreveu, entre outros, «O Brasileiro Soares», com prefácio de Eça de Queirós. Tendo adquirido a Quinta do Mosteiro de Moreira, esta transformou-se num local de reunião de grandes vultos das nossas letras, dado que a teia de amizades de Luís de Magalhães se estendia do já referido Eça a Antero, de Oliveira Martins a Magalhães Lima, de Alberto Sampaio a António Feijó.

¹⁰ MAGALHÃES, Luís, A Arte e a Natureza, vol. 1, 1902

Era comum a utilização de estúdio para a realização de tão importante e singular ato e, Brito Aranha, em 1878, dá-nos a conhecer através do seu artigo escrito no “Universo Ilustrado”, o qual destaca Carlos Relvas e a importância que teve no mundo da fotografia amadora em Portugal inclusive na europa. Detentor de maquinaria fotográfica e um laboratório de luxo, com cenários elaborados muitas vezes pelo exagero para a produção de fotografia em estúdio.

Grande parte dos retratos sobretudo na segunda metade do século XIX, a encenação e a pose era comum, dependia muito do serviço que o cliente solicitava e da experiência e gosto pessoal do fotografo.

O aparecimento da fotografia e o ato de “tirar” um “retrato” individual e ou familiar, tornou-se num momento singular e importante na vida das pessoas, o momento de ser fotografado era a realização de um sonho – A fotografia da Família, aos amigos e sobretudo ao namorado. Na maior parte dos casos, o retrato era tirado na própria residência, no entanto, o uso do estúdio com cenários geralmente luxuosos, exuberantes, literalmente fora do contexto do local e origem do cliente. No entanto, facilmente aceite desde que valoriza-se num todo o momento especial das suas vidas, o momento eterno do retrato. Todo este exagero era com agrado e satisfação porque na sua maioria os retratos não se tornavam públicos, eram para uso familiar. Mais tarde com a evolução da moda e da técnica, especialmente o controlo da luz, o retrato passou a ter como cenário principal ao ar livre de forma mais natural, momentos captados individualmente ou em conjunto nas festas e romarias e inclusive no trabalho.

Nos retratos da época, verificamos a existência da exuberância de lenços de seda e merino, cambraiias, plumas e flores nos chapéus de forma exagerada, cabelos soltos em demasia (considerado na época de baixa moral), e a quantidade de ouro colocado no pescoço e peito não correspondia à realidade da posse de tanto ouro, muito metal amarelo e pedras preciosas eram emprestadas por gente amiga para o retrato. Um momento.

Entre o povo, a gente humilde, a maneira de vestir pouco difere, podemos ver alguns retratos de pessoas humildes captados pelos fotógrafos a seu belo prazer e de forma espontânea sem preparação ou arranjos, são estes momentos que nos dão o melhor testemunho do quotidiano.

As raparigas com mais posses, solteiras, preferiam tirar o retrato vestidas com o seu traje de Domingar, também usado para uso nas festas e romarias, enquanto as mulheres casadas e mais idosas, tinham como preferência o traje menos colorido e mais sombrio, em contraste com o amarelo do ouro que exibiam no peito e nas orelhas.

Foi neste tipo de documento que registamos pormenores diferentes do que se usava na região do Porto em relação ao restante território de Portugal. O lenço de merino de bobinete e filó, o chapeuzinho negro de aba revidada revestido a veludo e claro a típica pluma negra ou espelho, são alguns pormenores muito sui generis em uso na terra da Maia.

A ourivesaria e joalharia, com muito gosto e engenho no trabalhar do ouro e respetivas incrustações de pedras preciosas, peças essas colocadas sobre o pescoço a cair no peito, o cordão de ouro geralmente de três voltas unidos com argola e naturalmente os brincos nas orelhas com arrecadas, meias libras, argolas ou meias argolas com pedras azuis, vermelhas, e ou brilhantes, são de facto os adereços que se encontram com maior frequência nos registos fotográficos, no entanto, aparecem retratos e postais muito exuberantes das cores e de adereços, onde se nota o “exagero” considerado para a época no que concerne especialmente ao cabelo solto, maquilhadas no rosto por vezes ao exagero, provavelmente aculturação da cultura e moda francesa que nos chega através das revistas da época.

Mais tarde, aparecem retratos de pessoas ao ar livre, com cenários naturais de feiras, festas e romarias, assim como no trabalho tais como os momentos captados em forma de retrato pela esposa do Conselheiro Luis de Magalhães, fotografa amadora mas possuidora de um gosto muito pessoal que tinha a fotografar os empregados e criados na sua quinta, retratos esses que nos ajudam a perceberem os usos e costumes da época de forma natural, atestando a realidade dos momentos da jorna dos campos férteis desta terra, desta forma fidedigna contribuiu para a recuperação e execução dos trajes maiatos na sua melhor expressão cultural.

Nem todas as raparigas tiveram a possibilidade de adquirir o seu retrato, a situação económica da maior parte da população não suportava tal gasto o que proporcionou a existência predominante de registos fotográficos das classes mais abastadas, no entanto surgem registos fotográficos de anónimos e a sua publicação como exemplo na famosa revista “Ilustração Portugueza”, fortes indicadores do que se usava.

O ato de fotografar e ser fotografado na época, era um momento muito importante, o retrato era visto como uma verdadeira relíquia.

Nos dias de hoje, existem sites sociais na internet que publicam maravilhosas fotografias do passado e cada vez mais surgem adeptos desta modalidade no entanto, devemos ter muita atenção na verificação nos comentários que por vezes não correspondem à verdade e podem induzir a um reconhecimento errado no tempo e espaço.

Outras fontes nos surgiram para o melhor conhecimento da forma de trajar e, os testamentos são uma fonte muito importante no conhecimento da existência do tipo de peças de vestuário que se usavam na época em que o testamento foi produzido, inclusive informa claramente quem herda. Tivemos a oportunidade de transcrever testamentos de pessoas naturais da Maia das freguesias de Folgosa e Moreira da Maia, cujos apelidos e nomes guardamos rigoroso sigilo a pedido de seus familiares, sublinharam a inibição de publicação os seus documentos.

Os documentos escritos e impressos fazem parte do rol das fontes utilizadas na recolha de memórias, publicações, artigos e periódicos, produzidos em meados do século XX e no início do século XXI.

Realizada aturada pesquisa às famílias antigas na Maia, fomos encontrar peças de vestuário originais guardadas com muito carinho. Várias foram as peças que detetamos tais como, saias pretas de baetão e armur, lenços de seda, chapéus de aba larga, chapelinho de aba debruada com ou sem veludo no seu revestimento, da camisa comprida de linho à saia interior bordada artisticamente, das meias de algodão aos chinelos de boca larga e felizmente encontramos as famosas e elegantes “delaidinhas”¹¹.

O museu de História e Etnologia da Terra da Maia, possui um arquivo fotográfico de peças originais e réplicas sobre o traje Maiato, inclusive lenços bobinete e filó e as casaquinhas de bom corte na sua confeção e tecido forte com ou sem aplicações de fantasias.

As fontes orais, foram muito importantes para a elaboração deste contributo para o conhecimento do traje maiato.

Todas as suas lembranças e recordações, foram transmitidas com profunda clareza e determinação dos agentes entrevistados.

¹¹ Tipo de chinelo de meio tacão, bico fino e bordada no peito do pé. Hoje não são usadas pelos grupos folclóricos as quais foram substituídas por outro tipo de chinelo mais arredondado, facilitando os passos nas danças que executam em público. No entanto, sabemos que existem exemplares da época nos grupos regionais de Moreira da Maia e Guadalupe.

Os inquéritos realizados foram direcionados para indivíduos com as idades compreendidas entre 80 e 95 anos, porém realizamos entrevistas a indivíduos entre 73 e 75 anos de idade que demonstraram ter recordações claras do que viram, e fizeram questão em contar.

O método utilizado foi informal, descontraído, conversa onde a nostalgia e saudade pelo passado as suas vivências na ida à Romaria da Nossa Senhora do Bom Despacho, festas em honra da Nossa Senhora Mãe dos Homens, Romaria Santa Eufémia, Senhor de Matosinhos, os encontros aos domingos no largo da igreja e no largo da feira, em Moreira, assim como na estação de comboio de Pedras Rubras e outros locais de encontro das populações em tempo de descanso e lazer.

Todas as perguntas foram colocadas de forma a não condicionar a verdadeira resposta.

Realizamos pesquisa e observação presencial na região do grande Porto. Inserimos nesta pesquisa, grupos e agentes culturais em atividade e sobretudo os grupos credenciados e a credenciar pela Federação Portuguesa de Folclore, no entanto, encontramos algumas falhas importantes na composição dos trajes e concluímos que é urgente uma análise consciente, para que se faça a verdadeira separação do trigo do joio, evitando que se corra o perigo da vulgarização e adulteração da realidade do seu tempo.

Consideramos efetuar pesquisa alargada possibilitando um conhecimento mais amplo da forma de trajar, cantar e dançar de toda a região e as possíveis semelhanças ou diferenças entre si.

A forma de trajar nas Terras da Maia, está perfeitamente relacionada com a atividade profissional, estatuto económico-social, profano e religioso, podemos concluir que mulher na Maia, em semelhança com toda a região do Porto, usava trajes diferentes consoante o momento.

Na agricultura, a mulher com melhores posses usava saia de estopa, ou seja linho de segunda escolha, geralmente tingida na cor de azul-marinho, ornadas com fita de nastro azul ou preto. No traje de campo, não se usavam saias interiores brancas eram substituídas pelas saias de flanela cor vermelha com bordados à cor ou preto, sobre as saias a faixa preta de algodão ou simplesmente uma corda apertada na anca, está sempre presente. A função da faixa possibilitava maior facilidade na execução dos movimentos do corpo necessários para o trabalho no campo, no entanto algumas moças substituíam a faixa negra por uma corda de sisal, a sua utilidade era para atar em molhos o feijão, milho ou trigo e ate mesmo as couves, nabiças e grelos para levar para casa.

Usavam blusa de riscado ou de bragal (linho), com ou sem colete. Lenço de chita pelas costas e um outro a proteger a cabeça do sol e chapéu de aba larga em palha ou de lã prensada com abas descaídas.

Nos pés, geralmente andavam descalças ou de socos “raboto” ou “rabetas”, sola de madeira com tachões, cobertos de cabedal atanado preto, bico redondo, sem queda com corte curto, sem meias no verão e no inverno calçavam meias de lã feitas com quatro agulhas, em casa.

Naturalmente que a moça pobre não usaria tecidos mais nobres na labuta diária e mesmo nos demais dias, festas ou romarias, vestiam-se de forma simples, acrescentando um avental de melhor pano e sobre os ombros cobriam-se com um lenço de merino, o que nos leva a crer ser a peça de vestuário preferida por elas a usar nos dias de festa ou quando iam para a cidade do Porto vender os seus produtos hortícolas.

O traje que se usava na Maia, cremos que não seja muito diferente do que se usava na região do grande Porto. Pela observação dos retratos da época publicados na revista *Ilustração Portugueza*, as fotos que observamos a par com informações orais, é frequente o uso de vestuário simples, tal e

qual nos apresentam mulheres operárias da indústria conserveira¹², aquando a vinda do Rei D. Manuel II a Matosinhos, apresentam-se com o traje normal de tecidos simples e modestos mas, o lenço de merino pelas costas, é a peça que mais sobressai. Verificamos ainda nas fotos publicadas na revista *Ilustração Portugueza*, as lavradeiras, moças e moçoilas dos arrabaldes da cidade, as quais se incluem as mulheres da Maia e Gondomar, na sua habitual concentração na Praça da Ribeira para vender os seus produtos agrícolas, o mesmo lenço de merino aparece a par com o chapeuzinho de feltro de veludo de aba revirada e redondo, produzido em Oliveira de Azeméis e comprado na cidade do Porto ou nos dias de romaria.

As lavradeiras usavam traje adequado ao momento de feirar quando iam para as feiras das redondezas, vestiam um traje mais fidalgo, embora de tecidos simples mas melhorados. A chita, mostrava uma beleza de cores e um bailado de flores, geralmente miudinhas, mas simetricamente colocadas nas pregas da sua saia, salientava a graciosidade das ancas bombeadas e a forma ágil e rítmica na caminhada para a feira.

A mulher vestia saia de Chita listada ou Gorgorina toda em pregas bem vincadas adornada com fita preta de nastro no rodapé da saia. Sob esta saia vestiam uma ou mais saias brancas com bordados ou rendas finas no rodapé, se frio estivesse por baixo da saia de chita vestiam uma outra de castorina.

A blusa de chita fina ou de riscado com pequenos folhos e renda, na cinta colocavam um avental comprido entremeios e bordados no rodapé atados nas costas com fitas largas em forma de laço.

O lenço era companhia da mulher em quase todos os momentos da sua vida, ora nos ombros a cair nas costas, ora se eram viúvas ou se os maridos partiram para o Brasil, usavam-no sempre na cabeça amarrado no queixo com duas pontas ou na cabeça com um chapeuzinho redondo de abas debruadas.

Nas orelhas, geralmente arrecadas, meias libras ou argolas serviam de brincos.

Nos pés, usavam chinelo de meio tacão de couro preto, e calçavam meias de algodão branco até ao joelho, fantasiadas, confeccionadas com quatro agulhas.

Ao que sabemos, a mulher maiata, contrariando o costume e usual de andar com pés nus, na Maia grande parte delas andavam calçadas sempre que podiam, é claro que nas longas caminhadas os socos ou chinelo, eram guardados nas canastras de madeira ou vime e só os colocavam, quando ao entrar na cidade do Porto mas, apenas com o receio do pagamento de multa emitida pela polícia. “Pede a justiça que se diga, que as maiatas foram sempre, entre todas as mulheres do Minho, aquelas que menos vezes andaram de pé nu. Ainda hoje são o mesmo. Só a extrema pobreza, ou o trabalho d’uma longa jornada é que as podem obrigar a abandonar a chinela ou o soco, e a caminharem descalças.”¹³

O traje da Lavradeira Rica, apresentava-se geralmente na cor preta, no entanto, existia nos tons castanhos, beije e verde. Eram usados tecidos finos, rendas de algodão largas trabalhadas e acessórios.

As saias muito rodadas, geralmente tecido seda, de riscadilho, gorgorão, armur e baeta crepe, com ou sem barra de veludo ou do mesmo tecido da saia, por vezes em pregas finas e vincadas.

Usavam uma ou mais saias brancas de linho fino, com grande folho guarnecido de ondina. Blusa (ou camisa comprida até meia perna) de linho ou de morim, com as pontas do colarinho e punhos a sobressair da casaquinha de seda lavrada, tecido forte e de veludo lavrado com flores ou ramagens, garnecidas com rendas de algodão vidrilhos e lantejoulas cor preto. Na cabeça ou sobre os ombros, o tradicional lenço de seda ou um chapeuzinho com fitas de seda a condizer. Nos pés as

¹² As mulheres que trabalhavam na indústria conserveira, residiam freguesias limítrofes, principalmente de Matosinhos, Leça da Palmeira e Maia, freguesias de Moreira e Vila Nova da Telha, assim como a freguesia de Gemunde.

¹³ Artigo da Ilustração Portugueza ano 1913 – II Série, nº401, p. 491

meias de renda de algodão com fantasia confeccionadas a quatro ou cinco agulhas e as “delaidinhas” de meio tacão, fino, bordadas na frente que cobria o peito do pé, davam-lhes um toque de elegância neste traje rico.

A Lavradeira Rica, era detentora de grande quantidade de ouro mas, no entanto, não o ostentava e geralmente se apresentava com um ou dois cordões de duas ou três voltas. Nas orelhas argolas, arrecadas, libras ou meias argolas, emprestavam à mulher a riqueza e a elegância acostumada.

O traje Senhora Rica, era diferente da Lavradeira rica. Geralmente trajes semelhantes na cor mas, com feitio e corte diferente, lisas na frente e pregueadas nas costas com pequenas caudas levemente se arrastavam pelo chão. São as senhoras ricas letradas ou mulheres e filhas dos donos das grandes casas agrícolas da Maia, “Senhoras” que não se abeiravam da zona de trabalho, mais recatadas dentro de casa ou passeavam pelos jardins com as sombrinhas ricamente rendadas e geralmente de seda. Trajes com o corte e feitio à moda de França, confeccionados na cidade do Porto por encomenda.¹⁴

A mulher da Maia, crente em Deus, devotas dos Santos Anjos e Arcanjos, frequentadoras do templo de Deus, preparavam-se de forma mais adequada vestindo o traje a que hoje chamamos de Missa ou Ir-ver-a-Deus, assistiam à missa dominical com assiduidade e para isso, preparava-se convenientemente para entrar na igreja, tapando o corpo todo apenas com o rosto e mãos a nu.

As mulheres maiatas e o ato de ir à missa, impunha o costume de se apresentar com a melhor roupa que possuía e nos dias frios acrescentavam mantilhas, capas compridas ou capinhas de meio corpo e, o tradicional xaile de froque comprido geralmente de seda.

As mulheres com menos posses, tinham muitas vezes como melhor peça de vestuário a Mantilha de lã, com maior incidência na cor preto, castanho ou cinzenta e as mais pobres cobriam as suas cabeças com lenços simples na falta da mantilha ou xaile.

Traje Domingar - oitocentista e inícios do século XX

Muita curiosidade surgiu à volta do traje DOMINGAR, cuja existência é conhecida dos finais de oitocentos e inícios do século XX.

Tudo aconteceu no início do século XX, em 1934. Um grupo de habitantes dos vários quadrantes sociais e económicos da época, residentes na freguesia de Moreira da Maia, decidiu juntar esforços para reunir um grupo de pessoas da freguesia de Moreira da Maia e Vila Nova da Telha, que sentissem o desejo de iniciar um novo e inovador círculo de preservação e divulgação das suas tradições, principalmente na variante da dança e nas cantigas populares conhecidas, transmitidas na forma oral. Grande foi o entusiasmo na aderência e participação e, desde logo se moveram esforços e muita vontade, despertou movimentação entre pessoas, que partilhavam o mesmo gosto, a mesma vontade na construção de uma atividade cultural na região.

Até então, o esquecimento dos trajes usos e costumes era generalizado mas, alguns guardaram na sua memória os tempos de criança, momentos onde tiveram a oportunidade de observar os adultos reunidos ao domingo no adro da Igreja do Mosteiro de Moreira, no terreiro do Padrão de Moreira sob a sombra de uma ramada que aí existia, o largo da Feira e no largo da Estação de comboio de Pedras Rubras, local de convergência de romeiros vindos da zona do mar, Matosinhos, praia de Angeiras, Lavra e Paiço, caminhos que se cruzavam em direção às romarias da Nossa Senhora do

¹⁴ Trajes com cauda, usados nos salões das grandes casas agrícolas da Maia

Bom Despacho, Campa Do Preto e Santa Eufémia.

Tal foi o entusiasmo desta gente, que de imediato e sem demoras, se movimentou uma procura incessante dos trajes mais antigos usados no século XIX. As pessoas que representavam este grupo eram muito estimadas e respeitadas na localidade, o que era até então difícil de se conseguir o milagre do abrir as arcas de madeira acontece. Os fiéis depositários dos trajes usados pelos seus avós e visavós, “deixados em testamento”, trouxeram à luz do dia o que se mantinha encerrado no escuro.

Apreendidas essas tradições oitocentistas que passaram de boca em boca, resistirão ao tempo e ao desenvolvimento da época, apresentaram-se como grupo já devidamente formado, decorria o ano de 1934 e, no ano de 1937 apresentaram-se no Palácio de Cristal, na cidade do Porto.

Todos os receios, medos e vergonhas desaparecem, dando entrada à vontade de continuar a mostrar as suas tradições e a raça de ser Maiato/a.

Durante o período dos anos 1934 a 1940, todos os elementos que pertenciam ao grupo formado, foram vocacionados para a procura de elementos musicais, letras das cantigas e a forma de trajar.

Em 1940, foram convidados pela Câmara da Maia para participarem na importante EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUES, e o que parecia impensável acontece, o traje que a Maiata usava ao domingo nas festas e romarias, foi admirado pelos presentes pela sua singularidade e beleza estética e, a partir da realização desse evento que se revestia de muita importância para Portugal e o mundo, quando regressaram a casa e contaram o quanto admirado foi o traje. Os lavradores locais ao conhecerem as opiniões dadas ao grupo, definitivamente e espontaneamente doaram e ou emprestaram as peças que componham o TRAJE MAIATO – Domingar, sentindo orgulho em dar vida às recordações encerradas numa arca lá no canto da casa.

Em 1940 verificamos que a existência do grupo da freguesia de Moreira da Maia, está consolidado e rapidamente a notícia da existência de um grupo regional se espalhou pelo concelho. Uma dezena de anos depois, começam a surgir outros grupos no concelho da Maia.

Nas freguesias de Águas Santas, Folgosa e Gemunde a par do que Moreira realizou, formaram grupos de pessoas decorriam os 1950/60, época em que já não se vislumbrava a mulher maiata trajada à sua moda.

Podemos considerar que ao seu jeito, esta gente lançou a semente para o alargamento do conhecimento sobre Etnologia a Antropologia e a Etnografia, despertando a necessidade de procurar o caminho certo para a representação mais digna da sua gente e, pouco a pouco separar o trigo do joio, eliminando o que foi sendo acrescentado sem controlo, conhecimento e pesquisa da verdadeira forma de trajar, com toda a envolvência social e económica e política da época, determinou a forma e conteúdo do traje na população da Maia e consequentemente no grande Porto.

Fomos à procura de fontes verídicas para clarificar a razão da existência de um traje típico da Maia, utilizando todo o tipo de fontes que nos foram facultadas, tais como: a Oralidade, fotográfica, testamentos e as peças doadas aos grupos que teimam em resistir às dificuldades que existem para a sua manutenção digna de agentes culturais deveras importantes para a história de um Povo.

Foi determinante para que o Traje de Domingar hoje seja considerado o mais típico da Maia, o ano de 1940. A presença da representação dos trajes da Maia na EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS, de todas as representações presentes neste evento, consideraram na época, que nenhuma continha em si tanta graciosidade, cor e os pormenores singulares na forma de vestir.

A particularidade e a forma singular de se apresentar a mulher Maiata, já documentada por José Estevão de Magalhães que nos diz através da sua escrita cantando a Mulher da Maia, como famosa pela sua elegância e presença forte e singular. “...O seu principal encanto reside na elegância

do torso forte e cambré, da cinta estreita dos quadris largos e bombeados, e na graça ágil, ondulante e rythmica dos movimentos. ”¹⁵

Outros letrados da época, registaram o que sentiam por esta mulher de uma forma verdadeiramente romântica.

O traje Maiato – as peças de vestuário no seu todo.

Saia comprida até ao tornozelo, rodada de tecido baetão, cor preto, com barra de veludo no rodapé com altura de um palmo no mínimo. Apertada na cinta com colchetas de metal fortes.

A altura da barra de veludo normalmente com o tamanho de um palmo, por vezes é superior, isto porque segundo relatos das fontes, variava a sua altura conforme o poder económico de cada uma. Portanto a barra da saia pode dar indicadores aos demais do seu poder económico e financeiro da época.

O modelo da saia preta sofreu alterações principalmente no rodado, substituindo por alisamento na frente e pregueado nas costas.

Quanto a esta alteração, tivemos informação que provavelmente de uma saia de roda perfeita, foram feitas duas para duas irmãs herdeiras da mesma. Assim sendo, o original é de roda inteira e não “rapada na frente”, a qual podemos considerar valida na sua forma de desenvolvimento no tempo e circunstancia. No entanto deve ser usada e mencionada a primeira versão de roda completa.

O avental sobreposto na saia preta de baetão, aparece-nos comprido até bater no veludo da barra da saia. Adornado com renda de algodão cor preto, comprida, apertado nas costas por duas fitas largas do mesmo tecido.

Saiote de flanela cor vermelho com bordados à cor ou preta arrematada com fita de nastro preta.

O saiote era usado neste traje apenas se a mulher estava no período menstrual. Sabemos que não usavam cuecas e o saiote servia para ser entrelaçado e assim se proteger, sempre usado junto ao corpo. Caso não se apresentasse neste “estado”, usavam unicamente saias brancas muito rodadas, compridas com arremates de artísticos bordados ou rendas de algodão feitas à mão.

A mulher maiata conhecida pela cinta estreita e quadris ou anca larga e bombeada, quando não era naturalmente dotada de tal volume, usava um pano branco, torcido à medida da cinta, para lhe dar o ar desejado pelos homens na época. Sabemos ainda que para substituir este tipo de pano ou rodilha tipo “sogra”, usavam duas a quatro saínhas curtas cozidas na cinta numa só.

Nos pés e pernas, usavam meias de algodão fantasiadas, compridas até ao joelho, confeccionadas a quatro agulhas e, nos pés as “delaidinhas” ou Adelaidinhas, emprestavam graciosidade e elegância no remate do traje maiato.

Vestia camisa comprida até ao joelho, de linho fino com punhos justos e mangas de balão, frisadas na queda de ombro, aberta na frente apertada com botões de madrepérola ou osso.

Colete em tecido de chita, fantasiado, sem mangas e comprido, até tocar na saia e abrochado no peito por um atacador branco.

Nas costas e peito, lenço de Merino é uma peça de vestuário preferido pela maiata. As flores as cornucópias e outros motivos em conjunto com a combinação de cores, é um casamento perfeito com as negras saias de baetão e o realce de cores à vista, assim como atenua e valoriza os tecidos menos nobres do traje das mulheres mais pobres, emprestando-lhes vida e salientava a beleza do rosto moreno das moças Maiatas. Os lenços de merino, preferidos pelas mulheres para usar em quase todas

¹⁵ MAGALHÃES, Luís, A arte e a Natureza em Portugal, vol.1, 1902, p.

as situações, avistavam-se frequentemente em todo o território da antiga Terra da Maia, e praticamente em todo o distrito do Porto. Dizia o Sr. Lopes da Refonteira que era um regalo olhar para as mulheres quando os usavam nos dias de romaria e nas longas caminhadas até à cidade do Porto e Vila do Conde, para vender os seus produtos arrancados da terra. O lenço de merino era vedeta no embelezamento das raparigas, onde quer que elas estivessem não lhes faltava o lenço sobre os ombros, entrelaçado no peito e preso nas costas.

Tivemos a possibilidade de analisar fotografias produzidas nos finais do séc. XIX e inícios do século XX, inclusive, aquando a visita a Matosinhos que fez D. Manuel II, Rei de Portugal, as funcionárias de uma empresa da indústria conserveira visitada, marcaram presença na sua chegada, lançando-lhe pétalas de flores como era moda na época. Apesar destas raparigas envergarem trajes modestos e de pano simples, o lenço de merino marca a sua presença e realce. Os registos fotográficos que encontramos são de facto momentos captados em Matosinhos mas, sabemos que grande parte daquelas mulheres que se encontrão registadas nas fotografias, são originárias da Maia, inclusive das freguesias de Moreira, Vila Nova da Telha e Gemunde.

O lenço de merino, reveste-se de invulgar importância no seu uso pela mulher da Maia e arrabaldes, até porque, é motivo de registo sob forma de testamento. As testamenteiras deixaram escrito a quantidade de lenços e cores a quem os herda. Sabemos ainda, através das fontes orais, que ainda hoje, conservam lenços de varias cores que foram usados pelas suas visavós e até mesmo das trisavós), segundo relato oral das fontes inquiridas.

Mestre Albino, pintor naïf, registou nas suas telas, momentos da vida das gentes maiatas nas suas variadas formas: registos de cenas no trabalho o amanho da terra, na ida para a feira e festas e romarias.

Nos trajes das lavradeiras ricas de tecidos ricos, o armur ou tecidos fortes, considerados na época de luxo, também usavam o lenço de merino, apertado na cinta, entre a casaquinha de veludo lavrado ou tecido forte e a saia de armur e seda, sobressaindo a franja que caia sobre a anca larga e bombeada.

Os lenços de merino usado pelas mulheres da Maia apresentam-se nas cores de fundo em várias cores como o verde, azul, amarela, vermelho e predominantemente castanho.

Muito se tem falado sobre a importância desta peça de vestuário, inclusive a exclusividade e obrigatoriedade do uso de determinado padrão e cor na freguesia de onde reside. Com o aparecimento de varias fontes às quais tivemos acesso, a sua existência, feitio, padrão e cor, não nos parece que a dita exclusividade seja real, o seu uso era livre consoante o gosto da rapariga.

O Lenço de bobinete e filó (espécie de tule), é um dos pormenores que confere a existência do Traje típico da Maia, porque a sua existência e uso frequente e poderemos dizer que era exclusivo o seu uso no território da Terra da Maia, porque não se encontra documento algum que contrarie esta realidade. Lenços muito sui generis onde a paciência, habilidade e gosto singular, coziam o filó no bobinete, geralmente temas vegetalistas, flores e folhas, tornou-se único por estas bandas. Segundo as fontes orais e fotográficas observadas, assim sendo, o lenço de bobinete não se vislumbrava senão na cabeça da mulher maiata.

Sobre o lenço de bobinete e filó, a mulher usava um chapeuzinho redondo de felpo preto com aba alta debruada e revestida a veludo, com vidrilhos e ou lantejoulas pretas na parte da frente e a rematar o embelezamento do chapéu colocavam uma pena de ave peluda cor preta. O uso deste chapeuzinho não teria nada de extraordinário se não lhe fosse acrescentado um pormenor que só a mulher da Maia usava – As fitas largas de veludo ou seda grossa cozidas no debruado do chapeuzinho, compridas, ate quase ao final da ponta do lenço e por vezes, incrustavam pingentes miúdos nas pontas.

A toda esta composição de saias e saiotes, lenços e chapéus, o ouro e a joalharia adorno que

a mulher da Maia não dispensava e, apesar de possuírem varias peças de ouro e joalharia, verificamos em todas as fontes disponíveis, apenas um ou dois cordões de duas ou três voltas e um par de brincos.

Toda esta simplicidade no vestir, no seu conjunto e na combinação de cores e os assessórios usados, resultou numa forma sui generis, diferente das demais regiões de Portugal, onde os pormenores vincaram um jeito, uma forma de trajar.

Os subsídios para o estudo específico que levamos a efeito sobre o traje de Traje Domingar - Oitocentista e inícios do século XX, encontramos semelhanças com algumas peças do vestuário que usavam na região do Minho, com maior incidência na zona de Braga, Barcelos e Guimarães.

A saia preta de baetão e o lenço de merino são muito semelhantes, no entanto, a roda da saia é mais acentuada e os froques dos lenços de merino são diferentes no comprimento e quantidade.

Os trajes de romaria que existem de Portugal, estão isentos do lenço de cabeça em bobinete e filó e o chapeuzinho preto de aba alta debruado, forrado em veludo com fitas largas e longas, não existem registos da sua existência como parte integrante no traje em questão.

Também verificamos que a mulher maiata, não ostentava quantidades de ouro superiores a um ou dois cordões de duas ou três voltas, conforme já referido, eram detentoras de bastante ouro e joias mas só usavam o que tinham quantidade em situações demasiado importantes como exemplo o casamento e no dia do retrato mas, de forma muito rara este tipo de comportamento se regista nas fontes encontradas.

São de facto estes dois elementos cruciais para a grande diferença de estética e apresentação a par com a forma de trajar.

CONCLUSÃO

Património Cultural. O que perdemos? O que ganhamos? O que poderemos ganhar?

A cada dia que passa, o risco de se adulterar a forma e o conteúdo dos usos, costumes e tradições dos povos, é favorecida pela forte globalização que se instalou nas sociedades, proporcionando a aculturação que nos chega por variadíssimos meios de comunicação, o que permite a adoção de festas e tradições de outras culturas, facilmente aceites pelas escolas e mesmo pelos infantários, em detrimento do conhecimento das nossas raízes populares o nosso património, herança legada pelos nossos antepassados recentes e mais longínquos, as quais entendemos que devem ser transmitidas às gerações de hoje como forma de garantir todo um percurso da nossa gente como um povo.

O património imaterial, é algo que devemos transmitir de uma forma intata às gerações futuras para que possamos entender que esta forma de saber não deve ser tomada como pertença individual, mas sim coletivamente. O conhecimento que chega até nós sobre a cultura popular, é *popular*, de todos e para todos, porque faz parte de um conhecimento coletivo, passa de geração em geração não se conhecendo o proprietário deste saber de forma individual.

Com a transmissão do conhecimento do património imaterial, pretende-se que todas as pessoas reconheçam que as tradições da sua região, faz parte da sua própria história, da sua cultura e forma de estar, dando a conhecer de onde veio, onde está e para onde vai, proporcionando o conhecimento do local onde nasceu e a identificação da sua proveniência, de forma a se sentirem verdadeiramente identificados com o passado e a ação da sua família de geração em geração, de forma a conhecerem-se melhor e assim tranquilizar do seu espírito, a sua origem.

Património Cultural não se limita ao que estamos acostumados a classificar e a mais facilmente reconhecer, tais como castelos e palácios, pintura e escultura, o Património Cultural é

ainda constituído, pelo Património Cultural Imaterial, que corresponde às tradições que herdamos dos nossos antepassados e que são transmitidas através do tempo entre gerações.

O Traje típico Maiato a que chamamos DOMINGAR, a sua existência e divulgação, só tem razão de ser se se mantiver fiel nas suas origens, e no seu todo.

Urge necessidade de se registar de forma profunda as suas origens, e que se mantenha fiel a sua reprodução e divulgação, para que possamos classificar como de **TRAJE TÍPICO MAIATO**, de forma consciente e verdadeira na sua essência.

Com este artigo, embora modesto, de forma consciente, julgamos ser sério em todo o seu conteúdo, apelamos para que seja realizada uma certificação do Traje Típico Maiato e disponibilizamo-nos para transmitir o que conhecemos sobre o verdadeiro traje típico, incentivar todas as pessoas que queiram connosco caminhar no registo sério e verdadeiro das fontes, isentando por completo o uso do cunho pessoal e bairrista, em favor da autenticidade dos usos e costumes e a transmissão da verdade histórica.

Referências Bibliográficas

- A MULHER DA MAIA (Ilustração Portugueza 1913 nº401) VVV
- ALARCÃO, J. – Introdução ao estudo da História e do Património locais. Coimbra. FLUC. Ed. Instituto de Arqueologia, 1987.
- ALMEIDA, C.A.F – Património – O seu Entendimento e a sua Gestão. Paços de Ferreira. Edições Etnos. 1988.
- ALMEIDA, Virgínia de Castro A Mulher, Lisboa, 1913.
- AZEVEDO, Pe. Agostinho – A Terra da Maia. Subsídios para a sua História. Vol. I, Câmara Municipal da Maia, 1939.
- BERMUDES, Félix – À Mulher Portuguesa, Obras poéticas, Lisboa 1952.
- CARVALHO, José Vieira de – O Mosteiro de S. Salvador de Moreira (séculos XI a XIV). Subsídios para a sua história. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1964.
- CARVALHO, José Vieira de – Da Maia para Portugal: Um Percurso desde as Origens. In Raízes da nossa identidade, Vol. I. Maia: Câmara Municipal da Maia, 2003, pp.41-45.
- CARVALHO, José Vieira de – Da Maia para Portugal. Col. Cadernos do Mosteiro. Maia: Câmara Municipal da Maia, 2002.
- CASTRO DA CRUZ, João Vieira da Neves – Descrição topográfica e Histórica da Freguesia de S. Tiago de Milheiros, Concelho da Maia Bispado do Porto, Maia 1969.
- CHOAY, F. – L'allegerie du Patrimoine. Paris. Seuil. 1984.
- MARQUES, José Augusto Marques – Moreira da Maia no século XIX. Maia: Câmara Municipal da Maia, 1988.
- MARQUES, José Augusto Maia – Viver o passado: Joaquim Antunes de Azevedo e Albino José Moreira entre a Antropologia e a História. In Maia, História Regional e Local, Vol. III. Maia: Câmara Municipal, 1999, pp.31-34.
- MATTOSO, José – Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: a Nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII. 2ª Edição, Lisboa: Guimarães Editores, 1985.
- MOREIRA, Padre Domingos A. – Paisagem Toponímica da Maia. Maia: Câmara Municipal da Maia, 1969.
- OLIVEIRA, Álvaro Aurélio do Céu – Julgado e Comarca da Maia. Temas Maiatos 1. Maia: Câmara Municipal da Maia, 1979.
- ORTIGÃO, Ramalho – As Farpas, I Tomo, 3ª Edição, 1924.
- PEIXOTO, P. Os meios rurais e a descoberta do património. Oficina do CES. Nº 175, 2002.
- Revista Ciência y Mar. 1998.
- Revista “Ilustração”, nº. 110, 1930-39.
- Revista Ilustração Portugueza, nº. 401 (vvv), 1913.
- RIBEIRO, Aquilino – Príncipes de Portugal, Suas Grandezas e Misérias.
- SANTANA, A. – Património Cultural y Turismo: Reflexiones y dudas de un anfitrión.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – HISTÓRIA DE PORTUGAL, vol. IX, O Terceiro Liberalismo (1851 – 1890).
- SILVA, Joaquim Carlos – Resumo Descriptivo das Solemnies Inaugurações da Eschola Principe da Beira. Porto: Officina Occidental, 1894.

Glossário de termos têxteis dos tecidos usados na época para a confeção dos trajes.

BAETA – Tecido de lã, grosseiro e felpudo. Tecido grosso de algodão.

BAETÃO – Tecido de pano muito grosso, usado para capotes e saias.

BOBINETE – Uma das muitas espécies de tule

BAETILHA – Baeta fina, ligeira, espécie de flanela. Tecido felpudo de algodão.

BORDADO – Trabalho de enfeite executado com agulha, sobre um tecido base.

BROCADILHO – Espécie de brocado de seda ou algodão, de bordados simples.

BROCADO – Tecido ricamente decorado por tecelagem de fios de ouro e prata. Desenhos

Vegetalistas

CAMBRAIA – Tecido fino e transparente de linho ou algodão.

CANOTILHO - Fio metálico de secção redonda, dourado ou prateado.

CASTORINA - Tecido de lã, leve, macio e sedoso.

CETIM – Espécie de pano de seda, lustroso e fino.

CHITA – Tecido de algodão estampado a cores.

CHITÃO – Chita estampada com grandes ramagens.

CHITELHA – Chita de qualidade inferior.

ESTOPA – A parte mais grosseira do linho.

FILÉ – Bordado executado sobre um fundo de rede.

FILÓ – Tecido aberto e fino.

FLANELA – Tecido espesso e macio.

GORGORÃO – Tecido de seda grossa, geralmente aplicado aos tecidos com efeitos muito salientes.

LINHO - Planta têxtil, com cujas fibras se produzem tecidos.

MORIM – Pano branco e fino de algodão.

MUSSELINA – Tecido cujo nome deriva da cidade de Moçul.

RISCADO – Tecido de algodão caracterizado por riscas de cor. Tecido de algodão, muito fino, leve, claro e delicado. Tecido leve de seda ou de lã.

SEDA – Substância filamentosa, produzida pela larva de um inseto chamado bicho-da-seda.

TENILHA – Espécie de tecido riscado de estopa, linho ou algodão.

TULE – Tecido leve e transparente de seda ou algodão.

VELUDO LAVRADO – Tipo de veludo, que se caracteriza pela ausência de pelo em certas áreas do fundo.
Alto relvo

VELUDO – Tecido de lã, seda ou algodão, liso ou raso de um lado, e do outro coberto de pelos levantados



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5



Fig. 6



Fig. 7



Fig. 8



Fig. 9



Fig. 10



Fig. 11



Fig. 12



Fig. 13



Fig. 14

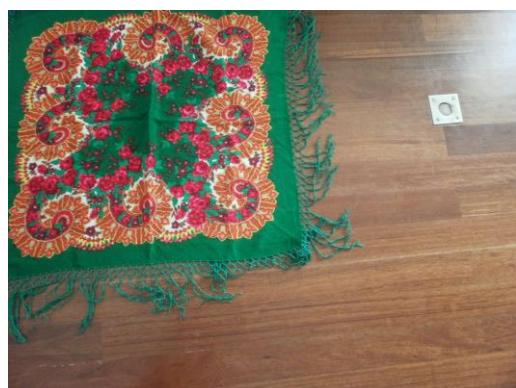


Fig. 15



Fig. 16

INDICE FOTOGRÁFICO

Fig. 01 – Traje Domingar (típico maiato).

SOARES, António Armindo (1994) - O Traje. In, Jornal da Maia. Maia, Suplemento da edição nº. 834, 26 de maio, p. 8.

Fig. 02 – Lenço de cabeça em bobinete e filó. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 03 – Pormenor de lenço de cabeça, filó e bobinete com cerca de 150 anos. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 04 – Pormenor de Lenço de cabeça, em bobinete e filó Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 05 – Pormenor Lenço de cabeça, em bobinete e filó Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 06 – Lenço de Merino cor, fundo castanho. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 07 – Lenço de Merino cor, fundo castanho, pormenor. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 08 – Lenço de Merino cor, fundo amarelo. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 09 – Lenço de Merino, cor, fundo amarelo, pormenor. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 10 – Lenço de Merino cor, fundo azul. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 11 – Lenço de Merino cor, fundo azul, pormenor. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 12 – Lenço de Merino cor, fundo vermelho. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 13 – Lenço de Merino cor, fundo vermelho, pormenor. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 14 – Lenço de Merino cor, fundo verde. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 15 – Lenço de Merino cor, fundo verde, pormenor. Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

Fig. 16 – Traje Domingar (típico maiato). Arquivo, Museu de História e Etnologia da terra da Maia

A propósito da Mesa da Audiência. Confraria do Subsigno¹.

Joaquim José Moreira dos Santos*

Resumo: Neste trabalho apresenta-se uma caracterização das importantes «Confrarias do Subsino», enquadrando-as na administração eclesiástica e civil das Paróquias. E, dentro deste tema, aborda-se uma questão que é histórica, mas também patrimonial: as Pedras ou Mesas de Audiência

Palavras-chave: Administração eclesiástica, Administração civil, Confraria do Subsino, Mesa da Audiência

Introdução

A Confraria do Subsigno funcionava como órgão administrativo de uma comunidade paroquial, com competências em áreas de interesse comum, quer relativamente à vida colectiva laboral e de relações interpessoais e interfamiliares, quer no que toca à vida religiosa, quer nas suas conexões com a morte e o Além. A confraria o subsigno pode ser definida como a irmandade laical, com estatutos aprovados pela autoridade eclesiástica e apresentados às autoridades civis, que os reconhecem, caracterizada por um órgão administrativo, religioso e civil, com incidências políticas e sociais, que incorporava toda os paroquianos, e que a todos subordinava. Esta corporação atingiu grande prestígio, durante os séculos XVII e XVIII, vindo a seu eliminada ou empobrecida nas suas competências, após a revolução liberal, que transferiu as tarefas mais públicas da Confraria do Subsigno para a Junta de Paróquia, antepassado da Junta de Freguesia.

O Estado liberal, de facto, serviu-se deste modelo para legislar e impor um conjunto de valores idênticos, mas numa perspetiva antagónica da religiosa. E assim nasceram as Juntas de Paróquia, numa ambiguidade que teve momentos de tensão e de rutura.

Em Vila Nova da Telha, a Confraria do Subsigno teve os seus primeiros Estatutos conhecidos, em 1726, e a primeira ata conhecida da Junta de Paróquia foi lavrada no ano de 1836.

Para conhecer melhor este percurso e os seus processos, começaremos pelo contexto histórico-cultural que condicionou a vida coletiva no século XIX e, de algum modo, na primeira metade do século XX.

Em relação direta com a Confraria do Subsigno está a Pedra da Audiência, de que a Maia possui belíssimos exemplares, tendo-se perdido alguns por incúria dos homens e ignorância dos mais responsáveis.

Neste campo de busca, não podemos esquecer que o modelo da Confraria do Subsino gerou, primeiro, a Junta de Paróquia, antepassado imediato da Junta de Freguesia; e gerou, depois, a Corporação Fabriqueira Paroquial e, finalmente, a Fábrica da Igreja Paroquial.

O novo Código do Direito Canónico trata esta corporação paroquial por «Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos». Entretanto, a Concordata ainda não nos deixa livres para abandonarmos, no campo jurídico civil, a designação de «Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de...»².

* Investigador de História Local e Regional. Pároco Jubilado de Vila Nova da Telha – Maia.

¹ Este artigo corresponde à primeira parte de um trabalho mais amplo sobre a Confraria do Subsino de Vila Nova da Telha.

² No nosso caso: «Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Vila Nova da Telha».

A. Administração Eclesiástica e Civil

O carácter gregário do indivíduo humano manifesta-se nos seus grupos ou associações. Uma «associação é um agrupamento de várias pessoas com o objetivo de alcançar resultados que seriam inatingíveis apenas com o esforço individual». Entre o indivíduo e um Estado há várias associações intermédias: por exemplo, o Governo Civil, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia. Cada indivíduo pode ainda reunir-se em muitos grupos de pequenas dimensões, com objetivos específicos: as confrarias e as irmandades, no geral, reúnem-se no âmbito das paróquias; as vintenas, no plano das aldeias...

A Igreja organizou-se em pequenos grupos, a que chamamos paróquias; e estas apoiavam-se, como hoje se organizam, em diversos grupos, com órgãos diversificados em favor do bem comum do todo paroquial.

Entre 1851 (regeneração e fontismo) e 1872, cresceram as cidades, implantaram-se as linhas-férreas, difundiu-se a imprensa (e as ideias), desenvolveu-se a economia, cresceu o operariado, com novas profissões, movimentou-se o capital, multiplicaram-se as associações...

A propósito da Confraria do Subsigno, percorramos os caminhos da história, que nos ilumine as relações entre as instituições civis e as eclesiásias.

Cabe-nos aqui uma referência especial a Geraldo Coelho Dias³, ao explicar-nos que as associações profissionais, sob a proteção de um santo “especializado”, marcaram a vida pública, desde os séculos XII-XIV. «Depois apareceram as Confrarias ou Irmandades de tipo meramente religioso e espiritual, como Confraria do Subsigno, do Santíssimo Sacramento, do Rosário e de santos da devoção popular, sobretudo após o Concílio de Trento, no séc. XVI.»

1. Até ao século XIV

Ultrapassadas as grandes perseguições do Império Romano⁴ e cristianizadas as populações hispano-romanas⁵, a Igreja implantou-se, sobrepondo-se à estrutura civil e político-social existente. Assim,

- (1) nas dioceses (civis, fundadas por Diocleciano), sediaram-se os bispos;
- (2) na cidade sede do *conuentus* civil, ficou a presidir o arcebispo (sendo primaz ou não).
- (3) nos municípios, encontram-se as igrejas principais não catedrais;
- (4) e nas «vilas», agregam-se as famílias à volta da sua igreja, dotada com o batistério local.

Durante o domínio suévico, são conhecidas as paróquias distribuídas por duas metrópoles diocesanas⁶: Braga e Lugo. As dioceses sufragâneas de Braga (com 30 paróquias) eram: Dume (1), Porto (25), Coimbra (7), Lamego (6), Viseu (9) e Idanha (3); e as de Lugo (4) eram: Tui (17), Iria (8), Britónia (?), Ourense (9) e Astorga (10). As comunidades paroquiais, por certo, possuíam as suas

³ Geraldo A J Coelho Dias. *As Confrarias Báquicas: sua natureza e funções associativas*.

⁴ Lembrmos umas das últimas e das mais ferozes – as perseguições de Diocleciano.

⁵ Falamos do Edito de Milão, por Constantino (313) e da proclamação do cristianismo como religião oficial de Estado, por Teodósio (380, a 27 de fevereiro). Constantino (tetrarca ocidental) e Licínio (tetrarca oriental) laicizaram o Estado, tolerando todas as religiões, ficando sem religião oficial. Entretanto, o imperador Teodósio, pelo edito de Tessalónica (também designado *De fide católica ou Cunctos populos*) voltou a consagrar uma religião do Estado, mas agora ficava o cristianismo, mandando fechar os templos pagãos, proibindo o seu culto público.

⁶ Estes dados derivam dos estudos sobre o *Parochiale Suevicum* ou *Divisio Theodomiri*, sobre os cânones dos concílios regionais e outros documentos.

assembleias de vizinhança, numa relação direta com as celebrações litúrgicas e as festividades locais.

E, do período do domínio visigótico, conhecemos a assembleia do *conventus publicus vicinorum*.

1. A invasão muçulmana (711) veio perturbar a paz geral e a organização eclesiástica e cívica. Apesar da grande crise provocada pelo Almançor, nos finais do século X e inícios do século XI, desde a presúria do Porto (868) e de Coimbra (878 e, depois, 1060, com Fernando Magno), as paróquias foram recuperando uma relativa estabilidade, acompanhada pela criação de novas paróquias, para satisfazer as necessidades de novas comunidades que se formavam e ao processo de fixação de populações que os novos mosteiros provocavam. As novas famílias agregadas em aldeias precisavam dos seus espaços de culto, de celebração da sua vida cristã e festiva. Nos seus adros, eram discutidos e decididos assuntos de interesse comum.

2. Com a reconquista, a base paroquial assegura a continuidade das práticas associativas anteriores. Mas as aldeias que não eram sede de paróquia também tinham a sua assembleia de aldeia, ou de vizinhos, se o número de famílias fosse composto de vinte famílias. Por isso, estas assembleias de aldeia se chamavam «vintenas». São bem conhecidas as vintenas das aldeias ribeirinhas, piscatórias, onde se recrutavam marinheiros para o serviço público. Os vinteneiros administravam essas comunidades e serviam de intermediários às autoridades superiores. Desde o século XIV que encontramos referências a estas assembleias de aldeia.

3. As inquirições de 1258 manifestam a existência destas assembleias de aldeia e paroquiais. Vejamos.

(a) Entre as assembleias de aldeia (não paroquiais), a inquirição de Vilar do Senhor (Vila Nova da Maia) lembra o juiz da sua assembleia local, que se designava «vigário», eleito pelos vizinhos e confirmado pelo rico-homem, senhor da Maia de então (Dom Gil Martins): ‘Gonçalo Pires, de Vilar do Senhor, disse que era o vigário destes homens. E interrogado sobre quem o fez vigário, disse que os seus vizinhos o fizeram vigário, e o confirmou [como vigário] Dom Gil Martins’⁷.

(b) Anotemos dois exemplos de assembleias paroquiais:

(1) Em Rebordosa (então, Julgado de Aguiar [de Sousa]), os presidentes da assembleia paroquial de herdadores chamavam-se «governadores», segundo o testemunho de Pedro Gonçalves: «disse que os herdadores e os governadores do próprio lugar sempre elegeram o abade»⁸. O pároco de então, Martim Simões, confirma que foi eleito pelos herdadores e pelos governadores e reconhecido pelo rico-homem terratenente de então, Dom Gil Martins.

(2) Sobre a nomeação do pároco de Fajozes (então, Julgado da Maia), aconteceu um fenômeno social semelhante ao de Rebordosa. O próprio pároco, Soeiro Anes, explica o seu cargo: «os paroquianos da própria igreja elegem um clérigo para prior e vão com ele ao juiz, e o juiz, em nome do Senhor Rei, vai com eles ao Bispo do Porto; e, então, o Bispo confirma-o como pároco na igreja»⁹.

⁷ Texto latino: Gonsalus Petri, de Vilar de Senor, dixit quod est vicarius istorum hominum. Interrogatus quis fecit eum vicarius, dixit quod sui vicini fecerunt eum vicarium, et autorizavit eum Dompnus Egidius Martini. A inquirição de Cabanelas (Lavra) acrescenta que o seu lugar e Vilar do Senhor partilhavam igualmente dos bens baldios existentes entre ambas as «villae» e que também estavam sob a protecção dos Senhores da Maia – agora Dom Gil Martins [de Riba de Vizela] e, antes, Dom João Pires da Maia.

⁸ Texto latino: dixit quod herdatores et gubernatores ipsius loci eligerunt semper abbatem.

⁹ Texto latino: parochiani ipsius Ecclesie eligunt unum clericum pro priore et vadunt cum eo ad Judicem; et Judex, loco Domini Regis, vadit cum eis Episcopo Portuensi, et tunc Episcopus prelatum confirmat in Ecclesia.

2. Do século XIV à revolução liberal

Nas paróquias e aldeias, os vizinhos governavam os seus destinos em assembleias, presididas pelo seu juiz, eleito anualmente, com assessores em número diversificado. Nas paróquias, encontramos as confrarias, com ou sem estatutos, particularmente a «Confraria do Subsigno»; e nas aldeias afastadas da sede de paróquia são conhecidas as «vintenas». Destes dois tipos de assembleias rurais falámos atrás, apontando a sua constituição e as suas competências. Tratavam de todos os assuntos que preocupam uma comunidade e que possibilitam uma sadia convivência. É natural que a religiosidade da época marque os seus valores e os seus comportamentos-padrão.

A revolução liberal, filha do iluminismo, apoiada em novas ideias, mais secularizadas, veio trazer reajustamentos e novas experiências de administração pública, nos planos eclesiástico e civil. Em 1830, inicia-se um movimento de autonomia da administração civil das comunidades, com a criação das juntas de paróquia, que se apropriam de muitas das competências da Confraria do Subsigno. O Presidente da Junta segue o modelo do juiz da Confraria do Subsigno. Os primeiros códigos administrativos liberais e outras leis complementares seguem em ziguezague, na busca de uma definição estável, que só se encontrará na revolução republicana. Não admira que o pároco fosse assumido legalmente como Presidente da Junta de Paróquia, várias vezes, devido à relação direta que a mesma Junta cívica tinha com a igreja, nomeadamente na conservação dos edifícios, na guarda dos objetos de culto e, até, nas coletas.

A Junta de Paróquia, neste período, não era órgão administrativo civil: só a lei de 18 de julho de 1835 divide o território, considerando, pela primeira vez, a paróquia como unidade administrativa civil¹⁰. A Junta de Vila Nova da Telha começa as suas primeiras atas em 1826. A «Junta da Paróquia» era eleita, presidida pelo «comissário da paróquia», escolhido pelo Administrador do Concelho, de entre três nomes apresentados pela Junta de Paróquia. Este «Comissário da Paróquia» foi substituído pelo «Regedor da Paróquia», no Código Administrativo de 06 de novembro de 1836¹¹. Em 1842, o Pároco preside à Junta de Paróquia, mas a Junta de Paróquia fica apenas com competências eclesiásticas. As competências civis são transferidas para a Câmara Municipal e o Administrador do Conselho. Em 1878, os párocos são afastados da presidência da Junta de Paróquia. Mas o Código Administrativo de 189 (e de 1895) determina que o pároco seja o seu Presidente nato, acumulando competências civis com eclesiásticas.

3. Da revolução republicana ao 25 de Abril.

Depois da Lei de Separação do Estado da Igreja (20 de junho de 1911), publicou-se um novo código administrativo (designado «lei n.º 88, de 07 de agosto de 1913), mas só sobre os órgãos administrativos. Então, a Junta de Paróquia passou a chamar-se Junta de Paróquia Civil. Em 1916, mudou de nome, outra vez, mas para Junta de Freguesia: o seu presidente passou a denominar-se «Presidente da Junta de Freguesia».

As paróquias sujeitas à autoridade civil, que se apropriaram de imóveis (igreja, residências paroquiais) e móveis (alfaias litúrgicas, livros de registo paroquiais), tiveram de lutar pela sua sobrevivência e foram encontrando novas formas administrativas. Assim aparecem as comissões

¹⁰ Quer dizer que a revolução liberal, nesta ocasião, legislou sobre as paróquias, mas apenas como órgãos de território eclesiástico, e não civil.

¹¹ O regedor da paróquia passa a ser nomeado pelo Governador Civil, segundo o Código Administrativo de 6 de maio de 1878.

fabriqueiras e, com a Concordata de 1940 entre a República Portuguesa e a Santa Sé, as Fábricas da Igreja Paroquial, reconhecidas pelo Estado Português como entidades jurídicas. Uma lei de 1959 determina que a «Junta de Freguesia» seja eleita pelos chefes de família residentes na própria freguesia, sendo a própria Junta supervisionada pelo Regedor (nomeado pelo Presidente da Câmara).

4. Da revolução de Abril aos nossos dias.

As Freguesias são subdivisões administrativas de um município constituindo a mais pequena unidade administrativa, composta pelo agregado de famílias que dentro do território desenvolvem uma acção social comum, por intermédio de órgãos próprios.

Nos termos da Constituição da República Portuguesa, esses órgãos são:

- a Assembleia de Freguesia (o seu órgão deliberativo), que em certas situações pode ser substituível pelo plenário dos cidadãos eletores (quando a população é muito reduzida)
- e a Junta de Freguesia, que é o órgão colegial com funções administrativas executivas.

As paróquias mantêm a sua identidade, mesmo com a nova Concordata de 1940.

B. A Confraria do Subsigno

1. As Memórias Paroquiais de 1758 relativas às paróquias da Maia, no artigo sétimo da primeira parte, respondem ao quesito do orago, dos altares e das confrarias ou irmandades.

Entre as confrarias e irmandades¹², as paróquias da Maia podem ser comparadas, tendo em conta a sua redistribuição feita pela revolução liberal. O quadro que se segue coteja as paróquias da Maia atual com as paróquias dos concelhos vizinhos¹³:

Concelhos	Paróquias	Sub-signo	Rosário (Nº S ^a)	Almas	SSmo Sa- cramento	Senhor	Nome	Menino
Maia ¹²	16	9	5(+3)	6	5	0	0	1
Matosinhos	9	2	6(+5)	3	2	3	1	0
Vila do Conde	20	9	7(+3)	8	4	1	1	1
Trofa	8	3	9(+6)	2	3	0	0	0
Valongo	5	1	3(+2)	5	4	0	2	1
Gondomar	11	5	2(+2)	4	2	0	2	2
Porto	15	6	9(+11)	5	12	0	0	2
	86	35	41(+32)	33	32	4	6	7

Verifica-se que o número de confrarias ou irmandades do **subsigno** (35) só é superado pela confraria de Nossa Senhora do Rosário. Duas confrarias também se aproximam em números: a confraria da Almas e a confraria do Santíssimo Sacramento. Nos concelhos periféricos – Amarante¹⁴,

¹² José Viriato Capela («Os Municípios no Portugal Moderno: Dos forais manuelinos às reformas liberais». Lisboa: Ed. Colibri, 2005, p. 39-58) escreve que, no século XVIII, as confrarias «congregavam os esforços e sentimentos religiosos da comunidade», principalmente as confrarias das Almas, do Santíssimo Sacramento e do Subsino (a que acrescenta a confraria da Senhora do Rosário) e «governam toda a paróquia no civil e eclesiástico», nomeadamente a confraria do subsigno ou do Nome de Deus.

¹³ Francisco Barbosa da Costa (2005). Instituições do Distrito do Porto. Porto: Governo Civil do Distrito do Porto, p. 46. Informa que o Concelho da Maia possuía as seguintes confrarias do Subsino: «Confraria do Subsino de Vermoim (1780), de Folgosa (1766), Irmandades de Barreiros (1750), de Moreira (1839), de Gemunde (1775), de Milheiros (1721), Silva Escura (1726), Gondim (1778), Folgosa (1744), Vila Nova da Telha (1721) e de Águas Santas (1892)»

¹⁴ Só a paróquia de Santa Cristina de Figueiró refere a confraria do subsigno.

Baião, Felgueiras¹⁵, Marco de Canaveses¹⁶ e Paços de Ferreira – praticamente não aparecem expressamente as confrarias do subsígnio. As suas atribuições deveriam ser exercidas por outras confrarias, nomeadamente das Almas. Acontece que alguns concelhos estiveram muitos séculos sob a administração do Arcebispo de Braga.

Atentemos no que escreve, acerca das confrarias, José Viriato Capela, no seu estudo sobre «A Diocese do Porto. Território, Paróquias e Devocionário», sob o parágrafo «Confrarias e sociedade paroquial»: “Particular relevância social e político-administrativa nas paróquias têm aqui, no distrito do Porto, as *Confrarias do Subsigno*.” As mesmas competências podem ser atribuídas às confrarias do Nome de Deus ou do Santíssimo Sacramento, ou podem ser portadores de outra designação funcional, como Confraria da Cruz, Confraria da Cera, Confraria do Subsídio, Confraria Leigal, ou Confraria Geral.

Compete à confraria do subsígnio¹⁷: (1) acolher todos os paroquianos; (2) administrar a fábrica da igreja; (3) zelar pelos interesses comuns dos paroquianos; (4) apoiar os pobres e gente vinda de fora da paróquia, na alimentação e no acolhimento, na doença e na morte.

1. Competências da Confraria do Subsigno. Quais foram as funções desta Confraria do Subsigno (ou Cera)? Como estava organizada? Essencialmente, tinha o dever de representar a comunidade face ao mundo exterior e também face ao pároco do lugar. Portanto, em si mesma, considerou-se como uma corporação no sentido legal do termo. Isso expressa-se por frases que aparecem nos documentos, tais como “... todos em hum corpo entre sy acordem o que melhor lhe conbem.” E noutra passagem, “... estando todos em um corpo.” Daqui advém que os administradores do Subsigno, por si, não podiam legislar; a constituição, por assim dizer, da confraria podia ser alterada apenas pela assembleia de todos os membros onde o voto maioritário decidiu. Como corporação, a confraria também podia responder perante a lei, e, nesse caso, as suas despesas legais teriam de ser pagos pela comunidade.

Todos os moradores da paróquia tinham de pagar os impostos da confraria, chamados “fintas” em Alvarenga, ou “anuais” em Lagares. Cada um pagava conforme a sua riqueza, e também havia penas pelo não-pagamento. Em troca, os membros tinham vários direitos. Estes podem ser divididos em quatro categorias gerais: (1) cerimónias fúnebres; (2) assistência mútua; (3) participação nas festividades religiosas; e (4) serviços cívicos comunitários.

■ Começamos com as **cerimónias fúnebres**. Aqui é importante levar em linha de conta que a freguesia se estendeu não só no espaço, mas também no tempo. Ainda que não se dissesse por palavras, a freguesia, é claro, compunha-se não só dos vivos, mas também dos mortos. A comunidade foi, por assim dizer, a totalidade das pessoas da comunidade, que tinham vivido no lugar. Os mortos recebiam não só sepultamento conveniente e as missas do corpo presente no enterro, mas também missas teoricamente para sempre a “bem de sua alma”. Com estas cerimónias, a freguesia definia-se como um todo coeso: a experiência de perder um membro vivo da sociedade dava a oportunidade de restabelecer e reafirmar a sua solidez, e isso explica em grande parte a elaboração das cerimónias fúnebres. Estas cerimónias também forneceram ao pároco muito do seu rendimento, que foi, às vezes,

¹⁵ Duas paróquias contam com a confraria do subsígnio: Rande e Sousa.

¹⁶ Só a paróquia de Carvalhosa possui confraria do Subsigno.

¹⁷ A Memória de São Romão de Coronado explica: A cargo da confraria do subsígnio «está a fábrica da igreja, o fazerem os enterramentos e administrarem o que a eles é necessário, o enterrarem de graça os pobres e conduzirem ao hospital mais vizinho algum forasteiro pobre, que esteja doente na freguesia. Tem mais outras obrigações que constam dos seus estatutos aprovados pelo Ordinário»

considerado um abuso. A este refere-se o documento régio que fala dos «párocos que excederem os emolumentos dos sufrágios et funerais dos defuntos...»

- No primeiro dos seus quatro grossos volumes das *Memórias de Tempos Idos (Manuscrito de Várias Narrações)*, o Padre Joaquim Antunes de Azevedo escreve o seguinte, em que denuncia a incapacidade de regeneração que invadira a Confraria do Subsigno de Vila Nova da Telha, com revolução liberal. Escreve o seguinte: «*Noutro tempo, quando as irmandades do Subsino estavam bem organizadas não era necessário convite para os irmãos: ao menos, um de cada família, se apresentavam a acompanhar o finado: bastava um simples aviso do mordomo. Agora já não é assim, ainda que um finado seja um pobre. Se não houver convite e a competente pinga, não há a quem pagar para levantar o corpo. Foi lamentável desordem esta de se acabarem com aquelas irmandades. O que as fez acabarem foi – no meu fraco entender – a grande importância que os novos regedores de paróquia tiraram aos juízes do Subsino*»¹⁸.

- O mesmo autor escreve o seguinte sobre a colocação da mesa da audiência de Vilar do Pinheiro: «*Carvalho - Foral. Hoje, por corrupção, carvalho furado, foi um carvalho que houve na freguesia de Vilar do Pinheiro, junto do lugar do Formigueiro, e o que segue em frente do barroco, atravessando a estrada velha e, passando o referido carvalho foral, segue para a Póvoa, Carvalhido e Gemunde. Este carvalho ficava ali onde se juntam os três caminhos, da parte do norte onde houve uma devesa, hoje terra de mato de António Fernandes da Silva, do lugar da Igreja. Chamam a estas terras de mato e lavrar as Cales. Era debaixo deste carvalho que, à ordem do juiz do povo, vulgarmente juiz da raposa, por muitas vezes ali se juntaram para fazer montaria aos lobos, se reunia o povo da freguesia, para o que havia uma mesa de pedra, com assentos, chamada a mesa do juiz, ou mesa da audiência.*»¹⁹

- Compete à Confraria do subsigno a **fábrica da igreja**, no que diz respeito aos custos com as obras do corpo ou **nave do templo**, como confirma pela notícia do Padre Joaquim de Azevedo, nas suas *Memórias dos Tempos Idos...*²⁰, a respeito de Labrige. Ele fala sobre as obras de aumento da largura do corpo da igreja matriz, a cargo da confraria do subsigno. «*Em 21 de Abril de 1711, sendo juiz João Fernandes, Bento Gonçalves, Luís Manuel, mordomos, [Licenciado] João Joaquim Gonçalves e Luís Gonçalves, homens de acórdão, [...] contrataram com Domingos Gonçalves Canário, da aldeia de Moreiró, fazer o corpo da igreja, pela quantia de duzentos e cinquenta e cinco mil reis, com a obrigação da esquadria ser da pedra do Monte de Santo António²¹, de Vairão, e a outra pedra ser do Monte do Carvalho. E da igreja velha só se aproveitará a esquadria. Alargará a igreja três palmos mais. Cornija de papo de rola. Com a obrigação de os lavradores chegarem os materiais, como pedra, cal, saibro, madeira e telha, contanto que não seja maior a distância de duas léguas. Assina a referida escritura, além doutros, o Padre Cristóvão de Almeida, da mesma freguesia.*

A torre foi construída, segundo consta, por um mestre, e pedreiro, e uma e duas filhas, somente, ali pelo princípio deste século»

Às Juntas de Paróquia, nascidas com o programa liberal de reduzir e anular a capacidade administrativa da Igreja e a sua influência real, foi atribuída esta função da fábrica da igreja e das despesas do culto e, mesmo, da sustentação do clero. A invasão sub-reptícia do controlo estatal sobre a Igreja vai anular a sua completa liberdade, quando se implanta a revolução jacobina, republicana.

¹⁸ *Memórias de Tempos Idos*, Livro I, fl. 183v.

¹⁹ *Memórias...*, Livro I, fl. 132v.

²⁰ *Memórias de Tempos Idos*, Livro II, fls. 77 e 77v.

²¹ Nos documentos do século XIII, este monte designava-se «monte de Castro de Boi».

■ Agora com respeito à assistência mútua, hoje dizemos **assistência social**, nem os Costumeiros nem os Estatutos do Subsigno nos dizem muito. Em Lagares, por exemplo, só diz que “... sendo tão pobre que seja necessário acudir-lhe por conta da confraria, o poderem fazer o juiz e emleitos, como lhe parecer.” É provável que, no dia a dia, qualquer necessidade fosse suprida primeiro pelos parentes e a família no sentido lato; a freguesia era só o último recurso, se os outros apoios faltavam.

■ Mais importantes que a assistência social, parece, foram os “**clamores**” ou “**votos**” que representam um meio para a freguesia se definir em contraste com as freguesias vizinhas. Também forneceram a maior parte do pouco divertimento organizado que existia nestes sítios e tomarem o lugar do que hoje em dia é a diversão noturna, constante de programas das comissões de festas, mais ou menos ocasionais. Variáveis no seu número, os clamores eram, por assim dizer, romarias de um só dia, ou às vezes menos, indo a uma freguesia vizinha para celebrar o dia dum santo regional. Em muitos casos pode-se determinar o raio médio destes clamores que dá também a zona de influência da freguesia. No caso de Alvarenga, por exemplo, oito quilómetros era a mais longa destas romarias.

Num sentido funcional, no entanto, os clamores surgem através doutro prisma. Em muitas destas freguesias nortenhas com populações reduzidas e territórios pequenos, era necessário escolher cônjuges que não pertenciam à mesma comunidade para evitar problemas de consanguinidade ou casamentos proibidos pela Igreja. Assim, os clamores davam oportunidades para a juventude conhecer cônjuges de freguesias vizinhas.»²²

■ «[Os mosteiros] Tinham, em cada uma das freguesias, seu homem de confiança, a quem chamavam colhedor, que olhava pelo que lhe pertencia na freguesia, a quem confiavam as chaves da tulha, ou tulhas, porque, muitas vezes, [fl. 177] tinham mais do que uma em cada freguesia.

Todos os anos davam, pelo Natal e São João, o ‘**vinho dos molhos**’, assim chamado pelos serviços que os lavradores demais lhe faziam, como, em lugar de lhe dizimar os pães em molhos, nos campos, quando atavam o trigo, o centeio, dando-lhe de dez molhos um, lho traziam para casa, malhavam e lhe davam o pão limpo. E, por isso, lhe davam os rendeiros o tal ‘vinho dos molhos’, que os povos das freguesias queriam que fosse boa pinga do Alto Douro. Quem fazia a repartição era o juiz da freguesia, ou ‘**Juiz do Subsino**’: por isso, um [juiz] cada ano. O local escolhido era um largo espaçoso, muitas vezes, o terreiro da igreja.

O dia era anunciado antecendentemente. Por isso, todos estavam esperando aquele dia, novos e velhos, homens e mulheres. Por isso, ali se apresentavam, quase sempre munidos de algum acepipe, ou petisco, para melhor lhes assentar a pinga.»

Os que mais ainda apreciavam este dia eram os pobres, porque não tinham que dizimar; mas, neste dia, dizimavam o vinho da pipa do rendeiro.

O juiz da Confraria do Subsino supervisiona a **colheita dos dízimos** e encarrega-se da distribuição do “**vinho dos molhos**”, como vemos, deste fragmento do Padre Joaquim Antunes de Azevedo²³: «*Todos os anos davam, pelo Natal e São João, o ‘vinho dos molhos’, assim chamado pelos serviços lugar de lhe dizimar os pães em molhos, nos campos, quando atavam o trigo, o centeio, dando-lhe de dez molhos, nos campos, quando atavam o trigo, centeio, dando-lhe de dez molhos um, lho traziam para casa, malhavam e lhe davam o pão limpo. E, por isso, lhe davam os rendeiros o tal ‘vinho dos molhos’, que os povos das freguesias queriam que fosse boa pinga do Alto Douro. Quem*

²² Cf. Harold B. Johnson./ Universidade da Virginia (USA)

²³ Memória de Tempos Idos..., vol. I, fls. 175-177v. Transcrição torada do fl. 177.

fazia a repartição era o juiz da freguesia, ou ‘Juiz do Subsino’: por isso, um cada ano.

O local escolhido era um largo espaçoso, muitas vezes o terreiro da igreja.

O dia era anunciado antecendentemente. Por isso, todos estavam esperando aquele dia, novos e velhos, homens e mulheres. Por isso, ali se apresentavam, quase sempre munidos de algum acepipe, ou petisco, para melhor lhes assentar a pinga.

Os que mais ainda apreciava este dia era os pobres, porque não tinham que dizimar; mas, neste dia, dizimavam o vinho da pipa do rendeiro.

Alguns lavradores não queriam ir ao vinho dos molhos; mas, então, mandavam, e o juiz lhe mandava dar segundo as necessidades da casa ou da família que tinham.

Neste lugar, nem sempre corria tudo com sossego: o vinho sempre fazia das suas e muitos não eram mais senhores de si, naquele dia.

Bem fez um juiz de Vila Nova da Telha, que, no seu ano, não quis o vinho dos molhos, mas o seu valor; e, com ele, comprou uma rica cruz de prata, para as procissões e outros usos da paróquia. Contudo, não foi louvado por todos, principalmente pelos amantes da pinga. Para memória este bom juiz, ponho aqui o seu nome...»

4. A sepultura dos mortos. Os defuntos eram enterrados no interior das igrejas, ou nos adros anexos. A legislação liberal impôs a sepultura nos cemitérios – o que originou alguns atritos com as povoações inconformadas. Na galilé dos mosteiros, as sepulturas costumavam ser numeradas²⁴.

Os coveiros passaram a ser funcionários necessários, como escreve o Padre Joaquim Antunes de Azevedo, nas suas *Memórias*:

«E já neste tempo eram os enteramentos feitos por coveiros mercenários e quase por homens à toa, que o que queriam era ganhar os tantos reis sem grande enfado²⁵. Não foi assim em outro tempo, que os irmãos da **irmandade do Subsino** (que tão bem policiados estiveram) faziam, à roda, os enteramentos de seus próprios confrades. Depois, foram coveiros, a quem os doridos pagavam um tanto, regularmente 430 reis para cada enterro de adulto e 240 por cada menor. Joaquim Francisco da Cruz, do lugar de Cambados, enterrou por muitos anos na sua própria freguesia, Vila Nova da Telha, donde era natural, e em Vilar [fl. 146v] de Pinheiro e ainda em outras mais freguesias que o chamavam. Hoje, em Vila Nova, enterra-se um filho do mesmo.»²⁶ Em Vilar do Pinheiro, Moreira, Mosteiró, Vilar e Gemunde, enterra um indivíduo do lugar da Lameira, freguesia de Mosteiró. E, como se acha tolhido das pernas, vai a cavalo na sua jumenta fazer os enteramentos. É tão malcriada a dita jumenta que, ouvindo os padres cantar, há-de levantar a voz e zurrar – o que é mesmo uma zanga, porque envergonha os padres e faz rir os seculares.»

5. Os administradores da Confraria do Subsigno. «Estes administradores eram eleitos pela maioria dos **membros do Subsigno**, os quais, sob pena de multa, tinham de assistir às eleições, na presença dos administradores cessantes e, muitas vezes, do padre.»

Dois exemplos:

²⁴ Assim se vê no mosteiro beneditino de Tibães.

²⁵ Por isso, deixavam a igreja, com ossos por todo o lado, após um enterramento. Depois foram proibidos os enteramentos dentro das igrejas.

²⁶ Episódio narrado pelo Padre Joaquim Antunes de Azevedo. O coveiro de várias freguesias, residente na Lameira, ia de jumenta ao seu serviço, por ser «tolhido das pernas». E, quando os padres começavam a cantar os ofícios, a jumenta zurrava e relinchava, o que «envergonha os padres e faz rir os seculares».

- (a) «Em Alvarenga estes administradores eram seis: (1) o Juiz, (2) o Procurador; (3) o Mordomo; (4) o Escrivão; [5] e dois “Homens de Fala”. Se era impossível eleger novos administradores para servir, os cessantes permaneciam no lugar. Nem todas as freguesias tinham seis administradores; isso dependia do tamanho da população como também do costume local.»²⁷
- (b) Em Paderne, por exemplo, havia catorze.»²⁸

«1. O JUÍZ: com o seu símbolo, a cruz da prata, era o responsável pelo funcionamento da confraria do Subsigno e pela supervisão dos outros administradores. Tinha o dever especial de cuidar dos funerais, disciplinar os membros do Subsigno, tanto como organizar os clamores que eram uma parte tão importante da vida comunitária. Era também responsável, com a ajuda dos Mordomos, pela manutenção da parte da igreja pertencente ao povo.

2. O MORDOMO: funcionava essencialmente como o assistente do Juiz no cumprimento dos seus deveres, com uma responsabilidade especial pela cobrança dos impostos e “fintas” do Subsigno e pela manutenção da igreja. Em Alvarenga isso ia, diz o Costumeiro, até “... tirar as teias de aranha da igreja e a barrela ao menos pelas festas.”

3. O PROCURADOR: tinha ao seu cuidado as propriedades da igreja e também tinha o direito de impor penas aos que faltavam aos seus deveres, o Juiz inclusive.

Estes eram os principais administradores em Alvarenga. Em Parada de Gatim havia igualmente seis oficiais, mas com títulos diferentes. Parada de Gatim era uma freguesia bipartida e tinha um Juiz, dois “Eleitos” (um para cada parte), dois Mordomos igualmente, e mais um Mordomo de Penitências. Paderne, por outro lado, tinha catorze administradores: o Juiz, o Procurador, e doze Eleitos. Assim o número e a nomenclatura variavam de freguesia para freguesia.»²⁹

- (c) No cabeçalho da «Escritura de Reclamação e Distrato que fazem o Juiz, Procurador e Eleitos, e mais Mordomos da freguesia de **Vila Nova da Telha**» estão enumerados os membros da Irmandade do Subsigno desta paróquia. Está datada de 22 de Outubro de 1821. Foi escrita na residência paroquial, na presença do Juiz da Cruz, Manuel Domingues Duarte, do Procurador, Manuel Francisco da Cruz, dos Eleitos, Capitão José Dias Gonçalves Aroso, Joaquim Francisco da Silva, Manuel Gonçalves Clemente, António... (Falta o resto do texto)

6. Aspectos particulares, relacionados com a Confraria do Subsigno:

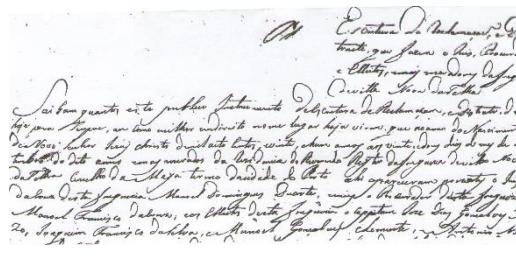
1. Guimarães. Informações coligidas por João Lopes de Faria:

1642 — Na rua do Espírito Santo, onde morava o tabelião Francisco Veloso, o juiz do subsigno, procuradores e homens de falas da freguesia de S. João das Caldas e administradores do bem comum da dita freguesia e da confraria de Nossa Senhora do Rosário, fazem procuraçāo na nota do mesmo a 5 advogados da cidade do Porto e a um indivíduo da dita freguesia, para a causa que queriam mover a Pedro Ribeiro morador em Miragaia, da dita cidade, sobre a haver de cumprir que à dita freguesia ou à confraria deixou André Ribeiro, irmão dele, que falecera nas partes do Brasil,

²⁷ Cf. Harold B. Johnson./ Universidade da Virginia (USA)

²⁸ Cf. Harold B. Johnson./ Universidade da Virginia (USA)

²⁹ Cf. Harold B. Johnson./ Universidade da Virginia (USA)



em o Rio de Janeiro, de quem o dito Pedro Ribeiro ficou herdeiro e testamenteiro, por terem anúncio de tal legado e ele o não querer satisfazer.

2. Galegos (Santa Maria - N^a Sr.^a da Encarnação), freguesia do Minho, concelho e comarca de Barcelos, distrito e arcebispado de Braga, (08 Fevereiro 2009. Notícia sobre a Entrega da Cruz)

Decorreu hoje a "Entrega da Cruz" por parte dos Irmãos da Confraria do Subsigno.

Esta confraria é constituída por todos aqueles que, de livre e espontânea vontade, se inscrevem para assumir a responsabilidade de assegurar a presença da cruz paroquial em todas as cerimónias religiosas, bem como na visita da pascal, sendo dois os empossados na missão que durará um ano.

Também designada por "Cabido", este evento era coincidente com a Festa da Padroeira, só que os "irmãos" da confraria do Subsigno acabaram por decidir, desde há uns anos a esta parte, passar a cerimónia e o respectivo almoço-convívio para o domingo seguinte à festa, para terem mais tempo e aproveitarem para confraternizarem mais à vontade entre todos, sem estarem sujeitos ao horário da festa da Padroeira.

Os "irmãos" cessantes, José Corga e Vítor Reigado, passaram o testemunho aos "irmãos" Marcelino Abreu e João Macedo (picheleiro), representantes, respectivamente, do lado de cima e do lado de baixo da freguesia, conforme estão divididos os "irmãos" da confraria do Subsigno.

Parabéns a uns e outros, e siga a tradição."

3. Freguesia de entre-Ambos-os-Aves. Notícia de 20.05.2009 sobre as Juntas de Paróquia e a sua relação com a Junta de Freguesia.

Após a Revolução Liberal de 1820, com Mouzinho da Silveira, foi decretada uma nova estrutura administrativa e territorial. O governo de então criou as "Juntas de Parochia" (decretos de 26/06/1830 e 19/02/1831) com a finalidade de conservarem e reformarem os edifícios das igrejas e seus anexos, receber e administrar os seus bens, rendimentos e esmolas e fazer as despesas do culto.

Em 1834, as funções da "Confraria" ("Confraria do Subsigno") passaram para a Junta de Parochia que o Juiz do Subsigno passou a integrar como tesoureiro.

A partir de 1916, o termo Parochia/Paróquia ficou a indicar a comunidade religiosa e aparecem as expressões "Freguesia" e "Junta de Freguesia", para indicar a unidade territorial administrativa civil e a comunidade humana que a habita.

4. Freguesia de Santa Maria de Quintiães, Barcelos. Na monografia *Apontamentos para a história de Santa Maria de Quintiães – Barcelos* (Povoado Varzim: 2005, p. 529), Manuel Baptista de Sousa escreve o seguinte:

Dentro do recinto do adro havia uma mesa de pedra popularmente conhecida por Pedra do Acordo ou Pedra da Paciência ou Pedra do Adro, onde se reunia, no fim da missa conventual, a Confraria do Subsigno, composta pelo Juiz da terra e os homens da Fala – "falou, está falado" – os Homens do Acordo, eleitos todos os anos. O povo tomava conhecimento da forma de dar cumprimento às ordens do Visitador ou de as impugnar, bem como das decisões régias. Por vezes, tornavam-se conflituosas essas sessões públicas, sendo obrigados os Eleitos a refugiarem-se na Igreja, para escapar à ira popular. O sol-posto era hora imperativa da paz.

5. O arcebispo de Braga, D. Moura Telles, mandou que se instalasse, nas paróquias, a confraria do subsigno. Entre 1715 e 1720, contam-se algumas delas na diocese de Braga.

6. Freguesia de Monte de Fralães. Notícia sobre a eleição do juiz da Confraria do Subsigno, em 1616. *Foi eleito em cabido geral que se fez na forma acostumada, a última oitava do Natal, para servir o ano que vem, a Bento Gonçalves, da Porta, ao qual, tomadas as contas ao mordomo velho,*

foram entregues os setecentos e setenta em dinheiro, com a taleiga e o meio pau de cera. E assinou comigo, Tomé da Guarda, abade. Tomé da Guarda. E declaro que nesta quantia acima vão as moedas que andavam no tesouro, que se desfizeram. B.to + Gz

7. Esta é uma pedra ou mesa da audiência, designada «Pedra do Acordo», datada de 1673³⁰. As confrarias do Subsino tinham as suas reuniões, segundo os estatutos e os seus ancestrais costumes. O lugar específico era a pedra da audiência, normalmente em forma de mesa com um ou mais bancos. Aqui, apresentamos um exemplar, pouco vulgar, de mesa redonda, com cinco bancos, que serão, eventualmente, um aproveitamento de bases de cruzeiros



C. A Pedra da Audiência

1. A pedra da audiência.

As assembleias de freguesia, chamadas Confraria ou Irmandade do Subsigno, reuniam no fim da Missa conventual, em domingos marcados, para tratar de assuntos relacionados com o bem-estar da comunidade, nos aspetos religiosos e sociais. O presidente dirigia os trabalhos, presidindo de uma pedra ou mesa – mesa da audiência. Esta pedra colocava-se, por norma, do lado esquerdo (para quem entra) da porta principal da igreja matriz. Assim seria também em Vila Nova da Telha.

Quando a igreja paroquial foi aumentada em comprimento (talvez, por aumento da população), teve de ser deslocada. Foi parar ao lado esquerdo da porta da sacristia, cujo banco maior estava encostado ao muro que fica entre a mesma sacristia e a antiga residência paroquial; e o banco de um só lugar situava-se do lado da mesa. E, com o aumento do adro para trás da igreja, as pedras da mesa da audiência foram deslocadas para o Largo do Padrão (que, desde 1940, passou a chamar-se Largo do Padrão (onde se implanta o Cruzeiro Velho), onde estiveram até à pavimentação com paralelepípedo e à instalação de um poço de alimentação do fontenário de Cambados. Então as pedras foram arrumadas nas traseiras da residência paroquial, em muito mau estado.

Neste momento, procede-se à sua recuperação, sendo colocada a mesa da audiência num patamar granítico, com mais que dezasseis metros quadrados, integrada no quintal da residência paroquial, que está a ser adaptado a espaço de recreio para o tempo de catequese. Será instalado também o conjunto de dois bancos, um para o juiz, na cabeceira; e outro, mais cumprido, para os homens da fala.

2. A pedra da audiência no atual concelho da Maia.

No atual concelho da Maia, estão conservadas oito mesas da audiência: Santa Maria e São

³⁰ «As cavidades daqueles assentos de pedra em redor indicam acaso que eles eram a base das cruzes dum pequeno calvário.»

Pedro de Avioso, Santiago de Milheirós, Divino Salvador de Moreira, São Miguel de Barreiros³¹, São Cosme e Damião de Gemunde³² e Santa Maria de Vila Nova da Telha. A mesa da audiência de Silva Escura ainda foi arrumada ou destruída, há pouco tempo; a mesa da audiência de Gemunde foi atirada para o entulho, durante as últimas obras (que terminaram depois de 2010). E, por curiosidade, podemos acrescentar que a mesa de audiência de São Mamede de Perafita foi convertida em mesa do novo altar-mor.

O povo e os documentos denominam a mesa da audiência diversamente: em Moreira da Maia, é «pedra da sentença» ou «mesa de audiência»; noutras paróquias, designa-se «pedra de audiência», «pedra do acordo», «pedra do juiz», etc.



Pedra da Audiência de S. Pedro de Avioso³³



Pedra da Audiência de Santa Maria de Avioso³⁴



Pedra da Audiência de Santiago de Milheirós



Pedra da Audiência de Moreira

³¹ Barreiros tem duas mesas; uma no adro da Igreja Velha e outra, mais volumosa e mais imponente, enquadrada no pré-fabricado do mesmo adro. Parece ter sido esta a Mesa da Audiência.

³² A Mesa da Audiência de Gemunde foi removida para o campo lateral à igreja matiz, quando, nos últimos tempos, se requalificou o adro e a própria igreja. Essa mesa estava no adro, em muito bom estado. O Pároco informou que vai ser recuperada e mantida no espaço do adro da igreja.

³³ Esta mesa de audiência goza de duas características: (1) A mesa é uma tampa tumular invertida; (2) e o banco de cabeceira do juiz é uma ara, talvez invertida, que foi adaptada, sendo desbastados os lados, onde haveria inscrições votivas.

³⁴ A mesa é uma tampa tumular invertida.



Pedra da Audiência de São Miguel de Barreiros



Pedra da Audiência de São Cosme de Gemunde



As duas pedras da Mesa da Audiência de Santa Maria de Vila Nova da Telha, Maia (uma em mau estado, fraturada em três partes)

«No adro da Igreja de Milheirós, Maia, existe uma mesa de pedra que data de 1796 que se encontra em frente à Igreja. Nesta mesa pétreia, o Juiz da Irmandade de Subsino recebia as quotas.» Assim escreveu a Junta de Freguesia. Em 1977 foi feito um arranjo urbanístico do adro da igreja matriz, inscrevendo no pavimento em mosaico, branco e preto, a respetiva data, debaixo da própria mesa.

As pedras da mesa da audiência de Vila Nova da Telha têm de comprimento 1,57 metros e de largura (a soma das duas) 0,84 metros (0,37+0,47). As duas pedras formam uma mesa retangular, mas são trapezoidais, com a largura superior (na cabeceira) de 0,47 m e inferior de 0,37 m. A espessura da mesa é de 0,18 m. A área total da mesa ($1,57 \times 0,84$) é de 1,3188 m².

Nas ilhargas, duas pedras verticais, de formato retangular, suportavam a mesa. Ainda se encontram em estado razoável de conservação, de modo a permitir que fossem medidas:

0,75 * 0,27 * 0,18, e aplicadas.

Os bancos da mesa foram perdidos.



3. O restauro da Pedra da Audiência de Vila Nova da Telha.

Antes da igreja matriz sofrer o último aumento, nos finais do século XIX, a Pedra da Audiência, ou mesa da audiência, situava-se certamente ao lado esquerdo da entrada principal. Nessa altura, foi deslocada para o lado da entrada da sacristia, onde se encontrava cerca de 1950. Com o alargamento do adro para trás da capela-mor, a Pedra de Audiência foi transferida para o Largo do Padrão, que nessa altura já se designava Largo do Cruzeiro Velho. Sofreu as intempéries do tempo e do descuido humano, sendo as suas pedras recolhidas nas traseiras de residência paroquial, donde foram recuperadas para o parque do quintal da residência paroquial, neste ano jubilar sacerdotal do Pároco. Não foi possível encontrar duas pedras – a do banco largo e do banco do Juiz da Cruz.

A fotografia anexa mostra a reconstituição do seu formato:



Francisco Barbosa da Costa (2004). História do Governo Civil do Distrito do Porto. Porto: Governo Civil do Distrito do Porto. Este autor diz que a Junta Geral do Governo Civil do Porto, em sessão ordinária de Novembro de 1886, elaborou um Relatório, onde se encontram sintetizadas as deliberações tomadas e «relativamente à Administração Paroquial, aprovou vários orçamentos ordinários e suplementares, arrematação de obras públicas diversas, regulamentos de vários cemitérios, tabelas de preços para ofícios fúnebres, regulamentos de empréstimos, aquisição e terrenos para alargamento de adros para servirem de cemitérios, aforamentos e desamortizações de baldios, aceitação de transações e partilhas, continuação de minas sob caminhos públicos, contratação e demissão de pessoal, alinhamento de terrenos, expropriações, entre outras decisões.». Entre 1888 e 1890, «continuou a sua ação corretiva e fiscalizadora sobre as confrarias, irmandades e outras instituições».

Em 19 de Dezembro de 1889 foi recenseada a população e o relatório «realçou a boa vontade dos Párocos, que coadjuvaram bem os regedores». Em 1890, «as Juntas de Paróquia enviaram os seus orçamentos e contas dos exercícios, bem como as contas das confrarias e irmandades». Entre 1891 e 1893, as Juntas de Paróquia remeteram ao Governo Civil «os mapas demonstrativos dos seus empréstimos, mapas dos eleitores e das diversas confrarias». Havia Juntas de Paróquia que atrasavam a entrega ao Governo Civil de orçamentos e contas.

Em 1896, o Governo Civil perdeu competência administrativas, mas as Juntas de Paróquia pediam para o lançamento de derramas de 20%, para satisfazer as despesas obrigatórias.

O Governador Civil de 1904 ordenou «sindicâncias às gerências de várias confrarias e irmandades», devido a abusos e irregularidades. E, em 26 de novembro de 1909, foram eleitas 122 Juntas de Paróquia republicanas: manifesta-se, assim, o trabalho operado pela Carbonária, fundada em 1897.

No início da República, houve dificuldade em encontrar pessoas para gerir as Juntas de Paróquia. Afonso Costa, em 1912, adaptou algumas confrarias e irmandades e entregou à Câmara Municipal de Santo Tirso a Residência Paroquial, para ela aí instalar a GNR (Afonso Costa funcionou como o «mata-párocos» e, sobretudo, «mata-Igreja» em duas gerações³⁵).

O Governador Civil, Joaquim de Araújo Cota, «informou o Ministro dos Cultos e da Justiça que, segundo uma notícia publicada num jornal diário, todos os Párocos das 16 freguesias da Maia presidiam às comissões políticas do partido monárquico»³⁶.

O controlo das entidades republicanas atingia níveis de censura extrema.

³⁵ Joaquim António de Aguiar, em 1834, decretou a extinção das ordens religiosas masculinas e a confiscação de todos os seus bens, materiais e imateriais (como as bibliotecas). É o «mata-frades». António José de Aguilar decretou a confiscação de todos os bens das ordens religiosas femininas, em 1861. É o «mata-freiras». E Afonso Costa disse que em duas gerações destruiria a Igreja Católica. É o «mata-padres» e «mata-Igreja».

³⁶ *Idem*, p. 234.

A «Casa de Lavoura» na paisagem rural maiata¹.

José Augusto Maia Marques*

Resumo: A Maia é hoje conhecida sobretudo pela sua paisagem urbana e industrial. Mas nem sempre foi assim. Até meados do século XIX a Maia era exclusivamente rural. A transformação desta paisagem exclusivamente rural dá-se apenas em meados do século XIX e acontece, antes de tudo, graças às vias de comunicação. É o estudo dessa transformação e a inventariação desse património rural que uma equipa criada pelo Município, recorrendo aos seus técnicos com formação em Antropologia, Arqueologia, Arquitetura, Etnografia e História, está agora a iniciar e que levará certamente a um conhecimento muito mais completo e profundo desta ainda vasta e importante paisagem rural da Maia.

Palavras-chave: Paisagem, ruralidade, Terra da Maia, casa de lavoura.

O estudo da paisagem é, desde há alguns anos, encarado como uma tarefa eminentemente interdisciplinar. A Geografia, a Estética, a Arqueologia, a Antropologia, a História, a Arquitectura e Urbanismo, o Planeamento, a Ética, são áreas disciplinares fundamentais para esse estudo. Hoje, e com um forte peso, junta-se-lhes a Etnografia, possuidora de instrumentos de análise e de técnicas de trabalho que lhe permitem uma reflexão ampla sobre os princípios teóricos e a sua aplicação prática.

Em plena Maia do séc. XXI há ainda muita paisagem rural. Casas de lavoura com o seu complexo de construções anexas pontuam áreas mais ou menos extensas de campos de cultivo, de pastagens, de bouça, numa construção que é verdadeira manta de retalhos em termos morfológicos, mas unidade em termos etno-antropológicos.



Fig. 1 – Casa de Taim

Essa paisagem é entrecortada (e enriquecida) por vários exemplares arquitetónicos de diferentes funcionalidades e “estilos”, das igrejas barrocas com a sua talha, a sua torre, os seus sinos, comandando com os seus toques o dia de trabalho, às casas dos brasileiros que constituem uma ruptura estética com a paisagem, mas que, quer no aspeto sociológico quer no tecnológico e decorativo,

* Câmara Municipal da Maia e CEDTUR

¹ Este texto resulta de um trabalho apresentado ao III Encontro CITCEM Paisagem - Materialidade e imaterialidade, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, acrescentado de um outro apresentado às Jornadas de Arquitetura e Arqueologia da Maia.

trazem novidades e apontam um futuro.

A articulação entre estas três realidades – paisagem, construção, ser humano – é hoje um verdadeiro desafio que se coloca a quem inventaria e recolhe, a quem estuda e a quem projeta.

Com esta comunicação pretende-se então apresentar como «cenário» a paisagem rural da Maia, como «adereços» as peças de arquitetura vernacular e como atores os habitantes dessa Maia rural que, em 1960 não diferia muito da de 1860.

Arquitetura tradicional

A questão da arquitetura tradicional começa a ser encarada “a sério” numa perspetiva metodológica, desde meados dos anos 40, quer na Galiza quer em Portugal. Dois nomes avultam neste “pioneerismo” – Xaquín Lorenzo Fernández e Fernando Távora. A diferença é que a discussão em Portugal quase se quedou exclusivamente no plano meramente arquitetónico, com algumas exceções em trabalhos de Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, enquanto que na Galiza ela se alarga ao âmbito mais holístico da Etnografia e da Antropologia.

Por isso vemos que nas boas obras de síntese se encontra forte presença desta temática. Por isso encontramos uma bibliografia abundante e de grande qualidade produzida por investigadores conhecedores da realidade local palmo a palmo.

Aliás, numa publicação do Museu Valenciano d’Etnologia datada já de 2009, encontramos um levantamento de nada mais nada menos do que 414 títulos sobre esta temática. Hoje ultrapassam largamente o meio milhar.

Por isso o tema da arquitetura tradicional tem sido preocupação de responsáveis por museus, conferindo-lhe grande valia pedagógica. Desde o mais pequeno centro de interpretação, aos grandes museus, as maquetes pedagógicas são presença constante, permitindo, sobretudo para o público escolar e mais jovem, fazer uma reconstituição muito completa do habitat tradicional.

Por isso existe até premiação para a recuperação deste tipo de arquitetura, como é o caso dos Premios Manuel Gómez Román a la recuperación del hábitat rural y construcciones adjetivas”.

Por isso até no ensino secundário oficial este tema é tratado com alguma profundidade, como é fácil verificar pelo material de apoio ao professor.

Por isso até se fazem exposições itinerantes sobre arquitetura tradicional galega, algumas das quais até visitam Portugal...

Acontece que por vezes nos sentimos algo desapoiados, pela falta de reflexão e de bibliografia portuguesa sobre este tema, mas há que buscar em parte esse apoio do lado de lá da fronteira.

Este encontro², cujo objetivo principal é o de juntar a uma mesma mesa várias pessoas e vários projetos numa interação cada vez mais necessária, não surge do nada. Há vários trabalhos de inventário desde os anos 90, há os trabalhos para o PDM e sobretudo para a sua revisão, há a formação de uma equipa municipal pluridisciplinar para levar a cabo estas tarefas, há a participação em congressos. Há, pelo menos desde 2000, um conjunto de textos «fundadores» desta nova etapa de trabalho, que foram, como é sabido, precedidos pelos trabalhos sobre a «casa da Maia» de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano.

² Jornadas de Arquitetura e Arqueologia da Maia.

A paisagem rural maiata

A Maia é hoje conhecida sobretudo pela sua paisagem urbana e industrial. Desde inícios dos anos 70 que estas duas vertentes têm vindo a crescer, nomeadamente com o desenvolvimento da então designada «Zona Industrial da Maia», uma das maiores e sem dúvida a mais bem infraestruturada do País, e com a expansão da área urbana citadina, fruto de uma prosperidade que caracteriza aquele período.

Mas nem sempre foi assim. Até meados do século XIX a Maia, toda a Maia, era quase exclusivamente rural, com exceção de uma ou outra atividade que, como a moagem, os engenhos de linho, os fornos de telha, funcionava para ou por causa da agricultura. E digo toda a Maia, porque a área geográfico-cultural a que aludo ultrapassa muito os limites do atual concelho da Maia. A Terra da Maia era uma circunscrição medieval que, na sua versão tradicional era uma grande faixa de terreno que ia da margem sul do Ave aos limites da Cidade do Porto e da costa até às elevações interiores de Santo Tirso e Valongo. Note-se que toda a coroa norte do que é hoje o Porto pertencia à Maia. Aí estão, em Ramalde, em Aldoar, etc. várias «casas de lavoura maiatas» para o atestar.

Esta mancha cultural tem uma forma de trajar comum, folclore semelhante, elementos de gastronomia característicos, até estratégias de reprodução social próprias. E tem também vários elementos de arquitetura tradicional comuns que, próximo do Ave ou à ilharga do Porto, à vista do mar ou nas serranias a nascente, apresentam as mesmas características básicas.

A transformação desta paisagem exclusivamente rural dá-se apenas em meados do século XIX e acontece, antes de tudo, com as novas vias de comunicação.

É graças à abertura das estradas que hoje são a Nacional 14 e a Nacional 13, e que eram então conhecidas como «Estrada do Porto a Braga» e «Estrada do Porto a Vila do Conde», a primeira de 1845 e a segunda de 1863, que permitem não só o acesso mais fácil à «Grande Urbe» que era o Porto como a circulação intra e inter-concelhia, que a paisagem maiata sofre grande alteração.

Esta alteração é muito reforçada pela construção, em 1875, da Linha Férrea do Porto à Póvoa do Varzim. É com esta infraestrutura que surgem nesta zona duas realidades que marcarão todo o final do século XIX e grande parte do século seguinte – a mobilidade e os dormitórios da cidade.

A habitação no Porto era demasiado cara para os estratos mais baixos da classe operária. O arrendamento estava também fora das suas possibilidades, a não ser que fossem quartos ou tugúrios miseráveis. Com a facilidade, a regularidade e o preço do comboio, tornou-se possível ter uma casa razoável num local aprazível, mais barata do que qualquer coisa no Porto. O comboio proporciona uma nova mobilidade e inaugura os dormitórios da cidade.

Um deles, cujo percurso conheço bem (Marques, 1998), foi Pedras Rubras. Este lugar estava praticamente confinado ao «Largo da Feira», a Praça do Exército Libertador, onde se efetuava (e efetua ainda) uma feira semanal. Com a colocação da Estação um pouco a norte deste largo, logo esse espaço se povoou de casas, transformando-se num dos maiores da freguesia de Moreira. Essa profusão de construções atraiu um conjunto de estabelecimentos (lojas de peso, vendas, estalagem, botica, armazém de vinhos, talho, padarias, ferreiro, barbeiro, alfaiate), fazendo do lugar um espaço completamente diferente do que era, prefigurando os arredores portuenses da primeira metade do séc. XX, com uma população em que o operariado que trabalhava no Porto era maioritário, formando um núcleo onde ideias como o cooperativismo, o socialismo e o republicanismo encontraram um excelente caldo de cultura.

Assim, e como vemos, a paisagem maiata sofreu uma grande transformação na mudança do

século. Mas isto não significa que tenha perdido o seu carácter rural. As boas Casas de Lavoura continuaram e continuam ainda. E note-se que digo boas e não grandes, porque o tamanho pode não significar qualidade e produtividade.

É justamente sobre este património que emerge na paisagem rural maiata que o Município, no desenvolvimento do seu PDM, procede ao levantamento de um conjunto significativo de largas dezenas de exemplares da chamada arquitetura tradicional, com destaque para as ditas «Casas de Lavoura», das quais se identificaram 29 conjuntos, fora algumas dezenas de edifícios isolados.

Agora, graças à dinâmica do processo de revisão daquele documento estrutural, revela-se fundamental refletir não só sobre dimensão arquitetónica e a dimensão simbólica desse património, já que a casa é o «locus» da família³, mas também passar do seu exterior, do seu espaço de conjunto, para o seu interior, quer recolhendo e estudando o seu mobiliário e equipamento, quer procurando conhecer melhor as pessoas que o habitaram e como o fizeram.

É essa tarefa que uma equipa criada pelo Município, recorrendo aos seus técnicos com formação em Antropologia, Arqueologia, Arquitetura, Etnografia e História, está agora a iniciar e que levará certamente a um conhecimento muito mais completo e profundo deste vasto e importante património da ruralidade maiata.

A Casa de Lavoura da Maia

A Casa de Lavoura constitui uma unidade estrutural fundamental no processo de produção agrícola maiato e que era, no dizer de Sérgio Sá (2007: 199), “o núcleo de uma exploração agrícola de tipo familiar, integrando edifício para habitação, instalações para várias espécies animais, para secagem e armazenamento dos produtos da terra. Terra essa composta habitualmente por diversas parcelas para lavradio e bravio. Esta casa de lavoura tornou-se na instituição que os dotes de casamento, as doações e o processo enfitéutico [...] conseguiram aguentar até há poucas décadas”.

Como refere Caamaño Suarez (1999: 9 e ss.), a casa de lavoura possui várias dimensões distintas sob as quais deve ser considerada.

Na perspetiva física, procura utilizar formas arquitetónicas práticas e mais baratas. Adapta-se à topografia, usa materiais mais apropriados, atende à exposição solar, usa muitas vezes os animais como forma de aquecimento. Formalmente é composta pelo edifício onde vive a família (a casa-vivenda) e as chamadas construções adjetivas, de que falaremos mais adiante.

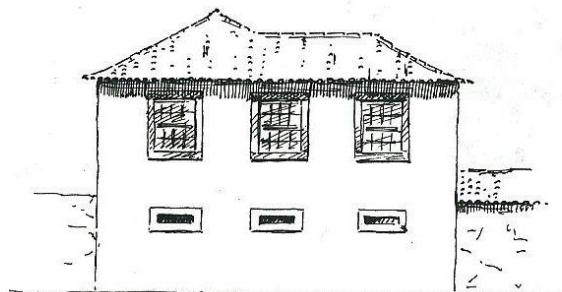
No aspecto cultural a casa é uma «personalidade total». Muitas vezes tem uma denominação, que pode ou não ter a ver com o seu proprietário ou fundador. Corresponde a uma organização familiar que pode até congregar várias gerações (pais, filhos, avós...) convivendo sob o mesmo teto. Possui uma simbologia que corresponde ao «invólucro» da família. É o seu «locus». Transporta a sua carga cultural e simbólica muitas vezes de várias gerações. É quase um ser vivo, um pouco à maneira dos barcos britânicos, sobretudo os de guerra.

Na perspetiva económica, a casa é um centro produtivo. Representa uma unidade de produção muitas vezes fechada, quase sempre orientada no sentido da autossuficiência. Usa meios de produção tecnologicamente simples e a mão de obra prioritária é a do agregado familiar. Mas é também um centro de consumo, embora procure fora apenas aquilo que não produz em casa. A ida à

³ De tal modo estas duas realidades – arquitetónica e simbólica – correm paralelas, mas distintas, que os estudiosos galegos (e por arrasto os espanhóis em geral) utilizam dois termos para essas realidades. Um é a «casa», espaço simbólico, habitada pela família, outro é a «casa-vivenda», o edifício em si.

feira (mercado) frequentemente semanal, permitia escoar alguma pequena produção e adquirir o necessário.

Como já em outras ocasiões afirmei (Marques, 2000, e 2016), aquilo que podemos considerar como o «protótipo» da casa de lavoura é o que Oliveira e Galhano (1992: 62 e ss.) definem como casa bloco de andar de tipo B. “Rés-do-chão e andar, dois corpos formando um L de braços desiguais, corpo principal coberto por um telhado de quatro águas, que se ramifica numa ala lateral mais baixa cobrindo o corpo menor”. Um dos elementos característicos destas casas é a escada de pedra que adossada ao corpo principal permite à ligação ao andar superior. Encima-a um patamar, embebido pela cobertura ou com cobertura própria, segura por colunas geralmente em granito. Para esse patamar dão duas portas - a do chamado «quarto grande» e a da sala. Estas divisões comunicam-se interiormente. A sala, a que muitas vezes se pode aceder por uma estreita escada interna que parte da cozinha, tem normalmente duas alcovas (que vão evoluindo no sentido de quartos pequenos). O andar inferior é quase exclusivamente formado por lojas, uma sob a sala e as alcovas, outra sob o quarto grande. Este espaço é, às vezes, ocupado por um lagar.



Fachada para a rua

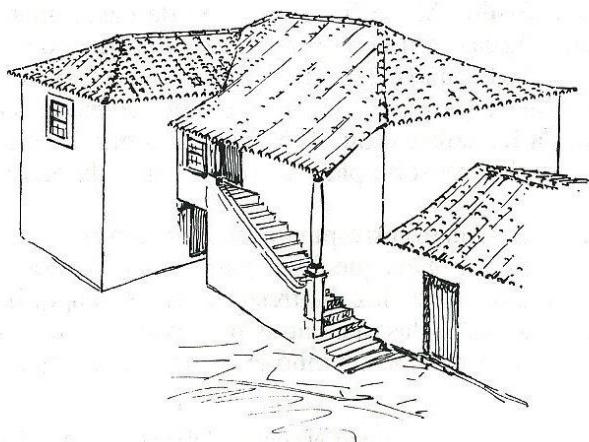


Figura 2 – Modelo de Casa de Lavoura



Figura 3 – Planta esquemática

(na versão-base, digamos assim), sendo uma do quarto e duas da sala. Ao nível térreo apenas aberturas para alguma iluminação e sobretudo arejamento. A entrada para o terreiro, e deste para a própria casa, faz-se através de grandes portões, que podem ou não articular-se com aberturas em arco. Estes davam para o quinteiro, espaço distribuidor interno, para onde davam também todas as outras construções.

As grandes casas de lavoura poderiam fugir um pouco a este modelo. Mas essa fuga era mais uma ampliação dele do que um «desvio», obedecendo no fundo ao próprio volume produtivo das

Sob a escada exterior, um aidô, frequentemente para o porco.

A cozinha estava fora do corpo da casa, mas ligava-se-lhe por porta interior. O forno ficava normalmente ao canto e a seguir o lar com a borralheira, como podemos observar na Figura 5. Frequentemente o chão da cozinha era em terra, bem como a loja mais pequena. A maior era às vezes lajeada.

A fachada, simples e lisa, dá para a rua e normalmente ostenta três janelas

propriedades e, claro, ao dinheiro disponível para a construção e, sobretudo, para melhorias posteriores.

Casos há onde boas casas de lavoura sofrem uma reforma, que é normalmente paralela e com os mesmos materiais das «casas de brasileiro». É o caso das fachadas em azulejo, do novo desenho de janelas, dos ferros, dos jardins. Surge assim algo híbrido mantendo, com ampliações, a estrutura espacial, mas exibindo materiais e funcionalidades (casa de banho, por exemplo) que constituem novidade.



Figura 4 – Casa de lavoura «reformada» - Refonteira, Moreira

A cozinha destas casas de lavoura, como refere Sérgio Sá (2007: 23), “era o espaço social e cultural por excelência, com refeições em família, de que os criados, em alguns casos também participavam, os jantares melhorados, a receção a familiares e amigos da casa, os convívios...”.



Figura 5 – Cozinha tradicional maiata. Óleo de Albino J. Moreira

Lembra-nos Xaquín Lorenzo (1982: 123 e ss.) que a cozinha “...faz girar em torno de si toda a vida dos moradores, que dependem dela e na qual passam a quase totalidade do tempo em que permanecem dentro da casa”. E, mais adiante: “E dentro da cozinha o local fundamental é a lareira”. Não sei se ainda acontecerá, mas há anos, se uma casa se situasse sobre o limite de dois municípios, por exemplo, o que definia a sua pertença a um ou a outro era a localização da cozinha.

As casas de categoria média-alta formavam já verdadeiros «complexos agrícolas» e normalmente desenvolviam-se em quatro espaços diferentes. Um primeiro, a parte da casa de habitação propriamente dita. Imediatamente a seguir vinha toda a panóplia de arrecadações, alpendres, casa da eira, poço e outras estruturas afins. Ainda de seguida ficava, normalmente, uma grande extensão de terra arável. Finalmente, espalhados pela freguesia, e até às vezes em freguesias vizinhas, ficavam os outros campos, bouças, lameiros, etc.

As «construções anexas» - alguns exemplos

A casa, sendo certamente o epicentro da vida rural, era apenas um dos elementos constituintes da geografia do espaço agrícola e da sua respetiva paisagem.

Com elas, e além delas, havia um conjunto de estruturas de diversos tipos e finalidades de que tentaremos dar conta.

O Padre Joaquim Antunes de Azevedo⁴, no seu manuscrito sobre a Casa do Talho, fala de algumas, deste modo: “Fora da porta e encostada à mesma cozinha havia em muitas casas (como ainda hoje se vê em algumas) um alpendre baixo e acanhado, o qual servia de ter a comida do gado e de casa da eira quando ela ficava junto; como quase sempre junto da cozinha ficava a casa denominada o celeiro o qual servia para guardar os cereais, os quais se depositavam em caixas e arcas, e quando a casa era grande em tulha; nesta casa dormia quase sempre a pessoa de mais confiança dos patrões da casa e muitas vezes os mesmos patrões. Tinha chave na porta e uma pequena janela e ficava muitas vezes nesta casa a salgadeira quando não ficava na cozinha. Outra casa era a da adega e outros usos e muitas vezes do lagar. Havia mais algumas pequenas casas para cortes de gados; muitas vezes uma mesma casa dividida por varas ao comprido servia para duas e três juntas de bois ou vacas”.

Sem sermos extensivos, mas para sistematizar, e seguindo José Carlos Barbosa (2001), podemos distinguir:

- Construções destinadas a alojamento e criação de animais, como por exemplo, galinheiros, aidos, pocilgas.
- Construções destinadas à transformação de produtos de origem agrícola ou animal, tais como fornos, eiras, moinhos, alambiques e lagares de vinho e de azeite.
- Construções destinadas a armazenamento ou conservação de produtos, como por exemplo, casas da eira, adegas e silos verticais.
- Construções destinadas a armazenamento de instrumentos e utensílios, tais como telheiros e alpendres.
- Construções do património da água (além de moinhos de rodízio e azenhas), tais como

⁴ O Padre Joaquim Antunes de Azevedo redigiu paciente e meticulosamente, sobretudo entre 1881 e a data da sua morte, 1889, os quatro volumes que constituem o magnífico trabalho «Memórias sobre a Terra da Maia». E paralelamente elaborou também umas interessantíssimas «Memórias da Casa do Talho», que são memórias de uma casa pertencente à sua família, que escreveu em 1882. Estes trabalhos foram em boa hora publicados pelo CUMA - Clube Unesco da Maia.

poços, azenhas de copos, engenhos, madriás, tanques, bombas, engenhos de buchas.

- Construções efémeras de funcionalidade variada, tais como as barracas de palha ou palheiros.

Destas, umas são presença constante, outras não. Umas são mais importantes do que outras.

Procuraremos de seguida dar conta, ainda que de modo resumido, das mais significativas na lavoura maiata.

Casa da Eira e Eira

É talvez a mais importante das construções anexas. A casa da eira é normalmente é um edifício isolado, mas em alguns casos, e aproveitando desníveis, pode fazer parte do edifício principal ao nível do rés-do-chão. Há-as de todos os tamanhos, consoante a grandeza da própria casa. De um ou dois pisos, tem normalmente duas aberturas no rés-do-chão e outras tantas no andar. A parte de baixo servia em boa parte do tempo para guardar o milho de noite (já que se punha na eira a secar quando havia sol). Em minha casa o milho era colocado sobre «velas», tecido resistente em que o milho vinha a secar na própria eira. Para o recolher, dobravam-se as pontas da «vela», puxando-a para dentro, sendo assim o cereal abrigado do relento (ou da chuva) na casa da eira. De manhã fazia-se o movimento inverso. Durante o dia, por várias vezes, com um «rodo» de madeira, para não ferir o grão, agitava-se o milho para que o calor se distribuisse. Era vulgar, dado o carácter central das atividades que aqui se desenrolavam, que fosse dotada de um relógio de sol. Como o seu próprio nome indica, desembocava diretamente na eira. Esta, nas casas com possibilidades, era feita com grandes lajes de pedra. Nas mais modestas podia ser de terra batida ou de saibro compactado. Este é o espaço onde se malha, seca e armazena o cereal, bem como, em muitos casos, a sua palha. Dado que o cereal se solta melhor se as espigas estiverem secas e quentes, escolhe-se um lugar soalheiro para as eiras e as respetivas casas. Frequentemente aqui próximo fica também o espigueiro.



Figura 6 – Casa da Eira e Eira. Maquete de Fernando Dionísio. col. CMM

Espigueiro ou Canastro

Muito embora, segundo Jorge Dias e outros (1994) a Maia seja uma «zona branca» no mapa dos Espigueiros, alguns existem, sendo que destes, a maioria é relativamente recente.

Também designado por canastro ou caniceiro em função dos locais e também dos materiais empregues na sua construção, o espigueiro constitui um celeiro onde o lavrador guarda as espigas. De posse particular ou comunitária, a dimensão do espigueiro reflete a grandeza da produção que normalmente é efetuada. De modo idêntico, a sua ornamentação depende da fantasia do construtor e dos recursos do proprietário.

Constituindo a secagem a sua principal função, o espigueiro é construído de molde a proteger as espigas da humidade, salvaguardando-as da intromissão dos pássaros, insetos e roedores, assegurando ao mesmo tempo o necessário arejamento do seu interior. E este cuidado é tão importante quanto adverso poderá ser o inverno que se aguarda pouco tempo após a colheita do milho e as suas descamisadas.



Figura 7 – Espigueiro e meda de palha. Maquete de Fernando Dionísio, col. CMM

Tomando como modelo de referência os existentes no Minho, o espigueiro é geralmente construído em madeira e pedra, quase sempre em granito extraído na região. Encontra-se frequentemente assente em pilares que o elevam do solo, sobre os quais assentam os dintéis que são os esteios que suportam toda a estrutura e onde se encaixam as aduelas. Estas apresentam-se de forma intervalada para permitir, através das fissuras propositalmente deixadas abertas, efetuar-se o arejamento do seu interior. Para prevenir o acesso das formigas, uma pequena fossa com água rodeia as sapatas onde assentam os pilares do espigueiro. De igual modo, os “torna-ratos” protegem-no dos roedores. Regra geral, são cobertos de telha, existindo, porém, alguns que se apresentam com cobertura de colmo ou em pedra, sendo mais frequentes nestes casos em lousa e piçarra.

Na Maia o seu formato é em muitos casos diferente daqueles que estamos habituados a ver sobretudo no Minho e de que o modelo é o dos de Soajo. Aqui na Maia muitas vezes a parte de baixo, mais larga, é feita em muro de pedra, assentando sobre ele a estrutura em réguas e barrotes de madeira, sendo o telhado em telha.

Nas imediações está frequentemente a eira que aproveita as características de um solo mais plano e lajeado.

Moinho de Rodízio

Os moinhos de água podem ser de roda horizontal (de rodízio, com penas ou de rodete submerso) ou de roda vertical, então chamados azenhas, sendo estas de propulsão superior ou média.

Se bem que na Maia encontremos exemplares de ambos os tipos, predominam, sem sombra de dúvida, os moinhos de rodízio.



Figura 8 – Moinho de rodízio. Maquete de Fernando Dionísio, col. CMM

Com o evoluir dos tempos e das técnicas, aproveitando-se a força da água, surgem os moinhos de maiores dimensões, de utilização "coletiva", onde, tal como afirmam Jorge Dias, Veiga de Oliveira e Fernando Galhano (1959) "A água ao bater nas penas do rodízio, fá-lo girar acionando desta maneira a mó que está fixada na extremidade superior do eixo vertical que, na parte inferior, está cravado no centro do rodízio".



Figura 9 – Fundos de um moinho de rodízio. Foto de António Azevedo

Os moinhos construídos nos rios são, frequentemente, de utilização sazonal. No verão, com a diminuição dos caudais, a força da água não é suficiente para fazer movimentar os rodízios.

Há, na terra da Maia, várias soluções para o problema. A adoção de um depósito de água com uma saída com um jato forte, a que se chama seteira; a construção de pequenos moinhos em pedra, bem no leito dos rios, protegidos, por vezes, por talha-mares, e que, quase submersos no inverno, só funcionam no verão; a combinação entre moinhos de rodízio e azenhas, sendo que a roda da azenha permite aproveitar caudais mais pequenos.

O tamanho dos moinhos variava muito, não só tendo em conta o local onde eram construídos, como também o regime em que seriam utilizados, e, sobretudo, a produtividade e a acessibilidade do próprio moinho.

Mas nesta zona houve também moinhos de vento. Quem no-lo diz é o Padre Joaquim Antunes de Azevedo nas suas memórias:

“Moinhos de Vento – são frequentes nas proximidades do mar onde parecem dar melhores resultado [...] O último moinho de vento novamente construído é o do sr. Manuel Moreira da Silva no monte da Bajouca em Gemunde em 1772. Nas agras de Modivas e ainda em outras agras e montes doutras freguesias houve moinhos de vento. O passal de Mosteiró, que chegava ao monte da Lameira teve ali um moinho de vento.”

Dada a falta de estruturas e restos destes moinhos, é de supor que fossem em madeira, como estes de Moledo do Minho, característicos de certas zonas costeiras.

Aparelhos de elevação de água. Os «Americanos»

Entre as máquinas a que por vezes se dá a designação de moinhos, estão os chamados aeromotores de bombagem de água, conhecidos como «motores a vento americanos».

Surgiram em meados do século XIX; eram eficazes e de fácil instalação e difundiram-se com sucesso, tendo chegado a Portugal nas primeiras décadas do século XX. Essas estruturas ganharam esta denominação pelo facto de se tratar de uma criação oriunda dos Estados Unidos da América.

Destinam-se a fazer a elevação da água dos poços, através de uma bomba de sucção que é acionada pela turbina metálica instalada, normalmente, numa torre em ferro.

Muitas dessas máquinas foram construídas há muito tempo e encontram-se agora semidestruídas, mas o certo é que se vêm muitas a ser recuperadas para voltarem a funcionar de novo e até outras a serem instaladas de novo.

Esse modelo de máquina não é só utilizado para bombagem de água; também funciona como motor para mover moinhos de cereais, normalmente instalado por cima do edifício onde funcionavam as mós.

Na casa dos meus bisavôs em Gemunde, graças ao uso de um veio articulado, creio que invenção de um curioso local, o mesmo motor tirava água na posição «normal» e fazia mover um moinho, usando a referida «adaptação».



Figura 10 – “Americano”. Foto Voar Alto

Aparelhos de elevação de água. Os Engenhos de Buchas

O engenho de buchas é um dos mais antigos sistemas de elevar água dos poços que se conhece na nossa zona. Esta água era utilizada na rega.

Segundo Jorge Dias e Fernando Galhano, o engenho não poderia ser de origem norte-africana devido à ausência de pinheiros bravos, matéria-prima essencial utilizada no fabrico das



**Figura 11 – Parte superior de um engenho de buchas. M.H.E.T.M.
Foto A. T. Ribeiro**

Bombas de Água. A própria área de difusão destes engenhos, cujo epicentro se localiza nos arredores do Porto, parece corroborar esta opinião, já que a região Norte foi a menos influenciada pela cultura muçulmana. Assim sendo, para aqueles autores sobreleva a hipótese da influência romana.

O engenho podia ser acionado manualmente ou por animais. Consistia num tronco de pinheiro perfurado e mergulhado até ao fundo do poço. Esse tronco podia medir vários metros, e era perfurado manualmente com um conjunto de

ferramentas muito específicas, em que avultava um trado.

Uma corrente metálica faz ascender por este cano buchas de madeira e cortiça, com uma forma que faz lembrar um nabo e, que, por sua vez, criando sucção, fazem subir a água.

Estes engenhos estavam normalmente protegidos por uma pequena estrutura que sobressaia do poço onde estavam mergulhados.

Barraca de Palha Milha

Estas construções, se bem que efémeras, podiam durar muito tempo, já que a sua estrutura interna era reaproveitada. Esta estrutura, em «barraca», de secção triangular, tinha altura e comprimento variáveis, mas podia atingir vários metros.

As barracas tinham uma estrutura simples. Os paus formavam uma armação de duas águas com um dos topos fechado. As



Figura 12 – Barraca de palha milha. Maquete de Fernando Dionísio, col. CMM

varas, caibros ou estacas eram ligeiramente enterradas no solo e tinham um intervalo aproximado de

um metro umas das outras. A cumeeira era o pau longitudinal que ficava no topo da armação. Era geralmente de eucalipto. Finalmente as costelas são as restantes caras longitudinais que estão distribuídas por toda a altura da estrutura. Podiam ser em pinho ou eucalipto. O todo formava um esqueleto sobre o qual se imbricava a palha milha. O «pendão», isto é, a planta do milho, depois de retiradas as espigas e bem seco, era cuidadosamente colocado sobre essa estrutura, camada a camada, sobrepondo-se em escama, compondo um conjunto virtualmente impermeável e onde, sempre que havia sol, a palha, ainda que molhada, secava. Dependendo do tamanho, podia possuir uma espécie de «andar superior». Para além da palha propriamente dita, e do carolo do milho, esta «barraca» podia abrigar virtualmente tudo. Muitas vezes um carro de bois ou alguma alfaia.

Em certas épocas do ano em minha casa, até a ordenha de um ou outro animal, ou o trabalho de ferrador, chegavam a ser feitos debaixo dela. Também por várias vezes foi sob ela que se matou o porco.

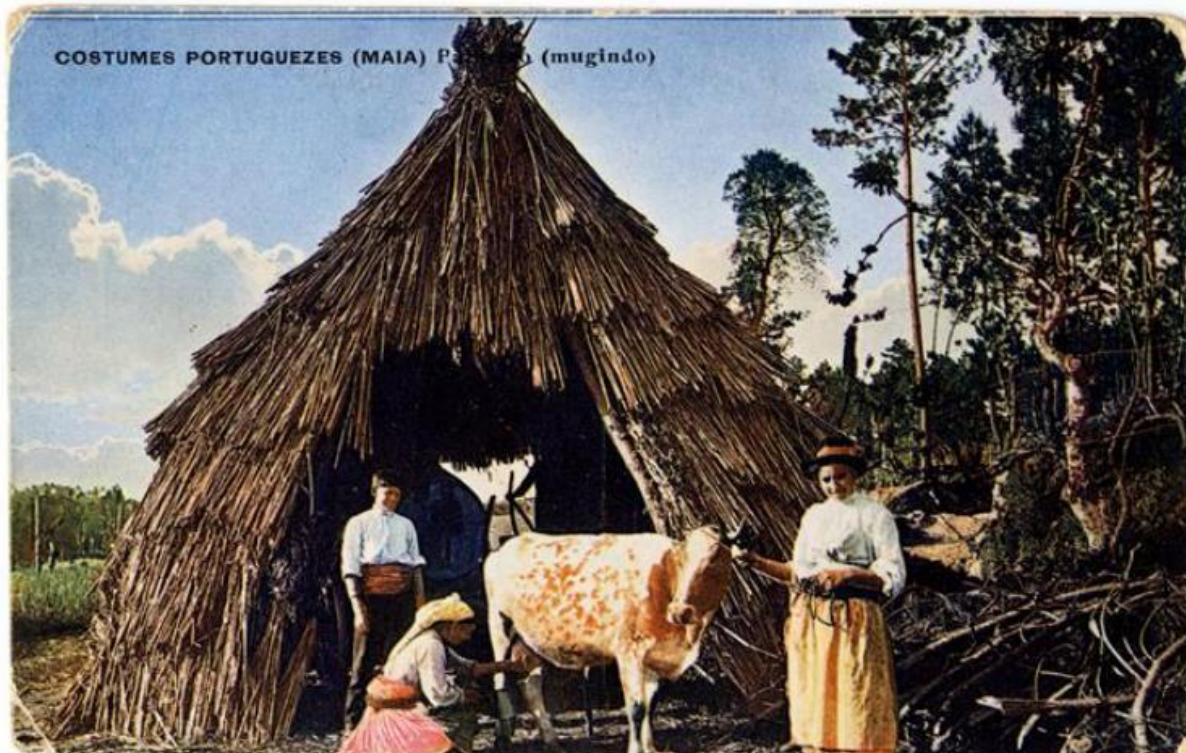


Figura 13 – Barraca de palha milha. Mugindo. Postal antigo

Quanto à rapazada, a barraca da palha era um local privilegiado de brincadeira. Era castelo, era nau de cuja cesta da gávea se avistavam sereias, era a caverna do ali-babá, era uma porta para outros mundos. Mesmo na primavera, quando ela ficava despida do seu manto dourado, era uma pista de obstáculos e uma parede de escalada.

E ainda por cima proporcionava munições para a guerra. Os pedaços de carolo que sobravam, molhados e colocados nas fisgas, frequentemente faziam uns quantos vergões no tronco nu.

Casa da Bouça

Outro local de encantamento e brincadeira, quando se podia.

Embora não sendo propriamente adjacente à casa principal, desempenhava um papel bastante importante na eficácia e na segurança.

Era uma construção sólida, normalmente em pedra e com telhado em telha. Podia ser um espaço amplo com uma secção onde, eventualmente, se podia cozinhar e dormir ou possuir mesmo uma pequena cozinha onde existia uma cama.

Nestas casas de bouça guardavam-se instrumentos e utensílios, pernoitava accidentalmente um ou outro servidor ou residia muitas vezes o próprio guarda da bouça, encarregado de vigiar a propriedade.



Figura 14 – Casa de bouça. Maqueta de Fernando Dionísio, col. CMM

Falta ainda elencar vários tipos de construções adjetivas – os alpendres, os fornos, as casas da salgadeira, as adegas, as construções para o gado e animais domésticos, etc., etc. Ficará esta tarefa para outro momento que tenho a certeza existirá na sequência deste.

E então, rematando...

Esta área de paisagem rural maiata é a área da família, no sentido pleno do termo, que muitas vezes habita ainda a casa que os seus antepassados construíram no séc. XVIII ou mesmo antes, e que sempre se manteve na família graças ao morgadio, visível ou encapotado.

A Casa é, ao mesmo tempo, um edifício que alberga a família e o conceito simbólico da própria família que a habita. De tal modo que em Espanha se empregam dois temos para a designar: «casa» é a designação simbólica, «vivenda» a designação arquitetónica.

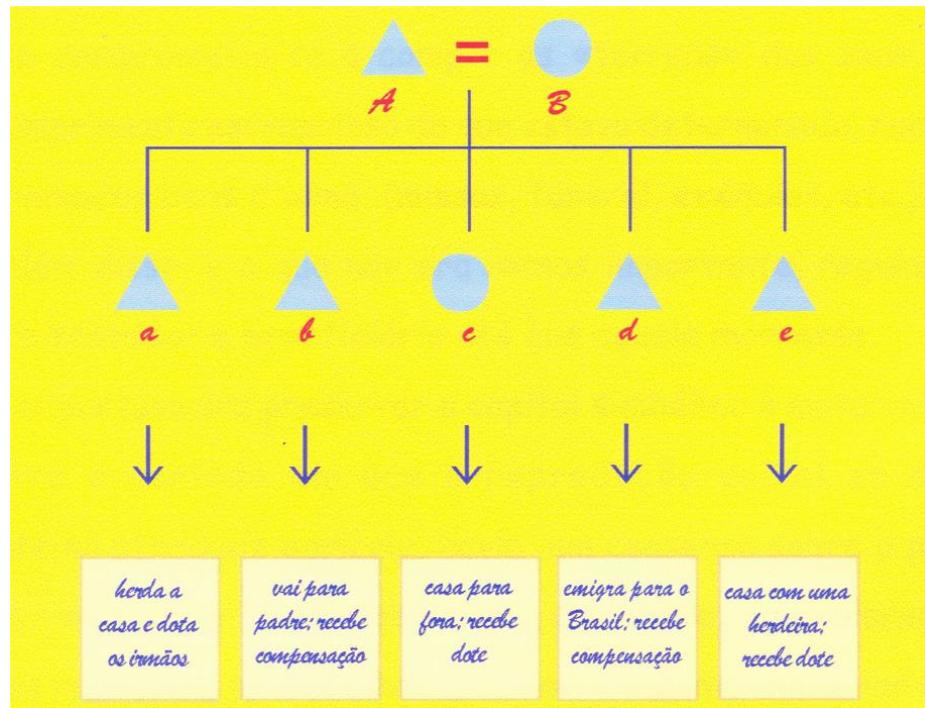
A «casa», enquanto unidade social primária, bem como a família que lhe está socialmente associada, está integrada em redes de parentesco com as demais «casas». Estas redes, normalmente fortalecidas por casamentos e alianças, são o garante de que a «casa» e a «família» possuem uma zona de conforto e solidariedade fundamental.

A casa é assim a célula primária e fundamental da socialização daqueles que habitam debaixo do mesmo tecto e vivem na dependência dela enquanto unidade de produção económica e simbólica.

As famílias organizam-se dentro destas casas essencialmente segundo o modelo e o ideal de família troncal, isto é, de transmissão patrilinear de direitos e de deveres. Neste sentido, nos sistemas

de herança indivisa, só o filho varão, geralmente o primogénito, herdará por parte agnática a totalidade do património familiar. É desta forma o herdeiro natural e universal da casa e o sucessor do pai como senhor da casa.

Figura 15 – Estratégias para sucessão na «casa» maiata, segundo o princípio do morgadio ou «costume da Maia».



E assim sendo, surgem estratégias de sucessão e recomposição que passam pela instituição do chamado Morgadio, juridicamente conhecido como «costume da Maia», e que, mesmo proibido por lei, subsistiu até meados dos anos 50 do século XX, graças a subterfúgios de vária ordem.

Mas isso, como diz o meu amigo Joel Cleto, são já outros caminhos da história...

Bibliografia compulsada:

- BARBOSA, José Carlos (2001): “Valorização e aproveitamento das construções rurais tradicionais em Trás-os-Montes, como elementos do meio rural e da actividade agrária”, em *1º Congresso de Estudos Rurais – 'Mundo Rural e Património' – Caderno de Resumos*. Lisboa: SPER- Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais

BAS, Begoña (2002): *As construcción populares: Un tema de etnografía en Galicia*. 2ª ed. A Coruña, Ediciós do Castro.

CAAMAÑO SUAREZ, Manuel (1999): *A casa popular*. A Coruña, Museo do Pobo Galego.

DACOSTA, Arsenio (2010): *Una mirada a la tradición: la arquitectura popular en Aliste, Tábara y Alba*. Madrid: Universidad de Alcalá.

DIAS, Jorge; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1959): Sistemas primitivos de Moagem em Portugal, I - Moinhos de água e azenhas. Porto, IAC,.

DIAS, Jorge; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1994): *Espigueiros portugueses*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

DURÃES, Margarida (1987): “A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário - séculos XVIII e XIX”, *Cadernos do Noroeste*, vol. 1, pp. 81-93.

FERNANDEZ DE ROTA, José Antonio (1984): *Antropología de un viejo paisaje gallego*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas / Siglo XXI Editores.

GARCIA TAPIA, Nicolás; (1997): *Molinos Tradicionales*. Valladolid: Castilla Ediciones. Col. Temas didácticos de cultura tradicional.

- LLANO, Pedro de (1996): *Arquitectura Popular en Galicia - Razón e Construcción*. Santiago, Colexio de Arquitectos de Galicia.
- LLANO, Pedro de (2012): *Compañeros de Oficio*. A Coruña: Fundación Barrié
- LORENZO FERNANDEZ, Xaquín (1982): *A casa*. Vigo: Galaxia.
- MARIÑO FERRO, Xosé Ramón (2000): *Antropoloxía de Galicia*. Vigo: Xerais.
- MARIÑO FERRO, Xosé Ramón & GONZÁLEZ REBOREDO, Xosé Manuel (2010): *Dicionario de etnografía e antropoloxía de Galiza*. Vigo: Edicións NigraTrea.
- MARQUES, José Augusto Maia (1998): *Moreira da Maia no século XIX, segundo o Manuscrito do Padre Joaquim Antunes de Azevedo*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- MARQUES, José Augusto Maia (1999): *Casas e Grupos Sociais - Transformação e reprodução social em Moreira da Maia* – Dissertação de Mestrado em Antropologia. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- MARQUES, José Augusto Maia (2000): “Arquitectura Popular, Ruralidade e Património Construído – A Terra da Maia”, *II Congreso Virtual de Antropología y Arqueología* – in Equipo Naya, – www.naya.org.ar.
- MARQUES, José Augusto Maia (2005): *Arquitectura Tradicional Maiata – Jornal da Exposição*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- MARQUES, José Augusto Maia (2013): “Paisagem vivida, paisagem viva: percorrendo a paisagem rural maiata” *III Encontro CITCEM Paisagem - Materialidade e imaterialidade*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 21 a 24 de novembro de 2013
- MARQUES, José Augusto Maia (2016): “Patrimonialização da Arquitectura Popular Maiata - A «Casa de Lavoura»”, *Actas do Colóquio Internacional de Arquitectura Popular*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal.
- MOUTINHO, Mário (1995): *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando (1992): *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RIBEIRO, André Tomé (2000): “Aparelhos de elevar a água para rega – os engenhos de buchas”. *Congresso de Cultura Popular, Actas*, Vol. II. Maia: Câmara Municipal.
- RIBEIRO, André Tomé Ribeiro; SILVA, José António Ferreira e (2003) “Património e Identidade” *Congresso Raízes da Nossa Identidade, Actas*, Vol. II. Maia: Câmara Municipal.
- SÁ, Sérgio (2007): *Aspectos decorativos nos portais das Casas de Lavoura da antiga terra da Maia*. Maia: E/A.
- SANCHEZ DEL BARRIO, Antonio; CARRICAJO CARBAJO, Carlos (1995): *Arquitectura popular – Construcciones secundarias*. Valladolid: Castilla Ediciones. Col. Temas didácticos de cultura tradicional.
- SANTANA, Agustín (2003): “Mirar y leer: Autenticidad y Patrimonio Cultural para Consumo Turístico”, em Nogués Pedregal, A. M. (coord.): *Cultura y Turismo*. Sevilla: Signatura Demos, pp. 55-82.
- SOBRAL, José Manuel (2004): “O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas do património em meio rural”, *Etnográfica*, Vol. VIII, Nº 2, pp. 243-271.

Padre Luís da Silva Campos: um retrato na transição do regime¹.

Rui Teles de Menezes*

Resumo: Este trabalho procura traçar um perfil do Padre Luís da Silva Campos, último Presidente da Câmara da Maia do regime monárquico, na fase de transição para o regime republicano.

Palavras-chave: Padre; Monarquia; Vermoim; 5 de Outubro; Câmara Municipal.

O Padre Luiz da Silva Campos nasceu em Alvarelhos, Santo Tirso, no dia 12 de Junho de 1867. O padre “Nicha” como era conhecido pelo povo, nasceu no seio de uma família humilde, os seus pais foram caseiros na Quinta do Paiço, espaço que se destacava das restantes pela sua beleza e imponência, a que não será alheio ser propriedade, na altura, de uma família conceituada na terra de cariz aristocrático.

Em pequeno terá tido alguns problemas de saúde, o que se traduziu num aspecto débil e frágil. Talvez por essas condicionantes, terá sido mais protegido, percebendo-se assim o privilégio de ser o único aluno do seminário que lá não pernoitava, saindo ao fim da tarde acompanhado por um criado para dormir em casa particular na Rua de Cedofeita. Fruto de conviver desde miúdo com alguns nomes da sociedade nortenha, criou uma rede de conhecimentos que o ajudaram na sua ascensão como membro do clero e do ponto de vista das suas relações pessoais. Um dos episódios conhecidos, reside no facto de ser usual ir passar uns dias ao Alto Douro, para casa de amigos de família, de onde trazia um pequeno pipo de vinho fino que depois partilhava com os seus convivas.

Rapidamente concluiu os seus estudos, tornando-se num homem culto. Foi ordenado pelo cardeal D. Américo Ferreira dos Santos Silva e foi pároco da freguesia de Vermoim desde 14 de Novembro de 1901.

Prosseguindo os trabalhos de ornamentação do interior da nova igreja de Vermoim, foi da sua responsabilidade o acabamento dos altares e a encomenda de muitas das imagens que se encontram hoje na Igreja Matriz. No ano seguinte², o seu nome surge como vereador da equipa liderada por José Tavares da Silva Borges. Com apenas 39 anos, assume a presidência da C.M.Maia em 1906, destacando-se pelo desenvolvimento da rede viária do Concelho. Terminou o seu mandato, abruptamente, em consequência do golpe republicano de 5 de Outubro de 1910, sendo destituído no dia seguinte por ordem do novo Governador Civil do Distrito do Porto, Paulo Falcão. O Padre Luiz Campos era considerado um monárquico convicto, para uns moderado e para outros exacerbado. Segundo



Figura 1 – Pe. Luís de Campos

* Câmara Municipal da Maia

¹ Por decisão pessoal o autor não escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico.

² Auto de arrematação do edifício dos novos Paços do Concelho, Arquivo Municipal da Maia, Ano de 1902

informação do actual pároco de Vermoim, José Silva, ainda hoje a sua família preserva uma bandeira monárquica com 3 metros que terá sido sua. Do pouco que se conhece, os seus ideais seriam os de “querer paz e sossego, podendo exercer livremente a doutrina cristã”.

A 10 de Outubro de 1910 ocorre a primeira reunião do executivo camarário pós-revolução¹, onde o Padre Luiz Campos lê um telegrama enviado pelo novo Governador Civil, que dava posse à nova Comissão Municipal Republicana, o qual” foi feito no meio do maior respeito e submissão à República”. Assim, o Padre Luiz Campos cedia a presidência da Câmara Municipal a um conhecido médico de Moreira da Maia, José Félix Farinhote, que englobava na nova equipa os cidadãos: os proprietários Alberto Artur Ferreira da Silva, Joaquim Rodrigues dos Santos e Joaquim Mário Pinto de Azevedo; o comerciante Sertório Nunes da Palma; o farmacêutico Manoel Pereira de Macedo e o empregado comercial Thomaz Leonardo Teixeira.

A sua vida a partir de 5 de Outubro de 1910 tornou-se bastante agitada, pois foi alvo de perseguições e ataques violentos à sua liberdade, chegando a aglomerarem-se alguns agitadores no final das suas missas a lançarem impropérios e ameaças por forma a coagirem os seus fiéis. Também exerceu as funções de pároco da freguesia de Barreiros de 1911 a 1918 por esta se encontrar anexa à de Vermoim.

Segundo um documento de 27 de Outubro 1912², o regedor de Vermoim, Manoel Nogueira da Silva participa que o pároco da freguesia de Vermoim, Luiz da Silva Campos teria a meio da missa conventual transgredido o disposto no artigo 48º da Lei da Separação do Estados das Igrejas, relativo ao culto externo nos funerais, atacando a autoridade administrativa pelo motivo de um funeral realizado pelo encomendado padre Camilo de Oliveira. De seguida, o padre Campos teria procurado incitar o povo a manifestar-se.

Por volta de 1919, terá ocorrido outro episódio insólito, revelador do seu carácter perspicaz. Quando se dá a Monarquia do Norte, numa noite em Vermoim desaparecem duas placas de um cruzamento, junto á Igreja Paroquial. Por coincidências seriam as da Rua Bernardino Machado e da Rua António José de Almeida. Apesar de várias diligências, são presos dois suspeitos – José da Silva Torres, pai do Dr. Germano Torres e José da Rocha Pinheiro, avô do mestre Pato. O Padre Luiz Campos, com a sua influência tentou que os dois jovens fossem libertados, mas o Governador Civil só libertava um, o José da Silva Torres, enquanto o outro continuaria detido. Mas o Padre, sabendo da inocência dos dois, afirmou que ou saíam os dois ou então nada feito. Ao saber do sucedido, o dono de uma casa junto ao tal cruzamento, um tal Sr. Porto, que aí vivia ocasionalmente e teria sido ele a retirar as placas, engendrou uma forma de libertar os inocentes rapazes. Dirigiu-se ao Governador Civil do Porto e disse que tinha sido ele a esconder as placas, mas como forma de as salvaguardar de roubo por parte dos monárquicos da terra. O Governador Civil ao ouvir a sua explicação, ficou muito agradecido por tal acto, pois teria sido feito com toda a boa fé. Assim toda a gente se safou do roubo das placas...

Outra história que se conta é a do Padre “Nicha” ser preso na altura das perseguições religiosas nos anos quentes de 1910-15. Além de detido, foi conduzido a pé para o Porto, levando a população a se insurgir contra a prisão do Padre. Os cabos de polícia que acompanhavam o Padre, ao ver reacção do povo, puxam da pistola e disparam, acertando em cheio numa árvore, que terá ficado cravejada de balas. Essa árvore durou muitos anos, pois os madeireiros não a queriam por o seu

¹ Livro de Actas da Câmara Municipal da Maia, Ano de 1910. Apresenta-se a acta no final do texto.

² Documento do Arquivo Municipal da Maia, Ano de 1912.

interior conter as tais balas e partirem as serras ao cortá-la.

Um dos factos ocorridos que mais o terá desgostado foi o de lhe ter sido dada ordem de despejo da residência paroquial, tendo de ir viver para uma casa no lugar de Currais. Ao entregar as chaves, refere que “não reconhece ao Estado direitos alguns sobre a propriedade de cujo usufruto foi esbulhado violentamente, certamente pelo único e horrível crime de ser padre, crime de que muito me honro.”

Na antiga residência paroquial foi então instalada uma escola primária. A restituição da antiga residência só se dá quando é construída a Escola das Cavadas, feita a expensas da paróquia de Vermoim. Passados os tempos conturbados, limitou a sua acção simplesmente aos seus fiéis, procurando afastar-se das questões políticas. Metódico e organizado, uma imagem de marca sua, era o de registar a sua actividade em notas numa agenda francesa Ascet, ou na versão americana Asset.

Desempenhou as funções de Vigário da Vara da Maia desde 1931 até 1945. Nos últimos tempos de vida, ficou doente, sendo assistido pelo Dr. Germano Torres. Com o evoluir da doença, foi definhando, acabando por “morrer à fome”. Faleceu a 27 de Março de 1946, vítima de cancro do esófago. Encontra-se sepultado em campa rasa no cemitério de Vermoim, logo à entrada do portão principal.



Figura 2 – Jazigo no cemitério de Vermoim

Actualmente, a freguesia da Cidade da Maia tem uma rua em Vermoim com o seu nome, que confronta com a Rua Altino Coelho e a Rua da Nossa Senhora da Caridade, junto à Igreja de Vermoim. A sua fotografia encontra-se na sacristia da Igreja de Vermoim e a Câmara Municipal da Maia é proprietária de um quadro de meados da década de 70 com a figura do Padre Luís Campos.



Figura 3 – Perspectiva da Rua do Padre Luís de Campos

Os dizer dias de mês d'Outubro de mil novecentos e
dez, nos paços do concelho da Maia e salvo das pessoas da ca-
mará compareceram os cidadãos José Lelis Carrilho, ma-
rquês, Alberto Arthur Ferreira da Silva, proprietário, Jo-
aquim Mario Pinto d'Almeida, proprietário, Portuário
de Palma, da Palma, comerciante, Manuel Pereira Mac-
edo, farmacêutico, Tomar Leonardo Teixeira, empregado
commercial (dis), Alberto Arthur Ferreira da Silva, pro-
prietário, Joaquim Rodrigues dos Santos, proprietário, Jo-
aquim Mario Pinto d'Almeida, proprietário, Portuário
de Palma, comerciante, Manuel Pereira Macedo,
farmacêutico, Tomar Leonardo Teixeira, empregado com-
mercial. Ovidiádão Administrador do concelho
doutor José Lelis Carrilho, pelo bôlo pelo cidadão Luís
da Silva Campos, presidente da comissão municipal da
Maia, um telegramma da cidadão governador Civil conve-
nindo o acelerar posse da comissão republicana (dis) à com-
issão municipal republicana, o que foi feito no inicio do
mesmo respeito e submissão à república. Os cidadãos admi-
nistração assumindo a presidência da lista dos cidadãos
que deviam constituir o novo conselho e convocados a
ocupar os seus lugares depois de prestar júamento à
República. Assumindo a presidência, abrigou-se em
considerações administrativas de que o régimen tam-
bém intava abolido e deu a palavra a qualquer dos
presentes. O cidadão Tomar Leonardo Teixeira, após
de agradecer aos cidadãos da Maia a maneira como

74

Lampião.

como a nova comissão era constituída, lhe deu o comunicado de
se marcar dia de sessões, sendo resolvido que a primeira se
effectuaria preservado terça-feira, à unha hora da tarde, e
nessas se designaria o dia definitivo das restantes.
O cidadão presidente convocou os empregados todos a compa-
recerem na terça pergunta-lhes se prestavam jumentos
de fidelidade à República, o que todos fizeram com entusias-
mos. Por último resolvem se telegrapharem os cidadãos
doutor Tomás Salazar, governador civil do distrito donde
lhe conta, de que a comissão municipal Republicana
toma posse do seu cargo com incidente alguma e ao Puri-
ficiente do Governo Provisorio festejando e pelas ascensões
da República ao poder. E para constar lheve-se o
presente acta que vai ser assinada de posse de bôlo por
minha presidente Purificação, e bôlo, semelhante a que a fiz
transcrever anteriormente.

José Lelis Carrilho
Alberto Arthur Ferreira da Silva
Joaquim Rodrigues dos Santos
Joaquim Mario Pinto d'Almeida
Tomar Leonardo Teixeira
Manuel Pereira Macedo
Tomar Leonardo Teixeira

**Figura 4 – Acta da reunião de
câmara de 10 de Outubro de 1910.**
*Actas da Câmara Municipal da Maia,
Ano de 1910*

Educação em museus: a mediação patrimonial em foco. O projeto «Ver, Tocar e Sentir a Maia».

Liliana Aguiar*

Resumo: Educar em museus é importante quando atendemos à respetiva missão central e campo de ação, a sociedade e seu desenvolvimento. Educar em museus, implica construir significados partindo dos objetos, mediante recursos e estratégias de mediação patrimonial que facilitem um envolvimento ativo – físico, intelectual e emocional – dos sujeitos com os objetos, criando espaços para experiências pessoais e educacionais produtivas promovendo uma aprendizagem efetiva, ativando memórias singulares.

A investigação desenvolvida incidiu no projeto de mediação patrimonial “Ver, Tocar e Sentir a Maia”. Pretendeu-se auferir o valor, o mérito e a utilidade do mesmo para a comunidade escolar, indagando percepções e aprendizagens associadas. O plano de investigação teve como base o modelo inglês de aprendizagens em Museus, Inspiring Learning for all, desenvolvido pelo Museums, Libraries and Archives e permitiu conhecer as percepções, as motivações e os contributos do projeto para os processos de ensino e aprendizagem da comunidade escolar.

Palavras-chave: museologia; educação em museus; educação patrimonial; avaliação museológica; kits de objetos manuseáveis.

Introdução

O conceito de museu tem conhecido alterações no sentido de se adaptar a uma realidade social cada vez mais exigente, sendo que o desenvolvimento da sociedade tem sido sempre o centro e o fim último dos museus. Esse desenvolvimento alicerça-se num processo de transformação para o qual contribui o exercício das funções que lhes estão subjacentes, nomeadamente a educação. Transformar foi e continua a ser uma constante no conceito de educação em museus. Transformar pensamentos, ideias, ações e competências.

Definir educação é, no entanto, uma tarefa complexa uma vez que implica atender a três conceitos chave, são eles o conhecimento, o ensino e a aprendizagem (Hein, 1998, p. 6). No domínio museológico, espera-se que a educação seja um processo transformador e que possa acontecer em contextos diferentes¹, assumindo o património como veículo privilegiado da sua ação e atuação. Sendo espaços educativos e em estreita relação com a comunidade, nomeadamente a escolar, os museus têm de criar mecanismos para que seja possível compreender, e não somente ver, o património. É assim necessário que a educação patrimonial seja compreendida como um processo partilhado de ensino aprendizagem com o património e não como um momento isolado, pois educar com o património faz parte de processos de continuidade (Suárez, 2014, s/p). Mais do que ensinar, os museus têm de ensinar a aprender. Deste modo, este processo deverá ser construtivista, valorizando o envolvimento ativo, físico, intelectual, mas também emocional pela exploração sensorial dos objetos. Neste contexto encontra-se o modelo de aprendizagem em museus *Inspiring Learning for all* desenvolvido pelo *Museum, Library and Archives* (MLA, 2008, s/p) que serviu de modelo para a investigação efetuada. Este modelo postula que a aprendizagem é um processo de envolvimento ativo com a experiência e que participar em atividades promovidas por estas instituições não formais de aprendizagens traz benefícios para os indivíduos em cinco diferentes domínios, na forma como

* Câmara Municipal da Maia. MHETM

¹ Formal, não formal e informal e na relação entre ambas.

aprendem e no que aprendem, com resultados científicamente comprovados e designados de Resultados Gerais de Aprendizagem². Conhecimento e compreensão; competências; atitudes e valores; satisfação, inspiração e criatividade; ação, comportamento e desenvolvimento são, simultaneamente, objetivos a definir na planificação de programas e indicadores de que a aprendizagem ocorreu, quando efetuada a avaliação.

Nesta linha de ação, Devallés (2013, p.38) refere que educar implica, assim, implementar meios necessários para formar e desenvolver as pessoas e as suas capacidades na íntegra, tendo como componentes o saber, o saber-fazer, o ser e o saber-ser, conjeturando transformação. Significa propiciar o crescimento dos indivíduos mediante a utilização de estratégias pedagógicas e didáticas de desenvolvimento e de aprendizagem pela interação e integração sensorial de um objeto, permitindo a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências ou atitudes que possibilitem efetuar interpretações e correlações, ou seja uma aprendizagem efetiva. Em museus, este processo acontece em múltiplos espaços de mediação, nomeadamente nos espaços interpretativos proporcionados pela utilização de recursos e estratégias de mediação, como os *kits* de objetos manuseáveis e as sessões de exploração, que, como aqui se argumenta, promovem uma aprendizagem ativa e baseada na experiência.

Muito se tem refletido sobre a importância dos objetos neste processo (Shuh, 1999, p.85; UCL, 1999, s/p; Dodd, 2002, p. 37; Hooper-Grennhill, 2007, p. 171-174; Marandino, 2008, p.20; Morgan, 2012, p.101; Pinto, 2012, p. 143; Dodd, 2014, p.26; Kennedy, 2015, p.1; Semedo, 2015, p.8) e dos *kits* portáteis de objetos manuseáveis como recursos privilegiados (Clark, 2002, p.32; Gallardo, 2003, p. 26; Talboy, 2005, p. 117-122; Molyneaux e Stone, 2006, p. 148-158; Ambrose e Paine, 2006, p. 53; Chatterjee e Nobel, 2008-b, p.219; Measures e Bland, 2014, p.9), bem como o manuseamento e a exploração sensorial dos objetos como estratégias de sucesso (Hooper-Greenhill, 1994, p. 234-237; DfEs, 1999, s/p; Ashby, 1999-2015, p. 9-13; McGlone, 2008, p.49-56; Spence e Gallace, 2008, p. 23-24; Arigho, 2008, p.209; Zeki, 2012, p. 109; Belova, 2012, p. 116-125 e 158; Semedo, 2015, p.8; Kennedy, 2015, s/p).

Os Kits de objetos manuseáveis e as sessões de exploração sensorial nas escolas são características do projeto “Ver, Tocar e Sentir a Maia”, desenvolvido no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, com vista à mediação e à educação que foi objeto de avaliação no âmbito do mestrado em Museologia. O artigo apresentado baseia-se, deste modo, nos resultados obtidos nessa avaliação.

O artigo inicia com a apresentação do estudo de caso, descrevendo-o e apresentando o contexto de implementação. É exposto o processo de definição da problemática e apresentado o plano de investigação, referindo-se a metodologia adotada, destacando os objetivo, o método e as técnicas utilizadas, terminando com a apresentação dos resultados obtidos e as considerações finais.

O Estudo de Caso:

O Projeto “Ver, Tocar e Sentir a Maia”

“Ver, tocar e sentir a Maia” é um projeto de mediação patrimonial que se caracteriza pela sua transversalidade ao nível da Divisão da Cultura e de Turismo (DCT) da Câmara Municipal da Maia (CMM). Resultou da parceria entre o Museu de História e Etnologia da Terra da Maia (MHETM) com o Gabinete de Arqueologia (GA) e tem a colaboração do Maia Welcome Center - Turismo da Maia. Destina-se a toda a comunidade escolar abrangendo todos os níveis de ensino. Este

² Tradução livre de *Generic Learning Outcomes*.

projeto surgiu como uma necessidade sentida pela instituição museológica de a) estabelecer uma relação contínua com a comunidade escolar no âmbito de uma das temáticas abordadas, b) potenciar o recurso singular, e porventura mais poderoso, dos museus, os objetos, e c) estabelecer uma ligação entre os conteúdos curriculares e a história local.

No planeamento e implementação do projeto, confluíram diversos fatores.

A necessidade de prática concreta de ideais relacionados com a missão do museu. A missão é uma declaração de intenção, de propósito. Descreve o que o museu é, o que faz, como opera, onde coleciona e qual a razão subjacente a esse ato e deverá ser revista com regularidade, podendo ser atualizada ou melhorada (Edson, 2004, p. 151). Deverá ser também moldada pelo envolvimento ativo, participativo dos utilizadores do museu, ao mesmo tempo que este último justifica a sua existência e propósito (Ambrose e Paine, 2006, p. 18). “Museums are for people, and the successful museum recognizes the opportunity that the participation and involvement can bring to its work and the need to engage people ever more closely with the services it provides” (Ambrose e Paine, 2006, p. 19).

De acordo com as Normas de Funcionamento dos Museus Municipais, o MHETM “tem como missão propiciar localmente o acesso à informação e à construção do conhecimento, sensível aos estímulos da população maiata e à diversidade cultural, através do desenvolvimento de programas de mediação, proporcionando à pessoa e à comunidade um papel ativo e participativo na sociedade, com particular incidência na construção, preservação e divulgação da identidade e património da Terra da Maia” (CMM, 2008, p.1).

É uma declaração de intenção que foi desenvolvida num contexto redutor uma vez que reforça a ideia de que o acesso à informação e à construção do conhecimento deverá ser no local, ou seja no espaço físico do Museu. No entanto, atualmente e perante as expectativas cada vez mais elevadas de utilizadores viajados, que têm experiências inovadoras em museus e um acesso cada vez maior a instituições museológicas e suas coleções via internet, os museus não podem simplesmente esperar que os visitantes apareçam, têm de sair e levar à comunidade os seus serviços (Ambrose e Paine, 2006, p. 52).

No sentido de concretizar a sua missão, o normativo refere ainda, e de acordo com o artigo 19º, que o museu deverá “desenvolver um programa cultural que visa a divulgação dos bens museológicos, assente num plano de exposições, baseado nas características das coleções” (CMM, 2008, p.10), bem como realizar, “em articulação direta com o plano de exposições” (CMM, 2008, p. 10) um conjunto de atividade culturais com o propósito de explorar as temáticas apresentadas.

A existência de recursos importantes que não estavam a ser explorados nem conectados à missão do museu. A exposição “Arqueologia na Maia: Ver, tocar e Sentir a História” esteve, deste modo, na base de planeamento deste projeto. É uma exposição de carácter permanente, com objetos arqueológicos que documentam a presença do Homem no concelho da Maia na Pré-História (Neolítico e Calcolítico), na Proto-História (Idade do Bronze) e na História com o domínio Romano. Os objetos expostos encontram-se divididos em duas salas de acordo com as épocas.

A ligação entre os conteúdos e objetivos dos programas curriculares e os recursos existentes na instituição foi igualmente uma preocupação. Os objetos expostos na exposição permanente constituem a materialização dos conteúdos curriculares emanados pelo Ministério da Educação e lecionados nos diferentes ciclos de ensino. Paal Moork (2004, p. 181) refere que todas as ofertas educativas deverão ser efetuados de acordo com os interesses dos grupos previamente segmentados e que é crucial adotar uma abordagem profissional ao sistema escolar através do desenvolvimento de programas educativos, de acordo com os planos escolares (Moork, 2004, p. 184), a desenvolver no

Museu e fora dele, diretamente nas escolas, com os quais se ensine e eduque a comunidade escolar para os benefícios da utilização e para a utilização dos museus no processo de ensino e aprendizagem. Esta adequação foi, no entanto, efetuada com base no que se assumiu ser uma necessidade da comunidade escolar local, uma vez que existe um conhecimento prévio dos conteúdos curriculares, o que confere ao projeto um caráter reativo a uma evidência concreta, e não um cariz proactivo, ou seja uma necessidade baseada numa evidência demonstrada claramente pela comunidade escolar local que se relacione de forma mais ampla com a construção de espaços e cidadania e de democracia próprios de paradigma e da missão atual de museus. Foi uma oferta que se considerou útil, devido ao seu contexto, e não uma resposta a uma necessidade concretizada numa proposta.

As características da comunidade escolar da Maia. De acordo com os últimos dados (2012) da DGEEC/MEC Recenseamento Escolar, era na sua totalidade de 25790³ alunos divididos por sete agrupamentos escolares com cinquenta escolas. Comunidade constituída por indivíduos que, na sua maioria, não são naturais da Maia, sendo assim necessário contribuir para a divulgação do património e história locais de forma a desenvolver um sentimento de pertença e de identidade.

O cumprimento de questões legais relacionadas com o Plano estratégico da Câmara Municipal da Maia. Verificou-se a necessidade de dar cumprimento a três dos objetivos desse plano. São eles promover, interna e externamente, o Município da Maia; promover a inclusão social e promover a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Para além destes, encontra-se subjacente, igualmente, o cumprimento de um objetivo operacional da mesma entidade no âmbito do Subprocesso Desenvolvimento Cultural, do Departamento de Educação, Ação Social, Desporto e Cultura, gerir e dinamizar o Museu Municipal de modo a promover a satisfação dos utilizadores.

Por fim, mas não menos importante, no planeamento deste projeto esteve subjacente o conceito e os contextos de aprendizagem em museus, uma aprendizagem baseada no envolvimento ativo, físico, intelectual, mas também emocional, pela integração e interação com os objetos

O projeto, encontra-se dividido em duas atividades interligadas “O Museu vai à escola com a Arqueologia” e a visita guiada à exposição permanente no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia.

A atividade “O Museu vai à escola com a Arqueologia”, consiste em sessões de história e arqueologia ministradas na escola nas quais se exploram conceitos e factos históricos remetendo para o contexto local utilizando para o efeito objetos distribuídos pelos *kits* de objetos de acordo com a época histórica e o tema a tratar dentro dos conteúdos curriculares.

Após a apresentação é estabelecido um diálogo com os alunos para questões essenciais no estudo da história, tais como a importância das fontes históricas para o conhecimento do passado, encorajando à sua enumeração e diferenciação; a importância da arqueologia como ciência que estuda o passado através das fontes materiais que descobre mediante a escavação e a importância do museu



Figura 1 – Kits de Objetos Manuseáveis.
Foto © Liliana Aguiar | MHETM | 2016

³ 3511 alunos do ensino pré-escolar; 5627 do primeiro ciclo; 3174 do segundo ciclo; 4802 do terceiro ciclo e 3555 do ensino secundário (DGEEC/MEC, 2012).



Figura 2 – “O Museu vai à Escola com a Arqueologia. Foto © Fátima Pena | EB1JI D. Manuel II | 2016

como espaço privilegiado para a sua conservação, divulgação e construção de conhecimento utilizando para o efeito estratégias educativas que têm como base os recursos mais importantes dos museus, os objetos.

Após este diálogo inicial é apresentado um PowerPoint sobre o tema escolhido, com uma diversidade de imagens que incidem sobre o modo de vida das comunidades/civilização em exploração. Referem-se as atividades económicas e estabelecem-se ligações aos utensílios produzidos. No decorrer deste processo, são introduzidos os objetos que são manuseados pelos alunos permitindo estabelecer mediante orientação, a partir de uma observação visual e exploração sensorial, relações com o modo de produção e a utilidade. Finaliza-se com um pequeno documentário sobre a característica mais relevante da época que reforça a importância da arqueologia para o conhecimento do passado recorrendo a métodos e técnicas como a arqueologia experimental.

Após a sessão na escola a turma efetua uma visita guiada à exposição permanente e à Torre Lidor. Nesta visita pretende-se dar a conhecer através das diferentes formas de património, arqueológico, arquitetónico e paisagístico, o povoamento da Terra da Maia no passado e no presente. No espaço do MHETM documenta-se, em contexto museológico e utilizando os objetos expostos, o tema explorado na escola, remetendo para o sítio arqueológico de proveniência e para a importância da arqueologia para a construção desse conhecimento. Na visita à Torre Lidor, para além da referência arquitetónica contemporânea, explora-se a paisagem, com uma visita panorâmica a 360° no 21º andar, documentando aspectos abordados na escola e na visita ao MHETM relacionados com distribuição de povoamento e sua relação com o passado.

Foi um projeto pensado com objetivos relacionados com o património como divulgar, sensibilizar e conhecer, apresentando-se, assim, como um projeto de educação patrimonial levando o Museu às escolas com a arqueologia.

O Plano de Investigação

A definição da problemática

Ao longo de três anos de funcionamento, verificou-se que o número de inscrições no projeto aumentou significativamente. De 789 participantes, no ano letivo de 2012/2013, ano da implementação do projeto, passou para 2896 em 2014/2015, ano em que foram introduzidos os *kits* de objetos manuseáveis⁴. No entanto, o aumento do número de inscrições não pode ser considerado sinônimo de eficácia do projeto. Poderia demonstrar, de certo modo, um crescente interesse por parte

⁴ No presente ano letivo, 2015/2016, o projeto conta com 4143 participantes.

da comunidade escolar por um projeto que permite trabalhar a história local utilizando estratégias e recursos diferentes dos habitualmente utilizados.

Os objetivos subjacentes ao planeamento e implementação do projeto são generalistas e apresentam um grande grau de subjetividade. Hooper-Greenhill (2002, p. 102) refere que se a avaliação for encarada como um confronto entre os objetivos e os resultados obtidos é necessário que os mesmos sejam concretos e defini-los de forma clara e por escrito, identificando os resultados esperados. Segundo a autora (2002, p. 103), é preciso concretizar os objetivos, nomeadamente ao nível das aprendizagens, traduzindo-os em comportamentos e verificar o seu impacto algum tempo após a realização das atividades inerentes ao projeto. Fontal Merillas (2003, p. 188-189) apresenta as características deste tipo de atuações, atendendo às suas potencialidades e debilidades. Refere que estas atividades apresentam objetivos débeis, porque generalistas e dificilmente mesuráveis, como conhecer e sensibilizar, mas proporcionam uma aprendizagem forte (Fontal Merillas, 2003, p. 193). Para o projeto não se definiram objetivos no domínio das aprendizagens que se pretendiam com a respetiva implementação, nem os resultados esperados em comportamentos. Não se equacionaram, por sua vez, meios de os objetivos serem monitorizados de forma a verificar a sua concretização, pois era o número de alunos inscritos que estava a ser utilizado como indicador de concretização. A avaliação efetuada no âmbito do projeto resumia-se apenas ao nível de satisfação dos docentes em relação às atividades propostas utilizando-se, para o efeito, um questionário genérico e transversal a toda a DCT, no âmbito da certificação.

Não é um questionário específico que procure estudar e compreender o impacto que o projeto possa ter nos utilizadores reais, alunos e professores, logo não permite uma avaliação útil, válida, legítima e precisa⁵. Ação que se pretende para validar a qualidade do projeto, dos seus serviços e da atuação dos técnicos implicados. O questionário utilizado inquiriu os docentes recorrendo a itens cuja apreciação não é muito útil, porque não são direcionados para percepcionar o valor do projeto para os processos de ensino e de aprendizagem, não gerando evidências quanto às implicações e impactos do projeto nos alunos aos níveis cognitivo, motivacional, afetivo, social e moral⁶.

A necessidade de repensar e refletir sobre os programas e estratégias do Serviço Educativo da instituição e a sua atuação foi também uma das prioridades deste estudo. Os museus têm como fim último a sociedade e o seu desenvolvimento mediante uma transformação que se alicerça no exercício das suas funções, nomeadamente a educação. Geoffrey Lewis (2004, p. 12) refere que os museus promovem a sua função educativa no sentido de atrair cada vez mais utilizadores, difundir e consciencializar para o património. A educação não pode, no entanto, ser utilizada como tática de marketing com vista a aumentar o número de visitantes (Büninghaus-Knubel, 2004, p. 129), nem ser considerada de importância secundária ou ocupar uma posição e estatuto inferior na hierarquia dos museus. É uma necessidade das instituições museológicas estabelecer uma política museológica na qual se estabeleça um compromisso entre curadoria e educação para que seja criado um espaço de entendimento e construção pela partilha. A educação é uma das metas principais da política museológica pois promove uma melhor compreensão dos objetos e de outros aspectos da curadoria

⁵ A avaliação de programas que impliquem uma relação dos museus com as escolas tendo por base os conteúdos curriculares, deverá ser um processo que implique uma recolha sistemática de informação que se verifique útil, válida, legítima e precisa para que os programas oferecidos sejam considerados úteis, válidos e legítimos, isto é, que sejam programas de qualidade (Suárez, M. A. et al, 2013, p. 5).

⁶ De acordo com as categorias de avaliação de eficácia de programas de enriquecimento cultural, científico e artístico apresentadas por Sara Bahia e Isabel Janeiro (2008, p. 39).

bem como da missão científica do Museu (Bünninghaus-Knubel, 2004, p. 130). Neste sentido, o referido autor (2004, p.131) defende a criação de uma estrutura própria com um programa e uma política educativa que estabeleça o propósito e os objetivos do serviço educativo e que providencie um contexto no qual o serviço possa operar e desenvolver a sua ação, estabelecendo prioridades e linhas de orientação na tomada decisões, nomeadamente ao nível das estratégias educativas.

Em relação ao MHETM, o conceito Serviço Educativo é apenas aflorado pelo Normativo Interno no artigo 7º quando se refere o direito que todos os utilizadores têm de usufruírem desse serviço, sem se esclarecer o que se entende por serviço educativo. No entanto, as atividades e projetos educativos do museu, principalmente o projeto em avaliação, têm contribuído para uma cada vez maior afluência de utilizadores ao Museu e, por isso, ser motivo de análise, contribuindo para a legitimação do Serviço Educativo e definição de uma estrutura própria com política e programa que visasse o seu desenvolvimento a médio e a longo prazo.

Também a necessidade de refletir sobre o papel da ação educativa dos profissionais de educação do Museu, esteve na origem desta investigação. Esta profissão continua a ser vista como de menor importância no seio dos museus e até mesmo de pouca credibilidade como profissão. Graeme Talboy (2005, p. 19) refere-o quando afirma que dentro da comunidade museológica a profissão de educador não é vista na realidade como uma profissão e considera que na origem estão subjacentes razões estruturais. É vista como um apêndice que pode ser útil ou não. Esta situação precária é mencionada por Clara Frayão Camacho (2007, p.38) que refere, inclusive, a causalidade entre a relevância dada à profissão com a inexistência de condições infraestruturais diversas, necessárias à execução das suas funções. Continua a ser uma profissão sem o seu espaço definido, em diferentes níveis. Os profissionais de educação não podem continuar à margem das decisões do Museu. Para além de ensinarem, são museólogos, gestores, especialistas em trabalho de campo e curadores que se especializaram em educação (Talboy, 2005, p. 20). Por isso, o educador de museus tem de ser chamado a contribuir com o seu conhecimento para a administração geral do museu, uma vez que os utilizadores do museu não são somente consumidores culturais, são membros de um processo de ensino e aprendizagem no qual se constrói o conhecimento e se desenvolvem valores (Bünninghaus-Knubel, 2004, p. 134). Como defende Graeme Talboy (2005, p. 24) “*education is not about numbers but about enriching lives.*”

O conceito de aprendizagem em museus, uma aprendizagem baseada na experiência, esteve igualmente subjacente a este projeto de investigação. Os museus enquanto instituições de educação não formal acrescentam valores especiais ao ensino formal. Conscientes da responsabilidade social⁷ inerente à sua atuação, constituem-se como ambientes ricos onde a aprendizagem pode acontecer mediante estratégias de ensino e de aprendizagem direcionadas e centradas no indivíduo e que incitam ao envolvimento ativo, físico, intelectual e emocional (Hooper-Greenhill, 2007, p. 4). Este potencial educativo do museu tem de ser validado com programas e projetos que sirvam de forma exemplar a comunidade, nomeadamente a escolar, e assente numa relação de trabalho de proximidade, partilha e confiança recíproca entre os intervenientes neste processo: as parcerias externas e internas.

⁷ Robert R. Janes refere que a responsabilidade social que os museus têm não se pode limitar aos números. Estes são normalmente uma exigência dos organismos de tutela que os utilizam para legitimar a existência das instituições e os apresentam para demonstrar o valor que a instituição museal tem para a comunidade: museus inclusivos que contribuem para a construção de comunidades mais fortes (JANES, Robert R., 2007, p. 139). No entanto, este valor só se concretiza se se verificarem mudanças de atitude na comunidade e para que essas mudanças operem, os museus deverão basear a sua ação em valores como idealismo, proximidade com a comunidade, profundidade nesses relacionamentos, interligação entre o bem-estar, o museu e a comunidade, partilha de ideais e propósitos, empreendimento e abertura de mentes (2007, p. 141-142).

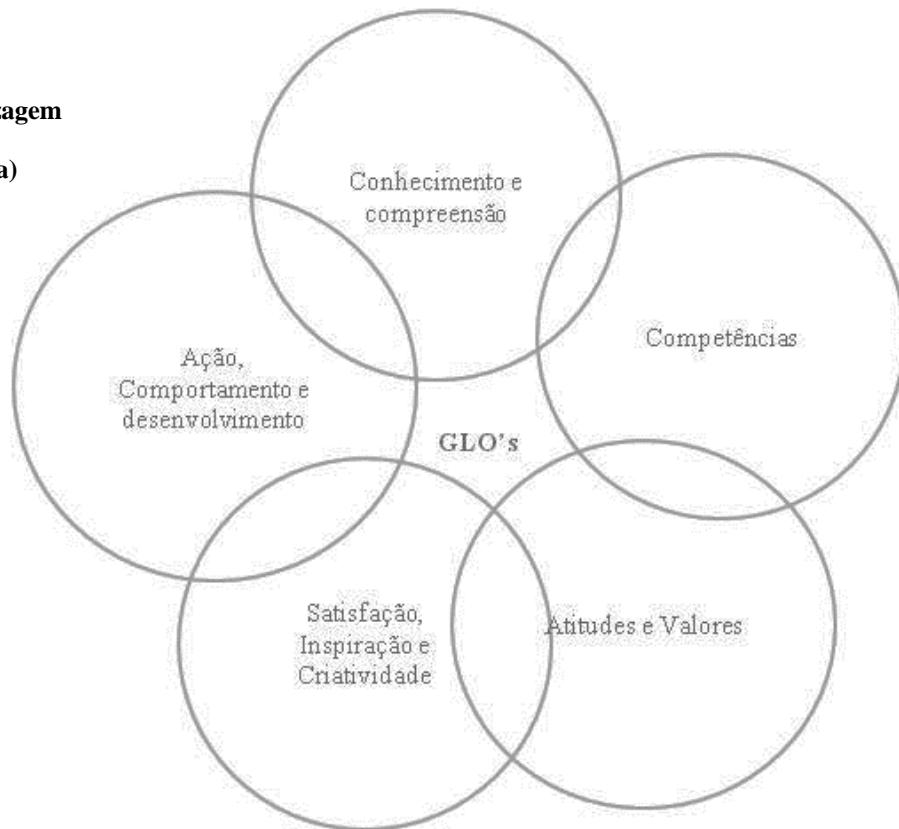
Partindo desta triangulação de fatores e atendendo à missão que os museus têm para com a sociedade, à vertente educativa do projeto e ao crescente interesse das escolas pelo mesmo, considerou-se necessário, mesmo imprescindível, efetuar a respetiva avaliação, incidindo na atividade “O Museu vai à escola com a Arqueologia” à qual todos os ciclos têm acesso, para conhecer o impacto que o projeto tem na comunidade escolar percecionando o contributo do projeto tendo em conta a sua particularidade – trabalhar com os objetos – para os processos de ensino aprendizagem.

A Metodologia de Investigação

Os objetivos

Com o intuito de otimizar e oferecer um projeto de qualidade à comunidade escolar, que promova a mudança, pretendeu-se conhecer as percepções em relação à participação no projeto; compreender o crescente interesse pelo projeto identificando motivações e, acima de tudo, identificar as aprendizagens que promove tendo como base o modelo inglês de aprendizagens em museus, *Inspiring Learning for all*, desenvolvido pela *Museums, Libraries and Archives*⁸.

**Figura 3 – Modelo de Aprendizagem Inspiradora (MLA, 2008, s/p)
(adaptação e tradução da autora)**



A utilização deste modelo de avaliação tem, no entanto, limitações. Pontin (2007, p. 120 - 125) refere que a utilização dos Resultados Genéricos de Aprendizagem (GLO's)⁹, poderá constituir um risco para expressar a dimensão do impacto de um projeto. Na sua perspetiva, a leitura efetuada dos resultados poderá ser influenciada por questões que se relacionam com contextos intrínsecos e extrínsecos a quem se encontra a avaliar, nomeadamente ligações de afetividade com o projeto e de proximidade com os participantes, que terão que ser contornadas para que não influenciem as escolhas

⁸ <http://www.artscouncil.org.uk/what-we-do/supporting-museums/ilfa/>

⁹ Tradução livre de *Generic Learning Outcomes*.

e as conclusões e se obtenham resultados válidos, rigorosos e de acordo com as melhores práticas.

O método de investigação

Assumindo as limitações e pretendendo encontrar resposta às contendas levantadas, enveredou-se por uma abordagem naturalista. Pretendia-se recolher, no campo, elementos legitimadores, as evidências, que refletissem as experiências e sensações. Nesta abordagem enquadrava-se o estudo de caso, tipologia adotada na investigação efetuada. Independentemente dos pontos menos fortes que alguns autores apontam a este método de investigação¹⁰, considerou-se ser o adequado para obter informação pertinente que permitisse, mediante uma recolha, análise e descrição intensiva e profunda dos dados (Verna e Mallick, 2005, p.125), revelar evidências que justificassem o crescente interesse pelo projeto, o tipo de aprendizagens efetuadas com a utilização do mesmo e proporcionar a otimização do projeto e um espaço necessário de reflexão.

As técnicas de investigação

Atendendo ao método de pesquisa designado, selecionaram-se dois instrumentos de recolha de dados: a entrevista, comumente utilizada na investigação de âmbito qualitativo, e a dinâmica de Grupo Focal, frequentemente utilizada em avaliação de museus. A dinâmica de Grupo Focal ficou adstrita a trinta e dois alunos e a entrevista a quatro docentes¹¹.

A dinâmica de Grupo Focal tem sido referenciada por vários autores (Morgan, 1997; Hooper-Greenhill, 2001; Krueger, 2002; Wooland, 2004; Verna e Mallick, 2005; Berg, 2008) como uma técnica de sucesso na investigação de carácter qualitativo.

Apesar dos pontos débeis que diversos autores apresentam¹², é uma técnica de recolha de dados que tem como objetivo gerar ideias e conhecimento. Providencia oportunidades que poderão explorar de forma profunda ideias, pensamentos e percepções sobre as experiências de aprendizagem permitindo inclusive a partilha de atitudes, crenças e experiências de uma forma mais aberta mediante a interação de grupo. Pode também ser estruturado em redor dos GLO's, se o objetivo é recolher evidências de aprendizagem (MLA, 2008, s/p).

Com esta técnica pretendia-se que a coleta de dados, junto dos alunos das turmas selecionadas, permitisse recolher evidências sobre percepções e as aprendizagens.

Sendo um projeto que já se encontra a decorrer há quatro anos, a aplicação desta técnica poderia contribuir para a sua otimização testando os objetivos e identificando resultados e motivações de aprendizagem. É uma técnica que se adequa para rever ou alterar um projeto que seja recente ou que manifeste aparentes mudanças (Rubenstein, 1988, p. 187).

A entrevista permitia uma interação entre o entrevistador, o entrevistado e o contexto da entrevista (Verna e Mallick, 2005, p. 123). Esta técnica foi selecionada para obter dados qualitativos junto dos docentes sobre as motivações, os contributos e os resultados. Optou-se por uma entrevista semiestruturada de questões abertas atendendo aos objetivos do estudo e recorrendo a um esquema

¹⁰ A confidencialidade da informação obtida que impossibilita a sua utilização por outros investigadores, a dificuldade verificada na escolha da população que pode não ser representativa ou típica, invalidando os resultados obtidos e a utilização do método para saber mais sobre um determinado assunto ou grupo e não tanto para promover melhoria (Verna e Mallick, 2005, p. 125-129).

¹¹ EB1 Monte Calvário; EB1JI da Pícuia; EB23 de Águas Santas e EB23 da Maia

¹² Monopolização da dinâmica por uma minoria; resultados que passam a ser representativos de toda a população e potencia desvios podendo comprometer a validade e fiabilidade dos resultados (OMNI, s/d, p.19).

de orientação desenhado para o efeito para assegurar que os dados recolhidos fossem relevantes para os objetivos do estudo e para não se perderem oportunidades de recolher elementos essenciais (Verna e Mallick, 2005, p. 124-125).

Os Resultados: Perceções, Motivações e Contributos

Os recursos e as estratégias de mediação

Do tratamento e análise dos dados recolhidos constatou-se que tanto os alunos como os docentes têm uma percepção muito positiva em relação à sua participação no projeto. A percepção positiva prende-se, essencialmente, com as características do projeto e os contributos que o mesmo traz para os processos de ensino aprendizagem e que funcionaram como fatores motivadores para a adesão ao projeto.

Interessante, espetacular, fantástica foi a adjetivação utilizada pelos alunos. Inerente a esta adjetivação encontra-se o fascínio que funciona como fator catalisador de entusiasmo e curiosidade, elementos fundamentais à aprendizagem. Aprender mais e melhor, de uma forma diferente, coisas novas, foram aspectos frequentemente referidos. Por sua vez, os docentes consideraram a participação no projeto enriquecedora e gratificante.

Os *kits* portáteis de objetos manuseáveis foram referidos como o recurso privilegiado, atestando o afirmado por diversos autores e em vários *sites* de museus e de organizações que envolvem na aprendizagem e no bem-estar social a utilização dos objetos, especialmente no Reino Unido. Para além de documentarem a história, permitem, através do toque, materializar o passado, algo que fisicamente é inatingível. Por outro lado, promovem um envolvimento que transporta sentimentos e emoções que gera satisfação, conhecimento e compreensão. Esta ligação entre os objetos, as emoções e os indivíduos é um fator determinante na aprendizagem. Estimular os sentimentos permite a aceitação, e o envolvimento na ação significa que a participação ocorreu e permite que a mente esteja receptiva a novas aprendizagens porque a motivação está subjacente. Por último, o facto de os objetos se encontrarem dispostos por temáticas, em *kits* portáteis, é considerado pelos docentes uma excelente forma de proporcionar a interação dos alunos com as coleções, com os museus e experienciar os objetos de uma forma diferente. Contribuem para a aprendizagem e/ou consolidação de conteúdos curriculares e para o bem-estar de todos os envolvidos. Ter a possibilidade de aceder aos objetos e explorá-los em contexto de sala de aula foi uma mais-valia apresentada por todos os docentes, principalmente pelos docentes do segundo ciclo, uma vez que, atualmente, a logística necessária a uma saída impossibilita-os de efetuar as visitas que os docentes considerariam necessárias a uma aprendizagem ativa e de descoberta.

A deslocação do museu à escola, para além de incutir o gosto pela história com o manuseamento das fontes, poderá criar condições propícias ao desenvolvimento de uma atitude diferente em relação à instituição, que sairá beneficiada se a reconhecerem como um espaço onde poderão aprender de forma diferente.

A utilização de estratégias que incluam o manuseamento de objetos¹³ como forma de aprendizagem ativa, de descoberta e experiencial é fundamental. A utilização dos sentidos foi considerada crucial porque responsável pela forte envolvência dos alunos, permitindo que a sessão de manuseamento se transformasse numa experiência memorável, inesquecível. Não foi apenas o

¹³ Tradução livre de *objects-lessons*.

toque físico nos objetos, mas sim o toque emocional. A aprendizagem foi ativada pelas emoções resultantes da envolvência verificada na relação dos alunos com a exploração sensorial, na qual a ligação entre a visão, o toque e o olfato foi fundamental. O objeto transmite sensações que convidam à aproximação. Esta aproximação corporal, física, é uma característica essencial para o conhecimento (Belova, 2012, p.121). Belova (2012, p. 121) argumenta que somos seres físicos, carnais, que cheiramos, que tocamos e ouvimos, e que, por conseguinte, todo o contato visual com o mundo se transforma numa experiência vivida¹⁴ e não numa experiência pensada¹⁵, o que nos transmuta em indivíduos que têm a percepção do mundo agindo nele e sobre ele. A percepção das coisas é, deste modo, condicionada pela sua posição no espaço, os movimentos de aproximação ou afastamento em relação ao objeto, percepções táteis e outras percepções sensoriais.

Esta experiência conduz a um estado de deslumbramento que transforma uma vivência num ato memorável, porque também permite ao aluno estabelecer relações entre o que estava a aprender de novo e os conhecimentos que já havia adquirido noutras contextos, nomeadamente em contexto de aula. Foi algo frequentemente referido pelos alunos, ou seja, consolidar conhecimentos já adquiridos através da experiência dos objetos. Para os alunos experienciar os objetos significa alcançar materialmente o passado. Os objetos são reais. Materializam o passado e a vida das pessoas comuns, levando os sujeitos a viajarem no tempo e a sentirem-se parte de um momento construtivo da sua própria história. São um fragmento do mundo físico dotado de valor cultural que, na perspetiva de Susan Pearce (referida em Dudley, 2012, p. 24) lhe é atribuído pelo seu carácter de mobilidade e representatividade. Têm a capacidade de documentar a história das pessoas comuns e compreender a sua influência nas vivências da atualidade (Shuh, 1999, p. 84; Kennedy, 2015, p.1). É a materialização do que é fisicamente inatingível porque providenciam uma ligação direta ao passado estimulando os indivíduos a interessarem-se por ele (UCL, 1999, s/p). Os objetos são por isso fascinantes e o fascínio funciona como fator catalisador de entusiasmo, curiosidade e emoções, elementos necessários à aprendizagem.

Para além dos recursos e do tipo de estratégias utilizadas, os docentes destacaram também como fatores motivadores na adesão ao projeto o enquadramento curricular do projeto, assim como a presença de um mediador que não o docente, o dinamismo e a paixão que o mediador imprimiu às sessões e que consideram determinantes nos processos de aprendizagem. Este contexto permite uma associação positiva entre a particularidade da sessão, o manuseamento dos objetos, o mediador e a experiência memorável que motiva os alunos a querer aprender mais e a desenvolver as suas competências.

Múltiplas aprendizagens com alcances temporais distintos

Para além das características, os docentes consideram também que os contributos do projeto no âmbito dos processos de ensino aprendizagem são fulcrais e funcionam como fatores de motivação na hora de efetuar a inscrição, nomeadamente as aprendizagens promovidas em diferentes domínios.

Registaram-se evidências que foram categorizadas de acordo com os cinco domínios identificados pelo modelo *Inspiring Learning for all* do MLA como Resultados Genéricos de

¹⁴ Tradução livre de *lived-out*.

¹⁵ Tradução livre de *thought-out*.

Aprendizagem, e associadas a três níveis de alcance temporal diferentes: imediatas, de transição e perspetivadas.

As aprendizagens imediatas fazem parte do domínio do conhecimento e da compreensão e do domínio das competências. Ao nível do conhecimento e da compreensão, foram maioritariamente registadas evidências ligadas ao domínio do conhecimento sobre um assunto específico explorada de acordo com o *kit* escolhido, sobre os objetos e sobre a história local. Nas competências, destacou-se a capacidade de observar e manusear os objetos refletindo sobre a sua importância para produzir conhecimento.

As aprendizagens de transição apresentam-se como ações que indicam que poderão ter existido aprendizagens e que, se forem trabalhadas de forma contínua por toda a comunidade educativa, poderão conduzir a aprendizagens concretas a médio ou longo prazo. Deste âmbito fazem parte as evidências no domínio dos comportamentos e no domínio dos valores, atitudes e sentimentos.

No domínio dos comportamentos destacaram-se o fazer mais de algo como pesquisar para saberem mais e satisfazerem a curiosidade suscitada, envolver os outros com a partilha de conhecimentos adquiridos com outras pessoas, principalmente a família nuclear, e partir à descoberta do património local incluindo a visita ao museu também em família. São comportamentos que evidenciam aprendizagens efetuadas. No domínio dos valores, atitudes e sentimentos, destacou-se a percepção com que ficaram sobre o museu como uma instituição local de valor. Alguns alunos visitaram o museu pela primeira vez após a sessão da ida do museu à escola com a arqueologia.

As aprendizagens perspetivadas manifestaram-se mediante declarações de intenção futura provenientes da satisfação resultante de experiências positivas e inspiradoras e que também têm de ser trabalhadas para produzir efeitos positivos.

Verificaram-se resultados nos domínios do comportamento e da criatividade, inspiração e satisfação, seguindo-se o domínio dos valores, atitudes e sentimentos. Dentro destes domínios destacaram-se a inspiração e a alteração de comportamentos relacionados com os museus, perspetivando-se a visita.

Nesta análise foi significativa a diferença entre as evidências por nível escolar. Os alunos do 4º ano referem evidências que se enquadram maioritariamente no domínio da criatividade, inspiração e sentimentos, enquanto os alunos do 5º ano referem evidências de carácter mais comportamental e de valores, atitudes e sentimentos. É uma diferença que reflete a relação entre as vivências e as características do estádio de desenvolvimento em que se encontram. Ativadas as emoções pelo carácter experiencial e inovador das atividades de manuseamento, os alunos dos 4º anos sentem-se com responsabilidade acrescida para com o património levando-os a declararem as suas intenções. Os alunos dos 5º anos, tendo já um quadro conceptual mais elaborado proveniente do programa curricular, estabelecem parâmetros de forma a adquirirem novos conhecimentos ou a consolidar os conhecimentos obtidos, através da visita ao museu ainda que sob a forma de declaração de intenção, demonstrando uma clara atitude de mudança.

Considerações Finais

Os museus são para as pessoas. Por isso, é necessário reconhecer-se a importância que o envolvimento e a participação ativa dos seus públicos trazem para o sucesso do trabalho efetuado e para o bem-estar das pessoas que os procuram. Este envolvimento pode assumir diversas formas, nomeadamente ser-lhes permitido lidar com a coleção, fazer parte de programas e de atividades de

forma experencial e ativa. Não é suficiente os museus efetuarem apresentações das suas coleções de forma passiva. Cada vez mais é preciso estabelecer-se uma ligação aos interesses e ao envolvimento ativo com os seus utilizadores para construir e crescer sobre esse envolvimento e para que com isso se atinjam os objetivos estipulados (Ambrose e Paine, 2006, p. 19) e a sua missão. O público não pode ser visto como receptor passivo do que os museus consideram uma oferta. É essencial que esta oferta se construa sobre uma relação construtivista com os seus públicos.

É indispensável que o museu pense a sua política em benefício dos seus públicos, articulando com ele, envolvendo-o, compreendendo os seus interesses e preocupações, preferências, necessidades e desejos para que possa providenciar serviços úteis e de sucesso e para que possa crescer. E para que esse envolvimento seja cada vez mais abrangente é necessário conhecer também as suas (des) motivações, sejam eles públicos de caráter assíduo, ocasional ou não visitante¹⁶. Se o museu existe para servir os públicos precisa saber quem são, conhecendo e compreendendo as suas necessidades, não só dos efetivos mas também daqueles que não o são. É uma forma de legitimar a sua existência, a existências dos seus programas e agir de acordo com as suas necessidades, interesses, expectativas e motivações (McLean, 2003, p. 90).

É fundamental, assim, que a postura adotada pelas instituições de educação não formal se paute pela pro-atividade não só em termos de execução da programação, mas também de planeamento, garantindo que a oferta cultural provenha da relação com os públicos a que se destinam, e suas reais necessidades, e não somente de acordo com os parâmetros considerados ideais pelos proponentes da oferta. A atuação tem de mudar de posição, no que concerne às parcerias, principalmente internas, e de direção assumindo-se de fora para dentro, para que os resultados sejam uma resposta real e não hipotética.

Referências Bibliográficas

- AMBROSE, Timothy; PAIN, Crispin (2006) – Museum Basics. New York: Routledge, 2ª Ed. ISBN10: 0-415-36633-X (hbk), ISBN13: 987-0-415-36633-5 (hbk).
- ANDRADE, Carlos Drumond de (2012) – Os Museus não valem como depósitos de experiências de cultura ou experiências acumuladas, mas como instrumentos geradores de novas experiências. In Mediação em Museus: Arte e Tecnologia. Reflexões e Experiências. Adriana Fonte e Rita Gama (org.), pp. 17-19.
- ARIGHO, Bernie (2008) - Getting a Handle on the Past: The use of Objects in Reminiscence Work. In CHATTERJEE, Helen – Touch in Museums: Policy and Practice in Object Handling. UK: Helen Chatterjee Ed. ISBN 978 1 84778 239 4 (Cloth); ISBN 978 1 84778 239 7 (Paper)
- ASHBY, Jack (1999) – Lessons in Learning. Primary schools, Universities and Museums. [Em linha]. UCL. [Consult. 22 ago. 2015]. Disponível na URL:<<https://www.ucl.ac.uk/museum/learning-resources/highereducation/lessons-in-learning.pdf>>
- BAHIA, Sara; JANEIRO, Isabel (2008) – Avaliação da Eficácia de programas educacionais em Museus: uma proposta teórica. In International Journal of Developmental and Educational Psychology. [Em linha]. INFAD, ano XX, N.º 1, Vol 3. Disponível na WWW:URL:<http://hdl.handle.net/10451/2720>. Consult. 27 abr. 2015.
- BELOVA, Olga (2012) - The event of seeing: a phenomenological perspective on visual sense-making. In DUDLEY Sandra H., BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer, Museum Objects Experiencing the Property of things. Sandra H. Dudley Ed. Leicester Readers in Museum Studies: Routledge. ISBN: 978-0-415-58177-6 (hbk).

¹⁶ De acordo com a categoria apresentada por Ribeiro (2012, p. 172) atendendo ao critério de maior ou menor “participação/acomodação” passiva aos produtos culturais (Ribeiro, 2012, p. 170).

BOLLA, Peter de (2012) - The state of wonder. In Dudley Sandra H., BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer - Museum Objects Experiencing the Property of things. Sandra H. Dudley Ed. Leicester Readers in Museum Studies: Routledge. ISBN: 978-0-415-58177-6 (hbk).

BÜNINGHAUS-KNUBEL, Cornelia (2004) – A Educação do Museu no Contexto das Funções Museológicas. In Como Gerir um Museu: Manual Prático. ICOM – Conselho Internacional dos Museus, p. 129-144. ISBN 92-9012-157-2.

CABANAS, José M. (2002) –Teoria da Educação. Concepção antinómica da educação. Porto: Asa Editores. Depósito Legal n.º 175 836/02.

CAMACHO, Carla Frayão (2007) – Serviços Educativos na Rede Portuguesa de Museus: panorâmica e perspectivas. In Serviços Educativos em Cultura, BARRIGA, Sara; SILVA, Susana Gomes de (coord.). Setepés: Coleção Públicos, N.º 2, p.26-41.

DAVALLON, Jean (2007) – A mediação: a comunicação em progresso? [Em linha] Universidade de Avignon e da Região de Vaucluse: Laboratório Cultura e Comunicação. [Consult. 22 ago.2015]. Disponível na URL:<<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/arcticle/view/645/pdf>>

DESVALLES, André; MAIRETTE, François (2013) – Conceitos-chave de museologia. [Em linha]. S. Paulo: Comité Barasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de S. Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. [Consult. 15 dez. 2014]. Disponível em WWW:<http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChaveDeMuseologia_pt.pdf

ISBN 978-85-8256-025-9

DODD, Jocelyn, et al (2002) – A catalyst for change: the social impact of the Open Museum. [Em linha]. Leicester: Research Centre for Museums and Galleries, Agosto. [Consult. 30 de jan. 2015]. Disponível na WWW:URL:<https://www2.le.ac.uk/departments/museumstudies/rcmg/projects/a-catalyst-for-change-1/catalyst%20for%20change.pdf>. ISBN 1 898489262

DODD, Jocelyn; JONES, Ceri (2014) – Mind, body, spirit: how museums impact health and wellbeing. [Em linha] Leicester: Research Centre of Museums and Galleries. [Consult. 30 ago. 2015]. Disponível na URL:<www.2.le.ac.uk/departments/museumstudies/rcmg> ISBN 978-1-898489-49-8.

EBERBACH, Catherine; CROWLEY, Kevin (2005) - From living to Virtual: Learning from Museums Objects. [Em Linha]. Curator: the Museum Journal, July. [Consult. 19 dez. 2014]. Disponível em WWW:<http://www.researchgate.net/publication/227662701_From_Living_to_Virtual_Learning_from_Museum_Objects. DOI:10.1111/j.2151-6952.2005.tb00175.x

Focus Group Guide. [Em linha] MLA (2008) – Inspiring Learning for all: an improvement framework on museums, libraries and archives. [Consult. 01 mai. 2005]. Disponível na WWW:<<http://www.inspiringlearningforall.gov.uk/resources/research.html>>.

FALK, John H.; DIERKING, Lynn; HOLLAND, Dana G. (1995) – What do you think people learn in Museum? In Public Institutions: establishing a research agenda. John Falk e Lynn Dierking Ed., American Association of Museums. ISBN 0-931201-24-1.

FALK, John H; Dierking, Lynn (2000) – Learning from Museums: Visitors Experience and the making of meaning. USA: AltaMira Press. ISBN 0-7425-0295-3.

FERREIRA, Inês (2014) – Objetos Mediadores em museus. [Em linha]. MIDAS, 4. [Consult. 16 jul. 2015]. Disponível na WWW:<<http://midas.revues.org/676>:DOI:10.4000/midas-676>.

FONTAL MERILLAS, Olaia (2003) – La Educación Patrimonial: Teoria y práctica en el aula, el museo e internet. Ediciones Trea, S. L., 2003. ISBN: 84-9704-099-6.

GALLARDO, Marcelo A. G.; OJEDA, Jaime A. H.; ALFARO, Leonor I. (2003) – Educación Patrimonial desde el museo: iniciativas de promoción e puesta en valor del patrimonio cultural em la X Región. [Em linha] In Conserva, N.º 7. [Consult. 26 ago. 2015]. Disponível na URL:<www.dibam.el/dinamicas/DocAdjunto_94.pdf>

GRISPUM, Denise (2014) – Mediação em Museus e em exposições: espaços de aprendizagem sobre arte e o seu sistema. [Em linha] In Revista Arte, Vol. 1, N.º 2, pp. 272-283. [Consult. 22 ago. 2015]. Disponível na URL:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/52606/32622>> ISBN 2357-9854.

Handling Kits/Loan Boxes. [Em linha]. GEM - Group for Education in Museums – advancing learning through museums and galleries. S/D. [Consult. 30 jan. 2015]. Disponível na WWW:URL:<www.gem.org.uk/grassroots/GR%20Resources/makeloansbox.html>

Hands on: Learning from objects and paintings. A teacher guide. [Em Linha]. Museum Galleries Scotland in partnership with Glasgow Museums. S/D. [Consult. 9 dez. 2014]. Disponível em WWW:URL:<www.museumsgalleriesscotland.org.uk/research-and-resources/resources/advice/publication/323/hands-on-training-pack>

How we define Learning. [Em linha] MLA (2008) - Inspiring Learning: an improvement framework or museums libraries and Archives. Disponível na WWW:URL:<<http://www.inspiringlearningforall.gov.uk/learning/>

. [Consult. 27 fev. 2015].

HEIN, George E. (1998) – Learning in the Museum. Oxon: Routledge. ISBN 6-415-09776-2.

HOOPER-GREENHILL, Eileen (1994-a) – The Educational Role of the Museum. London: Routledge. ISBN 0-415-11287-7.

HOOPER-GREENHILL, Eileen (1994-b) – Museum and their visitors. London: Routledge. ISBN 0-415-06857-6.

HOOPER-GREENHILL, Eilean (2002) – Avaliação. In MINEIRO, Clara, CARVALHO, Anabela - *Atas do Congresso Encontro Museus e Educação*, Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 101-119. ISBN13: 9727761585.

HOOPER-GREENHILL, Eilean (2007) – *Museums and Education: Purpose, Pedagogy and Performance*. London: Taylors and Francis Group.

Information Gathering Toolkit: Basic tools for Quantitative and Qualitative Data Collection (s/d) [Em linha] OMNI Institute. Disponível na WWW:URL:<http://www.omni.org/resources?goto=#datatoolkit>. [Consult. 01 mai. 2015].

Introduction to object-based learning (1999). [Em linha]. University College of London. Disponível na URL:<<https://www.ucl.ac.uk/museum/learningresources/object-based-learning>>. [Consult. 22 ago. 2015].

JANES. Robert R. (2007) – Museums, Social Responsibility and the Future we Desire. In *Museums Revolutions: How museums change and are changed*. Routledge: Taylor and Francis Group. Simon J. Knell, Suzanne MacLeod and Sheila Watson Ed., p. 134-146. ISBN 10: 0-415-44467-5 (pbk).

KENNEDY, Anra (2015) – The power of objects. [Em linha]. Consult. em 22 ago. 2015. Disponível em URL:<www.wdu/openlearn/education/enhacing-pupil-learning-on-museum-visits/content-section-1>.

LEI n.º 107/2001 – Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural. Diário da República, I Série-A, N.º 209, p. 5808-5829.

LEWIS, Geoffrey (2004) – O papel Educativo dos Museus e o Código de Ética Profissional. In *Como Gerir um Museu: Manual Prático*. ICOM – Conselho Internacional dos Museus, p. 1 – 12. ISBN 92-9012-157-2.

MARANDINO, Martha (org.) (2008) – *Educação em Museus: a mediação em foco*. [Em linha]. Universidade de S. Paulo, Faculdade de Educação. Disponível na URL:<<http://parquecientec.usp.br/wp-content/uploads/2014/03/Mediacaoemfoco.pdf>> ISBN 978-85-60944-04-0.

MCGLONE, Francis (2008) – The two sides of touch: sensing and feeling. In CHATTERJEE, Helen - *Touch in Museums: Policy and Practice in Object Handling*. UK: Helen Chatterjee Ed. ISBN 978 1 84778 239 4 (Cloth); ISBN 978 1 84778 239 7 (Paper)

MCLEAN, Fiona (2003) – *Marketing the Museum*. Londres: Taylors and Francis e-Library. ISBN 0-203-21502-8 (Adobe eReader Format).

MEASURES, Kate; BLAND, Anna (2014) – *Behind Closed Doors: a mini toolkit to unlock an amazing stores experience*. [Em linha]. England: Heritage Insider, Ida. [Consult. 30 jan. 2015]. Disponível na WWW:URL:<<https://marchesnetwork.files.wordpress.com/2012/01/behind-closed-doors-toolkit.pdf>>

MELGAR, Maria Fernanda; DONOLO, Sílvio Danilo (2011) – Salir del aula... Aprender de outros contextos: Património natural, Museos e Internet. [Em linha] In *Revista Eureka sobre Enseñanza e Divulgación de las Ciências*, 8 (3). [Consult. 29 ago. 2015]. Disponível na URL:<http://hdl.handle.net/10498/14396> . ISNN: 1697-011X.

MORGAN, David (2012) - The materiality of cultural construction. In DUDLEY Sandra H., BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer, *Museum Objects Experiencing the Property of things*. Sandra H. Dudley Ed. Leicester Readers in Museum Studies: Routledge. ISBN: 978-0-415-58177-6 (hbk).

NEWBY, Jean (2015) – *Museum in a box*. [Em linha]. My Learning. Disponível na URL:<www.mylearning.org/museum-in-a-box--create-your-own-mini-museum/>

PEARCE, Susan (2012) - *Museum Objects*. In DUDLEY Sandra H., BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer, *Museum Objects Experiencing the Property of things*. In Sandra H. Dudley Ed. Leicester Readers in Museum Studies: Routledge. ISBN: 978-0-415-58177-6 (hbk)

PINTO, Helena (2012) – *Educação Histórica e Patrimonial* [texto policopiado]: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente. Braga: [s. n.] Tese de Doutoramento. [Consult. 12. dez. 2014]. Disponível na URL:<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19745>>.

PONTIN, Kate (2007) – *Understanding Museum Evaluation*. In *The Responsive Museums: Working with Audiences in the Twenty-first Century*. England: LANG, Caroline; REEVE, John; WOOLAND, Ashland, Ed., ISBN 10: 0-7546-4560-6.

RIBEIRO, Joana Almeida (2012) – Dos “públicos” nos Museus. In SEMEDO, Alice; MACHADO, Célia (org.) - *Ensaios e Práticas em Museologia*. [Em linha] Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, Vol 2, pp. 163-168. [Consult. Em 01 de ste. 2015]. Disponível na URL:<ler.letras.up.pt/upload/ficheiros/10507.pdf>. ISBN 978-972-8932-82-4.

RUBENSTEIN, Rosalyn (1989) – The use of Focus Group in Audience Research. [Em linha]. Disponível na WWW:<URL: <http://informalscience.org/research/ic-000-000-007-821>>. ISSN 1064-5578. [Consult. 01 mai. 2015].

SEMEDO, Alice L. (2014) – *Museum Mediators in Europe. Connecting Learning in a field of Experience*. *Museum Worlds: Advances in Research*, Vol. 2, pp. 170-176. Birgahn Books, doi:103167/armw.2014.020110.

SEMEDO, Alice (2015) – Objetos performativos como ferramenta de aprendizagem de profissionais em museus. [Mensagem em linha]. 14 jan. 2015 [Consult 14 jan. 2015]. Comunicação pessoal.

SHUH, John Hennigar (1999) – *Teaching yourself with objects*. In HOOPER-GRENNHILL, Eilean– *The Educational Role of the Museums* [Em linha]. Leicester: Eilean Hooper-Greenhill Ed., Routledge. [Consult. 11 dez. 2014]. Disponível na WWW:<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCUQFjAB&url=http%3A%2F%2Fisite.s.harvard.edu%2Ffs%2Fdocs%2Ficb.topic862568.files%2FSupplementary%2520Readings%2Fshuh.pdf&ei=FiyTVcyPFMjaUZ6tg-gC&usg=AFQjCNFNVg2M62kkRDN_FE0Ax_BnUzBpw&bvm=bv.96952980,d.bGg>

SPENCE, Charles; GALLACE, Alberto (2008) – Making Sense of Touch. In CHATTERJEE, Helen - Touch in Museums: Policy and Practice in Object Handling. UK: Helen Chatterjee Ed. ISBN 978 1 84778 239 4 (Cloth); ISBN 978 1 84778 239 7 (Paper).

SUARÉZ, Miguel Ángel; MASACHS, Roser Calaf; MAROLO, José Luís San Fabian (2014) – Aprender História a través del patrimonio. Los casos del Museo del Ferrocarril de Asturias y del Museo de la Inmigración de Cataluña. [Em linha] In Revista de Educación, 365. [Consult. 28 ago. 2015]. Disponível na URL:<www.meed.gob.es/dctm/revista-de-educacion/doi/re365264.pdf?documentId=0901e72b81900714>

SUÁREZ, M. A., GUTIERREZ, S., CALAF, R., SAN FABIAN, J. L. (2013) – La Evaluación de la acción educativa museal: una herramienta para el análisis cualitativo. [Em linha]. Clio 39. [Consult. em 28 fev. 2015]. Disponível na WWW:<URL:<http://clio.rediris.es/n39/articulos/Calaf.pdf>>. ISSN 1139-6237.

TALBOY, Graeme (2010) – Using Museums as an Educational Resource: an Introductory Handbook for Student and Teachers. Ashgate Publishing Limited, Second Edition. ISBN 978-1-4094-0146-9 (ebook)

TALBOY, Graeme K. (2005) – Museum Educator's Handbook. 2ª Edição. ASHGATE Publishing Limited. ISBN 0754644928.

VERNA, Gajandra K., MALLICK, Kanka (2005) – Researching Education: Perspectives and Techniques. ESA: Taylor and Francis e-library. ISBN: 0-203-98036-0

ZEKI, Semir (2012) - Art and the brain. In DUDLEY Sandra H., BARNES, Amy Jane; BINNIE, Jennifer, Museum Objects Experiencing the Property of things. Sandra H. Dudley Ed. Leicester Readers in Museum Studies: Routledge. ISBN: 978-0-415-58177-6 (hbk).

A importância do inventário. Proteger, preservar e normalizar.

Sara Lobão Martins*

Resumo: Ao longo dos séculos a importância da preservação do património foi sendo uma constante. Foram surgindo várias questões pertinentes referentes à gestão das coleções tais como a preservação das mesmas, o inventário e a sua normalização, que têm vindo a acompanhar os profissionais da área ao longo dos tempos. O conceito de inventário tem sofrido assim “mutações” ao nível da importância e da grandeza desta ação e o aparecimento das novas tecnologias vieram despoletar toda uma revolução que estará longe de terminar. Importa referir que tem sido um fator chave na documentação e gestão das coleções nas suas mais variadas vertentes e a procura de uma uniformização um trabalho que nos une.

Palavras-chave: Inventário; Normalização; Gestão de Coleções.

Abreviaturas: BC- Bem Cultural; CIDOC - International Committee for Documentation; DGPC - Direção Geral do Património Cultural; DCT- Divisão de Cultura e Turismo (Câmara Municipal da Maia); MHETM- Museu de História e Etnologia da Terra da Maia; ICOM - International Council of Museums

“O presente é uma escolha de futuros possíveis _ Milton Santos”¹

Os Organismos Internacionais e o caso Português.

A necessidade de documentar as coleções de forma adequada e a procura pela normalização das práticas museológicas, veio contribuir para o desenvolvimento de algumas iniciativas de carácter nacional e internacional. Em 1946, foi criado aquele que é um dos mais importantes organismos no âmbito da Museologia, a nível mundial: o ICOM – International Council of Museums. O ICOM é “uma organização internacional na área dos museus, cuja atuação incide na conservação, preservação e divulgação do Património Cultural e Natural, presente e futuro, tangível e intangível.”²

Assim e de acordo com este organismo, definimos que um Museu é “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que desenvolve investigação sobre os testemunhos materiais do Homem e do seu meio envolvente, adquirindo-os, conservando-os e divulgando-os, com o objetivo de estudo, educação e deleite”³

Têm sido inúmeras as iniciativas ao longo das últimas décadas no âmbito da Museologia e do Património no que à Normalização e Gestão de Coleções diz respeito, bem como à elaboração de inventários⁴ muito embora alguns ainda estejam aquém daquela que se pretende que seja a melhor estrutura dentro das organizações às quais estão afetas.

Ao longo do séc. XX, foram promulgadas algumas leis pelo Estado português com o intuito de regularizar e melhorar o funcionamento dos museus nacionais, sobretudo ao nível do inventário.

* Câmara Municipal da Maia. MHETM

¹ Milton Almeida dos Santos foi um geógrafo brasileiro. Graduado em Direito, Milton destacou-se por seus trabalhos em diversas áreas da geografia, em especial nos estudos de urbanização do Terceiro Mundo. Wikipédia

² ICOM: International Council of Museums. Missão do ICOM.

³ ICOM Definition of a Museum, 2001.

⁴ De acordo com a Lei – Quadro dos Museus Portugueses, datada de 19 de Agosto de 2004, o inventário museológico é “a relação exaustiva dos bens culturais que constituem o acervo próprio de cada museu, independentemente da modalidade de incorporação”.

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses, aprovada em Agosto de 2004, apresenta-se assim como o culminar de um longo processo do panorama museológico português.

São diversas as normas⁵ existentes nesta área e domínio de atuação, algumas mais significativas que outras, mas todas com um objetivo comum – a simplificação do trabalho de inventário⁶.

O inventário e a Normalização

Falar de Gestão de Coleções é falar de inventário e a Normalização o seu ponto fulcral.

Para isso, a criação de um documento normativo, que permite a uniformização da linguagem adotada, dos campos de preenchimento obrigatório, da documentação a ser utilizada, são essenciais no trabalho a ser executado por todos aqueles que dedicam o seu tempo às coleções.

A criação de um glossário, o simples facto de se iniciar a descrição de um objeto por maiúscula ou minúscula vai permitir uma busca e recuperação de dados, tornando o trabalho facilitado na hora de aceder à base de dados de inventário.

Simplificar a linguagem, torná-la acessível a todos é outra tarefa que deve ser tida em consideração. Hoje em dia devemos pensar em quem vai ler as descrições, quem vai aceder à nossa informação. A Política para todos, é também acesso para todos, compreensão para todos. Não quer dizer que descuremos a parte descriptiva, que se torne brejeira, simples, corriqueira, mas sim acessível. Quer para o público científico, quer para o utilizador mais comum. Todos devemos entender e perceber de imediato de que objeto falamos, o que estamos a descrever. A variação linguística existente no nosso país de acordo com o contexto geográfico por si só, já é o suficiente para provocar “danos” ao nível do entendimento das descrições dos BC.

O que no Norte é uma sertã, no sul é uma frigideira e por aí adiante. Isto coloca-nos num pequeno grande “dilema” na hora de inventariar daí que a escolha recaia pela designação científica, e pela nota adicional daquela que é a designação popular (geográfica, sociocultural) pela qual a reconhecemos mais facilmente e não nos ficamos apenas por aqui, porque todos outros fatores serão tidos em conta tais como período cronológico, formato, tamanho, etc.

Para ajudar nesta tarefa existe um comité Internacional o ICOM, (International Council Of Museums) que trata a documentação museológica, tendo a seu cargo a investigação nas áeras de registo e documentação de coleções museológicas, bem como orientação para boas práticas de inventário, tendo como suporte o CIDOC – International Committe for Documentation, referência a nível internacional na documentação e estruturação de dados ao nível dos museus.

Existem ainda outras normas de referência, que visam a uniformização e apoio de todos os profissionais de inventário, que a dada altura se deparam com a necessidade de melhorar e fundamentar de forma estruturada o seu trabalho.

No entanto existe uma das mais importantes normas que no panorama dos museus portugueses se tem vindo a afirmar como a verdadeira responsável por esta tarefa que é o

⁵ Norma, regra de procedimento; princípio; preceito; modelo; padrão; critério generalizado a que um processo ou produto deve obedecer ou ponto de referência a que deve corresponder, com definição de tipos, eliminação de variedades supérfluas e fixação de dimensões, no intuito geral de simplificar e acelerar toda a atividade (Dicionário Editora da Língua Portuguesa, 2015).

⁶ “Inventário”, s.m. do latim “inventariu”, enumeração e descrição dos bens que pertenceram ou pertencem a uma pessoa, empresa, etc; documento em que esses bens estão descritos; enumeração minuciosa, relação; lista (Dicionário Porto Editora da Língua Portuguesa, 2015).

SPECTRUM⁷ Esta ferramenta é da responsabilidade da britânica Collections Trust e constitui uma referência internacional no domínio dos procedimentos a adotar nas coleções museológicas. Atualmente podemos aceder ao SPECTRUM.PT, que chegou até nós através de uma iniciativa de Alexandre Matos, no âmbito da sua tese de Doutoramento, com o intuito de traduzir e aplicar a norma no nosso país, numa parceria entre a empresa para a qual trabalha a Sistemas de Futuro, e o Museu da Universidade de Coimbra, ao qual de juntou o Brasil num trabalho de parceria exigente com um cariz importantíssimo, que permitirá no futuro que todos possamos trabalhar de uma forma Universal e estruturada, tudo à distância de um clique.

Ao nível nacional existem ainda um conjunto de documentos, intitulados “Normas de Inventário”, publicados pela DGPC no âmbito das suas competências em matéria da elaboração de normativos e recomendações nesta área que reúne os procedimentos a adotar nesta temática tendo por base o software de gestão de coleções Matriz.

Ao lado, as capas das publicações existentes desta coleção “Normas de Inventário”, que podem ser consultadas on line no site da DGPC.⁸



O MATRIZ 3.0⁹ consiste no software adotado pela DGPC, de referência nacional para o inventário, gestão e divulgação on-line integrados de Património Cultural (móvel, imóvel e imaterial) e Natural. Não sendo o único software de gestão de coleções no mercado parece-me no entanto que será “limitador” a criação destes Normativos para o vasto panorama Nacional relativamente ao inventário.

Matriz 3.0

A importância da criação de um Normativo de inventário para o MHETM

A Missão é um conjunto de palavras que contém, de forma resumida, a finalidade, valores, metas, estratégia e o público-alvo de uma instituição. (Davies, 2001, p. 32)

⁷ Para mais informações: <http://spectrum-pt.org/blog/>

⁸ Para mais informações <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/NormasInventario.aspx>

⁹ Para mais informações <http://www.matriz.dgpc.pt/>

O Museu da Maia¹⁰ tem por missão propiciar localmente o acesso à informação e à construção do conhecimento, sensível aos estímulos da população maiata e à diversidade cultural, através do desenvolvimento de programas de mediação, proporcionando à pessoa e à comunidade um papel ativo e participativo na sociedade, com particular incidência na construção, preservação e divulgação da identidade e património da Terra da Maia. Propõe-se concretizar os seguintes valores: orientação para o utilizador; democraticidade e confidencialidade; eficiência e eficácia; inovação e qualidade e eticidade de comportamento.

“É necessário considerar o objeto para além do seu valor estético, ultrapassando a fase contemplativa, e atribuir-lhe novas funcionalidades relacionadas com a carga informativa que possui ou pode produzir” (ANTUNES, 1999:94).

A utilização de um sistema informatizado de inventário leva-nos a um patamar de organização dentro da estrutura existente na DCT (Divisão de Cultura e Turismo) que pretende acima de tudo facilitar a utilização da plataforma informática a todos os que com as coleções trabalham diretamente, mas também aos que dela necessitam recorrer. Esta tarefa constitui também um dos principais desafios enfrentados pelos seus responsáveis.

SISTEMAS DO FUTURO¹¹. Na DCT utilizamos o programa InArte Premium que é o exemplo



de uma aplicação que foi criada sobretudo para se adaptar às necessidades da maior parte dos museus cujas coleções têm um âmbito e caráter diversificado. Daí a que a nossa escolha tenha recaído sobre esta

aplicação de modo a responder às especificidades das diferentes tipologias de coleções das quais somos detentores, não só enquanto Museu, mas as que existem em toda a DCT, porque o inventário é uma ferramenta fundamental no processo de conservação, valorização e proteção do património.

Atualmente com o avanço do desenvolvimento tecnológico, as aplicações de gestão de coleções museológicas têm vindo a desenvolver funcionalidades que as transformam em ferramentas tecnológicas cujo objetivo primordial é a promoção de facilidades ao nível do inventário.

As características desta aplicação, fazem dela mais do que um software para informatização de acervos museológicos dada a sua abrangência, permitindo uma eficiência relativamente à gestão das coleções.

Foi com esse intuito que criamos um documento normativo interno, apoiado naquele que a própria empresa do programa de inventário fornece.

Documento este, que acreditamos que nos permite ajudar a atingir um patamar de uniformização e qualidade exigíveis a todos os nossos colaboradores.

Foram igualmente incorporados nesse mesmo documento alguns Normativos Internacionais/ Thesaurus, sobre as mais variadas temáticas para que as siglas e demais referências que consideramos relevantes sejam utilizadas aquando da tarefa de inventário, com a finalidade de promover a adoção de sistemas de gestão adequados que têm como objetivo primordial a uniformização e a potenciação dos procedimentos de inventário. Até porque os procedimentos de inventário são vastos e incluem já impressos próprios que documentam toda a gestão de coleções.

Temos a consciência que para preservar o património cultural é necessário inicialmente conhecê-lo através de inventários e pesquisas realizadas pelos órgãos de preservação dos mesmos.

O inventário não é um fim em si, mas um meio para atingirmos esse mesmo fim.

¹⁰ Missão do MHETM

¹¹ Para mais informações. <http://www.sistemasfuturo.pt/>

Pretendemos acima de tudo responder de modo adequado às exigências da DGPC relativamente ao inventário e à forma de tratamento dos dados, tal como é referido na Lei n.o 47/2004 de 19 de agosto¹² na secção IV sobre o **Inventário e Documentação**.

Os vários artigos que esta secção comporta, servem como um guia de boas práticas para todos os museus, uma vez que todos eles são orientadores daquilo que deve ser o trabalho de um museu nesta matéria, não esquecendo por parte do legislador a ação que trata a documentação e a gestão das coleções, cujo âmbito diversificado vai para além daquilo que é o processo do inventário.

Toda a Lei, está estruturalmente organizada de modo a que possamos entender que um processo não é possível sem todos os outros, logo a: **Função do Museu**¹³, **o Estudo e Investigação**¹⁴, a **Incorporação**¹⁵, o **Inventário e Documentação**¹⁶, a **Conservação**¹⁷, a **Segurança**¹⁸, a **Interpretação e Exposição**¹⁹ e a **Educação**²⁰ têm de estar ligadas entre si e que não podem ser entendidas ou vistas de forma individual mas como um todo.

Património – palavra bela e antiga que, na sua origem estava ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade concreta. Requalificado por diversos adjetivos (genético, natural, histórico...), o património prossegue hoje uma carreira diversa e estrondosa (...)" Choay, Francoise 1992.

No presente, e ao longo dos últimos 15 anos, o Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, surge como um agente de defesa e salvaguarda do Património.

O património etnológico, fala-nos sobretudo dos modos de vida do quotidiano, onde podemos encontrar uma boa parte daquilo que nos identifica como Ser coletivo, está presente na base da coleção do MHETM, que se encontra neste momento inventariada e tem vindo a ser trabalhada quer em exposições, quer em atividades de caráter que visam a sua divulgação sendo alvo de publicações mensais na página web da Cultura do Município, intitulado **A Peça do Mês**²¹, para que possamos aproximar o público da instituição, e do seu legado.

O inventário tem como finalidade a atribuição de uma unidade aos BC e as subsequentes ações de relevância intrínseca ao seu papel. Inventariar serve para intervir, proteger, conhecer e valorizar. Os inventários têm um papel fundamental na sua condição de conjuntos documentais que através das suas fichas, podem servir para refletir sobre a globalidade contextualizada do conjunto de bens que pretendemos proteger, no sentido que atualmente se aplica, o de valorizar, documentar e investigar.

A informatização de ficheiros museológicos torna-se cada vez mais nos dias de hoje, um requisito importante e indispensável, pois este permite de uma forma rápida e eficaz aceder a um conjunto de informações, antes mais difícil de se efetuar. Mas os objetos e as suas fichas devem também ser vistos como um só. Pois ambos encerram as duas vertentes indispensáveis de um trabalho de inventário _ a parte física (o BC) e a parte documental (as fichas do mesmo).

Não sabemos o que o futuro nos reserva, mas sabemos que continuaremos a trabalhar em conjunto, ao nível institucional e nacional para que o passado seja preservado, lembrado e construído diariamente.

¹² Lei que Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses

¹³ Lei n.o 47/2004 de 19 de Agosto Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses; CAPÍTULO II; SECÇÃO I

¹⁴ Lei n.o 47/2004 de 19 de Agosto Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses; CAPÍTULO II; SECÇÃO II

¹⁵ Lei n.o 47/2004 de 19 de Agosto Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses; CAPÍTULO II; SECÇÃO III

¹⁶ Lei n.o 47/2004 de 19 de Agosto Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses; CAPÍTULO II; SECÇÃO IV

¹⁷ Lei n.o 47/2004 de 19 de Agosto Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses; CAPÍTULO II; SECÇÃO V

¹⁸ Lei n.o 47/2004 de 19 de Agosto Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses; CAPÍTULO II; SECÇÃO VI

¹⁹ Lei n.o 47/2004 de 19 de Agosto Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses; CAPÍTULO II; SECÇÃO VII

²⁰ Lei n.o 47/2004 de 19 de Agosto Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses; CAPÍTULO II; SECÇÃO VIII

²¹ Para mais informações consultar <http://maiacultura.cm-maia.pt/>

Bibliografia

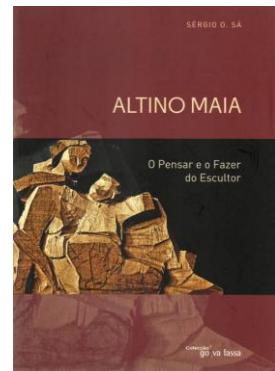
- ALARCÃO, Teresa e PEREIRA, Teresa Pacheco (1999) - Normas de Inventário – Têxteis, Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [Coord.]. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- ANTUNES, Luís Pequito (1999), “Sistemas de documentação e gestão da informação nos museus”, O Arqueólogo Português, série IV, vol. 17, Lisboa p. 91-99.
- BACHMANN, K. [ed.] (1992) - Conservations Concerns: A Guide for Collections & Curators. Washington: Smithsonian Institute.
- BOYLAN, P. J. et al. (1998) - History of ICOM (1946-1996) Paris: International Council of Museums.
- BRITO, Joaquim Pais de; et al. (2000) Normas de Inventário – Alfaia agrícola: etnologia (2000) - Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [Coord.] Lisboa: Instituto Português de Museus.
- BUCK, Rebecca e GILMORE, Jean Allman (1998), The New Museum Registration
- CAMACHO, C. F.; FREIRE-PIGNATELLI, C.; MONTEIRO, J. S. (2001) - Rede Portuguesa de Museus–Linhas Programáticas. Lisboa: Instituto Português de Museus e Rede Portuguesa de Museus.
- CAMPOS, Teresa (1999) - Normas de Inventário - Cerâmica: cerâmica de revestimento: artes plásticas e artes decorativas. Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [coord.] Lisboa: Instituto Português de Museus.
- CARVALHO, Maria João Vilhena de (2004) - Normas de Inventário – Escultura: artes plásticas e artes decorativas. Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [coord.] Lisboa: Instituto Português de Museus.
- CHOAY, F. (1992). L'allégorie du patrimoine. Paris: Ed. Seuil.
- DAVIES, Stuart. Performance Management. Museums Association Briefing Paper, 1994
- FAHY, Anne [ed.] (1998) - Collections Management. London: Routledge.
- HARRISON, Margaret, MCKENNA, Gordon (2008) -Documentation: a practical guide. Cambridge: Collections Trust.
- HARRISON, R., [ed.] (1994) - Manual of Heritage Management. Oxford: Oxford University Press.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (1998), Manual de Museología, Editorial Sintesis.
- HERNÁNDEZ, Josep Ballart; JUAN I TRESSERAS, Jordi (2005)-Gestión del patrimonio cultural. Barcelona: Ariel.
- ICOM (2001)-International Council of Museums Statutes. [Em linha]. International Council of Museums. [Consultado em 05-05-2016] Disponível em <http://icom.museum/the-organisation/icom-statutes/>
- ICOM (2007). Museum Definition. [Em linha]. ICOM.[Consultado em 05-05-2016] Disponível em <http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>
- Manual Procedimentos INARTE- Documento interno da Câmara Municipal da Maia (2014)
- MATOS, Alexandre (2007) -Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas: contribuições para a certificação de museus[Em linha]. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Museologia. [Consultado em 05-05-2016] Disponível em http://www.academia.edu/951013/Os_sistemas_de_inform%C3%A7%C3%A3o_na_gest%C3%A3o_de_colec%C3%A7%C3%A3o_de_museus
- PINHO, Elsa Garrett e FREITAS, Inês da Cunha. (1999) Normas de Inventário – Normas Gerais – Artes Plásticas e Decorativas. Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [ed.] Lisboa: Instituto Português de Museus.
- RAPOSO, Luís e MARTINS, Adolfo da Silveira (2000) - Normas de Inventário – Arqueologia: normas gerais, Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [coord.] Lisboa: Instituto Português de Museus.
- SISTEMAS DO FUTURO (2012) - Manual da Aplicação In patrimonium Premium. [Em linha]. Sistemas do Futuro. [Consultado em 05-05-2012] Disponível em <http://www.sistemasfuturo.com/manual>
- SOUSA, Maria da Conceição Borges de e BASTOS, Celina (2004) -Normas de Inventário – Mobiliário: artes plásticas e artes decorativas. Direcção de Serviços de Inventário – Instituto Português de Museus [coord.]Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Lei n.º 47/2004. D.R. n.º 195, Série I-A de 2004-08-19 Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses
- CIDOC – ICOM - <http://network.icom.museum/cidoc/>
- International Council of Museums – <http://www.icom.museum>
- Página da Cultura da Câmara Municipal da Maia - <http://maiacultura.cm-maia.pt/>

NOTAS DE LEITURA

Sérgio O. Sá

Altino Maia – O Pensar e o Fazer do Escultor

Maia, 2015



Altino Maia nasceu em Cidadelha, Santa Maria de Avioso, em 1911.

Passou por várias oficinas de santeiros; sendo jovem talentoso, a sua capacidade criadora e o seu vanguardismo, granjearam-lhe algumas antipatias e algumas incompreensões.

No final da década de 30 ingressa nas oficinas gráficas do jornal *O Primeiro de Janeiro*. Pouco depois inicia os seus estudos na Escola Superior de Belas Artes do Porto, onde concluirá o Curso Superior de Escultura.

A qualidade do seu trabalho permitiu-lhe ser bolsheiro do Instituto de Alta Cultura e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Exerceu a docência em diversas escolas, não só no Continente Português como em Angola. Participou em muitas exposições, individuais e coletivas.

Tem a sua obra espalhada por vários Museus, coleções particulares e instituições, tais como a Câmara Municipal da Maia, o Mosteiro de Singeverga e o Colégio de Lamego.

Pintor, escultor, gravador, foi uma figura multifacetada.

Colaborou no suplemento literário do *Primeiro de Janeiro*, «Das Artes e das Letras», não só com ilustrações, mas também com vários artigos sobre arte, nacional e estrangeira.

Altino Maia foi (é) um valor sólido e importante da Arte portuguesa do século XX.

E por isso mesmo não admira que Sérgio Oliveira Sá (parente de Altino Maia) dele se tenha ocupado na sua obra mais recente, intitulada justamente *Altino Maia* e subintitulada *O Pensar e o Fazer do Escultor*.

E é este subtítulo, plenamente levado à prática, que confere ao livro a importância que ele tem no panorama do estudo da escultura no século XX.

Curiosamente trata-se de um trabalho que o autor elaborou em 1993/94, recuperado e revisto para publicação em 2015.

O livro divide-se em duas grandes partes. A primeira inclui um apontamento biográfico e um conjunto de «estudos» sobre o homem e a obra, de que destaco a «Coerência de um percurso» e «O Homem», porque abordam questões que ultrapassam a perspetiva artística. A segunda configura uma escolha de ilustrações de algumas das suas obras principais, e que refletem a opção do autor.

Um «posfácio» dá-nos conta da desilusão de Sérgio Sá quando verificou que as esculturas sacras de Altino Maia na Igreja da Afurada tinham sido colocadas em reclusão num armário, substituídas por garridas figuras imitando o antigo... Ignorância popular que, quem devia, não esclareceu nem contrariou...

Enfim, um livro a não perder, não só por quem se interessa por estas coisas da Maia, como também por todos os que apreciam a arte em geral e a escultura em particular, ficando assim a conhecer a obra de um artista completo, diferente, na terra daqueles que ficaram conhecidos como «Santeiros da Maia».

José Augusto Maia Marques

NOTÍCIAS

Fórum da Maia faz 25 anos

É verdade. Já passaram 25 anos. Foi a 1 de junho de 1991 que o presidente da câmara, Dr. José Vieira de Carvalho, acompanhando o então primeiro ministro Aníbal Cavaco Silva, subiram a escadaria que dá hoje para a linha do Metro e entraram pela primeira vez naquele que era, ao tempo, o maior complexo cultural de iniciativa autárquica do País. Para a inauguração, sessão solene no Grande Auditório e exposição nas galerias. Esta terá sido sem dúvida, atendendo aos nomes apresentados, uma das mais importantes se não mesmo a mais importante que o Fórum acolheu.

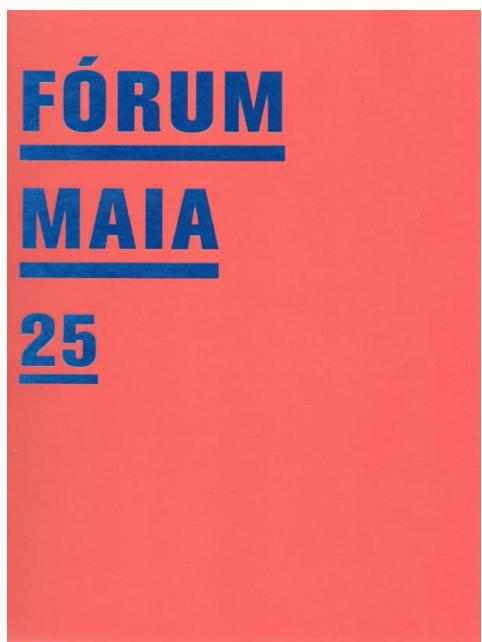
Hoje, exposições de arte ou de outros temas, concertos, espetáculos de diversos tipos, festivais, aí têm lugar. Basta lembrar o Festival de Música da Maia, o Festival Internacional de Teatro Cómico, a Bienal da Maia, entre muitas outras atividades cíclicas.

E, entretanto, o Fórum cresceu. Acolheu uma Biblioteca Fixa da Fundação Gulbenkian, que foi absorvida pela nova Biblioteca Municipal da Maia. Esta é hoje um polo de referência na cultura maiata, ela própria estendendo-se por todo o território concelhio, graças ao Bibliobus e à colaboração com as escolas.

O Fórum, criando os três polos em que se divide – auditórios, galerias e biblioteca – cumprindo afinal com os objetivos para que fora criado.

Do assinalar destes 25 anos, destaque para dois acontecimentos. Um é a exposição de fotografia da autoria de Alfredo Cunha, intitulada "Tempo Depois do Tempo". É um excelente repositório da sua fabulosa capacidade de retratar a realidade que o cerca, sem deixar de lhe imprimir o seu cunho pessoal. Estará patente até 28 de agosto.

Outro, é a peça que se retrata ao lado. Um livro evocativo dos 25 anos do Fórum da Maia, coordenado por José Maia Marques e Pedro Ruiz. Não é um livro de História, nem de histórias. É uma coleção de memórias avulsas, essencialmente constituída por imagens mais do que por textos, onde se procurou ressaltar algumas áreas de programação, nomeadamente aqueles acontecimentos que se revestem de um caráter cíclico, muitos dos quais adquiriram já lugar de destaque no panorama da programação cultural do País. E também uma evocação de pessoas, de coisas, de datas, de efemérides que dizem muito a esta casa nos seus 25 anos. Sempre com a consciência de que não se pode ser exaustivo e do risco de nos acusarem de que «falta este» ou «não está aquela inauguração», ou ainda «esqueceram-se». Mesmo assim achamos que valeu bem a pena arriscar.



Com uma apresentação nada convencional, talvez mesmo polémica, procurou-se que este livro fosse um objeto estético com uma linguagem moderna, desafiadora, aqui e além discutível ou controversa. Como aliás deve ser a Arte. Toda a Arte.

Terá este livro uma falta. Não evoca o punhado de funcionários que desde a sua inauguração e até hoje aqui trabalharam e já não estão connosco, ou porque se apresentaram, ou porque morreram. Procuraremos no próximo número desta Revista lembrá-los nas nossas páginas.

JMM/RM

Mais um Festival de Música da Maia

Herdeiro do «Mês da Música» dos anos 80, tivemos mais uma edição do Festival de Música da Maia organizado pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia, há 22 anos consecutivos.

Decorreu entre 30 de abril e 15 de maio, no palco do Grande Auditório do Fórum da Maia. A sua programação apostou, como sempre, na qualidade dos concertos, na diversidade artística, na pluralidade das linguagens e nos estilos de expressão musical, tendo como objetivo a captação de públicos com interesses e gostos diversificados ao nível artístico e musical.

Atuaram nomes bem conhecidos do mundo da música, como Teresa Salgueiro, Carlos Mendes, António Zambujo, João Pedro Pais, Capicua, Salto, e a sempre muito apreciada Orquestra do Conservatório de Música da Maia.

Mais uma excelente realização, também ela incluída nas comemorações do 25º aniversário do Fórum da Maia.

JMM/RM

O dinamismo da Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal da Maia, no primeiro semestre de 2016, já acolheu 85.662 utilizadores em serviços de consulta (leitura presencial/estudo) e empréstimo. Para empréstimo domiciliário saíram 14.313 documentos.

Foram realizadas 291 atividades culturais para 8.510 utilizadores presentes em sessões de contos, oficinas, encontros, conferências, espetáculos, formações, exposições, tertúlias e visitas entre várias outras.

O nosso público teve ainda a oportunidade de contactar com vários escritores, entre eles, José Viale Moutinho (foto ao lado), Manuel Carvalho, João Pedro Marques, Patrícia Carvalho, Teresa Guimarães e João Pinto Coelho entre outros.



MA

O Dia Internacional dos Museus no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

O Museu de História e Etnologia da Terra da Maia localiza-se na Vila do Castelo da Maia, e encontra-se instalado num edifício que funcionou como Paços do Concelho até ao ano de 1902, e cujas origens devem remontar ao século XVIII, tendo como envolvente o parque e o monte de Santo Ovídio. A sua programação assenta sobretudo na realização de exposições temporárias de longa e curta duração tendo como missão dar rotatividade às coleções e divulgar história e a etnografia da Maia.

Nessa circunstância, O MHETM associou-se às comemorações do Dia Internacional dos Museus, comemorado desde 1977, com atividades que foram planeadas tendo em conta o tema lançado pelo ICOM: “Museus e Paisagens Culturais”. Reforçar a responsabilidade dos Museus com as suas coleções e o meio envolvente – cidades, vilas e comunidades - incentivando à promoção e divulgação das coleções e da herança cultural e natural circundante, foram os objetivos subjacentes ao tema.

O Museu desenvolveu atividades diversas, com vista a abranger públicos distintos:

- Concerto de Música Clássica tendo como palco a envolvente histórica do Museu.
- Lançamento de livro de poesia “Afagos de Seda”
- Atividades lúdico-pedagógicas: “O Lidador sai à Rua”; “O Lidador Regressa a Casa”; “Quadro Aristocrático”.

AT

Manuel Carvalho partilha connosco o seu livro sobre a Grande Guerra em África

A Comunidade de Leitores da Biblioteca Municipal, numa atividade incluída no Projeto A Maia e os Maiatos na Grande Guerra, convidou Manuel Carvalho, jornalista e escritor, para, no dia 29 de janeiro pelas 21h00 apresentar e, mais do que tudo, falar do seu livro «A guerra que Portugal quis esquecer».



Manuel Carvalho sendo apresentado por Jorge Silva (em cima) e respondendo a questões do público (em baixo).

memórias, esta nossa presença em África tem sido, por «incómoda», pouco tratada quer pela nossa historiografia quer pela nossa literatura.

Manuel Carvalho explicou-nos muito bem os porquês deste apagamento.

Com a Sala de Conferências da Biblioteca Municipal da Maia cheia, Manuel Carvalho, começou por insistir no facto de, segundo ele, não ser escritor, mas sim jornalista, embora muitos de nós o consideremos escritor e de mão-cheia.

Quanto ao livro, teve origem em crónicas publicadas no Jornal Público, e está subtitulado, significativamente, «O desastre do exército português em Moçambique na Primeira Guerra Mundial». Ficamos a perceber bem porquê.

Palco «esquecido» deste conflito, muitas vezes sistematicamente apagado das

JMM/JS

Normas para apresentação de originais

0. O trabalho a submeter deve ser totalmente original e inédito e ter relevância e clareza de conteúdo.
1. Os artigos devem ser prioritariamente escritos em língua portuguesa, no entanto em casos pontuais poderão ser aceites artigos em inglês, francês e espanhol.
2. O original deve ser apresentado em formato Word e apesar de não haver um limite de páginas dos originais a submeter a publicação, recomenda-se que os artigos não excedam as 20 páginas A4 (incluindo resumos, quadros, figuras, tabelas, gráficos, notas de rodapé e referências).
3. A dimensão da folha deve ser A4 (21x29.7cm) com margens, superior, inferior e laterais de 2 cm.
4. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5.
5. O tipo de letra utilizado deve ser Times New Roman a 12 pt.
6. Deve juntar-se ao original um documento autónomo onde conste o título do artigo, o subtítulo, se existir, o nome e afiliação dos autores e endereço do autor para correspondência. Ao longo do manuscrito não deve constar qualquer informação identificativa dos autores.
7. Os artigos deverão conter na página inicial, nas línguas portuguesa e inglesa, a seguinte informação: título, resumo que não deverá exceder as 150 palavras e até 5 palavras-chave.
8. Os artigos deverão ter preferencialmente a seguinte estrutura: Introdução; Desenvolvimento; Conclusão; Referências bibliográficas.
9. As ilustrações – quadros, figuras, tabelas ou gráficos – deverão respeitar, no seu conteúdo e forma, o contexto e a temática que as justificam. Em caso de ser necessário legendas, inclui-las no final da publicação. Não esquecer a fonte/origem da ilustração. A indicação do local onde deverão ser colocadas deve constar no texto do artigo a vermelho. As Imagens devem ser em formato digital JPEG, GIF ou TIF e os Gráficos nos formatos originais de produção. Os direitos sobre as imagens introduzidas nos trabalhos são da responsabilidade exclusiva dos respetivos autores.
10. Os vocábulos estrangeiros deverão ser apresentados em itálico e não entre aspas, exceto quando se tratar de citações de textos.
11. As notas, em rodapé, devem ser sucintas e meramente esclarecedoras e não “um artigo dentro de outro artigo”.
12. As referências e citações bibliográficas, a apresentar igualmente em rodapé, devem obedecer ou à Norma Portuguesa 405, que podem ser consultadas no site da U. Minho:
(cf. <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=317&lang=pt-PT>)
ou às normas APA, disponíveis no site dessa mesma Instituição:
(cf. <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=313&lang=pt-PT>)

